

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA
LINHA DE PESQUISA: PRÁTICAS PSICOLÓGICAS EM INSTITUIÇÕES

**CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE ABRIGAMENTO QUE POSSUEM VÍNCULOS
FAMILIARES: BUSCA DE SIGNIFICADOS**

JAQUELINE VILAR RAMALHO

RECIFE-PE

2008

JAQUELINE VILAR RAMALHO

**CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE ABRIGAMENTO QUE POSSUEM VÍNCULOS
FAMILIARES: BUSCA DE SIGNIFICADOS**

Dissertação de mestrado apresentada à
Universidade Católica de Pernambuco como parte
dos requisitos para a obtenção do grau de mestre
em Psicologia Clínica.

Orientador: Prof^o. Dr. Marcus Túlio Caldas

Co-orientadora: Prof^a. Dra. Cristina Maria de Souza Brito Dias

RECIFE – PE

2008

R165c

Ramalho, Jaqueline Vilar

Crianças em situação de abrigamento que possuem vínculos familiares : busca de significados / Jaqueline Vilar Ramalho ; orientador Marcus Túlio Caldas ; co-orientador Cristina Maria de Souza Brito Dias, 2008.

100, [6] f. : il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Pró-reitoria Acadêmica. Curso de Mestrado em Psicologia Clínica, 2008.

1. Psicologia clínica. 2. Crianças - Assistência em instituições. 3. Psicologia infantil. 4. Psicanálise infantil. 5. Famílias - Aspectos Psicológicos. 6. Psicologia social. I. Título.

DU 159.922.7

JAQUELINE VILAR RAMALHO

**CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE ABRIGAMENTO QUE POSSUEM VINCULOS
FAMILIARES: BUSCA DE SIGNIFICADOS**

COMISSÃO EXAMINADORA:

Profº Dr. Marcus Túlio Caldas
Orientador – UNICAP/PE

Profª Dra. Albenise de Oliveira Lima
Examinadora interna – UNICAP/PE

Profª Dra. Carla Alexandra Moita Minervino
Examinadora externa - UEPB

RECIFE – PE

2008

Ao processo de crescimento interno rumo à vitória, nesse caminhar a experiência de ser é única.

Dedico

AGRADECIMENTOS

Na caminhada de idas e voltas, entre João Pessoa e Recife durante o mestrado, aprendi muito sobre a vida e sobre mim, eis aqui o agradecimento a cada pessoa que emprestou um pouco de si para que eu pudesse dar significado a essa etapa tão importante da minha vida.

Ao meu Deus, Senhor de todas as horas, que estava comigo em todos os momentos de aflição me confortando nas minhas visitas à capela da Universidade.

À minha Mãe e Rainha Três Vezes Admirável de Schoenstatt, quem me motivou a enfrentar esse sonho.

Ao meu anjo da guarda, que sempre me acompanhou nos momentos de solidão e temor, guiando e protegendo.

Aos meus pais, por me darem a oportunidade de realizar essa vitória e por não medirem esforços em me ofertar sempre o melhor com dedicação e amor.

À minha irmã Janine que com seu jeito racional e objetivo de ver as coisas muitas vezes soube olhar para mim com os “olhos do coração”.

Ao meu namorado Eduardo, pela escuta atenta, pelas opiniões dadas e pelo apoio. Ele retornou para a minha vida e me ensinou que cada pessoa tem seu jeito de significar.

Ao primo Diogo, pela disponibilidade e atenção e aos amigos Filipe, Samara e Patrícia pela torcida verdadeira.

À Maria Inês, essa prima e amiga especial que me acolheu em sua casa me tratando como uma filha. Seu carinho e amor fizeram a diferença nessa caminhada.

Ao Sr. Ailton (taxista), que com sua simplicidade e desprendimento, me transmitia segurança ao me transportar sempre demonstrando alegria e otimismo.

Ao meu orientador e professor Marcus Túlio Caldas, pela compreensão, paciência e sobretudo pelos ensinamentos. Um modelo de pessoa e profissional simples, humano e educado, alguém que me orgulho em dizer que tenho como exemplo.

À minha co-orientadora professora Cristina Brito, pelas contribuições atentas e pela atenção e disponibilidade.

À Sr^a Rosali, esposa e companheira do professor Marcus, muito obrigado pela atenção e pela delicadeza.

Aos professores e colegas do Mestrado, pelas aulas, convivência e conversas, conhecer vocês foi muito bom. Em especial a Leopoldo e Karla, presentes comigo nos

almoços, nos momentos corridos antes das viagens. Considero vocês como amigos, obrigado pelo apoio e pelas palavras de confiança e otimismo.

À minha terapeuta Ionara Dantas, pelas intervenções e reflexões pertinentes nos momentos mais difíceis, esse suporte foi primordial.

À professora convidada Albenise de Oliveira, pelas contribuições pertinentes, atenção e tranquilidade.

À professora convidada Carla Minervino, sua presença nesse momento especial é uma honra, obrigado por acreditar em mim desde os momentos iniciais da minha graduação em Psicologia.

Aos meus pacientes, pela compreensão nas trocas de horários e pela confiança dada.

Às crianças que participaram da pesquisa, fonte essencial para complementar nosso projeto, que de forma eficaz me fez compreender que a felicidade está nas pequenas coisas.

Aos profissionais da Instituição pesquisada, pelo apoio, confiança e parceria na realização de toda a pesquisa, fazendo com que o espaço amostral se tornasse menos pesado.

*Ninguém pode descobrir novas terras se não
aceitar perder durante muito tempo a visão da
costa.*

André Gide

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Desenho feito por Camila	53
FIGURA 2 – Desenho feito por Bruna.....	59
FIGURA 3 – Desenho feito por Karla.....	67
FIGURA 4 – Desenho feito por Maria	74
FIGURA 5 – Desenho feito por Luiza.....	81
FIGURA 6 – Desenho feito por Manoel	86

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Quadro de crianças presentes na instituição (Julho/2007)	28
QUADRO 2 - Quadro comparativo de atuações de acordo com o art. 92	30
QUADRO 3 - Resultados das Fábulas de Düss – Camila	55
QUADRO 4 - Resultados das Fábulas de Düss – Bruna	62
QUADRO 5 – Resultados das Fábulas de Düss – Karla	69
QUADRO 6 – Resultados das Fábulas de Düss – Maria	76
QUADRO 7 – Resultado das Fábulas de Düss – Luiza	83
QUADRO 8 – Resultados das Fábulas de Düss – Manoel.....	88
QUADRO 9 - Quadro síntese das respostas obtidas no Teste do Desenho da Família.....	90
QUADRO 10 - Quadro síntese das respostas obtidas nas Fábulas de Düss.....	92

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo geral: analisar os significados que crianças em situação de abrigo possuem vínculos familiares atribuem a esta situação e como objetivos específicos: conhecer o percurso trilhado por essas crianças até a situação de abrigo; pesquisar como crianças em situação de abrigo percebem o ambiente familiar estando excluídas temporariamente do mesmo e investigar o que significou o período de abrigo na vida dessas crianças. A metodologia foi de natureza qualitativa. A coleta de dados se iniciou com as observações que nos subsidiaram no “rapport” com as crianças. Os instrumentos utilizados foram o Teste do Desenho da Família, as Fábulas de Düss e os prontuários ou pastas de encaminhamento existentes na instituição. No sentido de complementar os dados colhidos nos prontuários, entrevistamos profissionais da equipe da instituição de abrigo. Seis crianças de ambos os sexos e com idade entre sete a nove anos participaram da pesquisa. Dentre os motivos de abrigo obtivemos: abandono do lar pela mãe, negligência e gestação materna. No Teste do Desenho da Família todas apresentaram os seguintes aspectos: dificuldade para desenhar a própria família, agressividade observada através da eliminação de personagens, instabilidade e fragilidade nos desenhos (decerto, devemos considerar as circunstâncias de desenvolvimento das mesmas); cinco apresentaram dificuldades em se inserir no desenho; três não representaram os pais; duas acrescentaram outros familiares, sinalizando necessidade de afeto ou muita convivência com os mesmos, acréscimo de simbolismos; uma não representou a mãe e outra acrescentou pessoa da instituição. Nas Fábulas de Düss as respostas que apresentaram maior frequência foram: duas crianças representaram agressividade e hostilidade diante da cena primária, assim como Complexo de Édipo vivido de forma angustiante, congruentes às histórias de vida de cada uma delas. Dessa forma, nossos dados apontaram um significado de família ambivalente e sem coesão, salientando fragilidade em sua dinâmica. Quanto ao abrigo, em sua maioria (cinco), as crianças o relataram como tendo um significado positivo em suas vidas, afirmaram gostar de lá, embora isso não as levasse a rejeitar suas famílias.

Palavras-chave: Abrigo; Criança; Família.

ABSTRACT

The general objective of this research was: analyze the meanings given by children under shelter with family ties and as specific objectives: knowing the path taken by these children until they got under shelter through charts and interviews with the staff; research how the children under shelter realize the family environment being secluded temporarily from it and investigate the impact of sheltering in the lives of these children. The methodology was of a qualitative nature. The data collection began with information subsidized in “rapport” with the children. The instruments used were the Drawing the Family Test, Duss fables and charts or follow up folders existent in the institution. In order do complement the data obtained from the charts, we interviewed professionals from the staff of the sheltering institution. Six children, boys and girls between seven and nine years of age, participated in the research. Among the reasons for sheltering one can find: abandoning of the home by the mother, neglect and motherhood administration. In the Draw the Family Test, all presented the following aspects: difficulty in drawing their own family, aggression noticed by the elimination of characters, they reflected instability and fragility in the drawings (clearly, we must consider the circumstances of development of the children); five presented difficult of inserting themselves in the drawing; three did not represent the parents; two added other relatives, indicating the need of affection or too much dwelling with them, the adding of symbols; one did not represent the mother and another one added a member of the institution. In Duss’s fables the most frequent answers, two children, the same that demonstrated aggression and hostility in face of the first scenery as well as the Complex of Edipo having the same storyline as their real lives. Therefore, the data pointed to a meaning of family ambivalence and no cohesion, highlighting the fragility in their dynamic. As to the sheltering, the majority (five) the children related that they had a positive meaning towards their lives, stated that they liked being in the institution, although this feeling didn’t drive them to rejecting their families.

Keywords: Shelter; Children; Family.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 DO ABANDONO À INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS: UM PERCURSO PELA HISTÓRIA	15
1.1 A questão do abandono: tropeços da antiguidade	15
2 INSTITUIÇÃO E ABRIGAMENTO: um novo olhar assistencial	23
2.1 A instituição.....	26
2.2 A condição de criança abrigada em instituição	30
3 FAMÍLIA: tecendo idéias sobre as novas configurações.....	34
3.1 Família pobre: um retrato da necessidade	36
4 OBJETIVOS DA PESQUISA.....	42
4.1 Objetivo Geral	42
4.2 Objetivos Específicos	42
5 MÉTODO	43
5.1 Participantes	43
4.2 Instrumento.....	44
5.3 Procedimento de coleta de dados.....	47
5.4 Procedimento de análise dos resultados	48
6 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	49
6.1 Resultados obtidos com cada criança individualmente	49
6.1.1 Camila.....	49
6.1.1.1 Apresentação	49
6.1.1.2 Dados obtidos nos prontuários	50
6.1.1.3 Informações colhidas com a equipe.....	51
6.1.1.4 Avaliação psicológica.....	53
6.1.2 Bruna	57
6.1.2.1 Apresentação	57
6.1.2.2 Dados obtidos nos prontuários	58
6.1.2.3 Informações colhidas com a equipe.....	58
6.1.2.4 Avaliação psicológica.....	59
6.1.3 Karla	64
6.1.3.1 Apresentação	64
6.1.3.2 Dados obtidos nos prontuários	64

6.1.3.3 Informações colhidas com a equipe.....	65
6.1.3.4 Avaliação psicológica.....	66
6.1.4 Maria.....	71
6.1.4.1 Apresentação	71
6.1.4.2 Dados obtidos nos prontuários	72
6.1.4.3 Informações colhidas com a equipe.....	72
6.1.4.4 Avaliação psicológica.....	73
6.1.5 Luiza	78
6.1.5.1 Apresentação	78
6.1.5.2 Dados obtidos nos prontuário.....	79
6.1.5.3 Informações colhidas com a equipe.....	80
6.1.5.4 Avaliação psicológica.....	81
6.1.6 Manoel.....	84
6.1.6.1 Apresentação	84
6.1.6.2 Dados obtidos nos prontuários	85
6.1.6.3 Informações colhidas com a equipe	85
6.1.6.4 Avaliação psicológica.....	86
6.2 Resultados obtidos com o total de crianças	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS	96
ANEXOS.....	101
Anexo A – Permissão do Comitê de Ética	102
Anexo B – Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	103

INTRODUÇÃO

O abandono de crianças, lamentavelmente, está inscrito na história da humanidade. Em função da dramaticidade que apresenta, tem sua própria história, na qual se implicam a sociedade civil, a família e as instituições governamentais. Independente das razões que levam crianças ao abandono e, posteriormente, aos cuidados que lhe oferecem as organizações responsáveis, para os infantes, certamente algo de muito grave aconteceu para que fosse interrompida sua vida em família. É muito provável que eles se perguntem sobre o que os levou a essa situação, além de uma série de outras indagações igualmente dolorosas.

O abrigo, entendido como alternativa para proteção dos mesmos, apresenta hoje várias situações: de crianças em total abandono a outras que necessitam um curto período de institucionalização. Há uma gama de possibilidades, dentre todas, nos chama a atenção a de crianças abrigadas que possuem convívio com suas famílias, em geral, através de visitas.

Essa situação nos faz pensar em questões ligadas diretamente à subjetividade das crianças. Portanto, cabe nos perguntar, que significado dará a criança que, por algum motivo foi afastada da família e levada ao abrigo, a esse período? Como perceberá o ambiente familiar estando excluída temporariamente do mesmo? Como vivenciará a situação de abrigo ao mesmo tempo em que mantém vínculos familiares? Sendo encaminhada para uma instituição, que tipo de relações formará lá? Refletindo sobre essas questões, surgiu o interesse e a necessidade de desenvolver um estudo voltado para essa realidade que, muitas vezes se encontra esquecida pela nossa sociedade. A prática clínica infantil bem como a preocupação com crianças de baixa renda foram igualmente motivadoras para a pesquisa.

No primeiro capítulo, será realizado um percurso situando alguns fatos que tiveram destaque na história do abandono. Faremos um recorte que data desde o abandono infantil na Antiguidade até a situação do nosso país. Destacaremos três fases que caracterizaram a evolução da assistência à infância brasileira abandonada (caritativa, filantrópica e do bem-estar do menor) até o período que antecedeu o surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990.

No segundo capítulo, teceremos idéias que foram pensadas no período pós ECA, salientando todas as modificações implementadas por ele e discutindo a questão da institucionalização e do abrigo agora tomadas pelo novo olhar que foi introduzido após o Estatuto. Dando seguimento, apresentaremos a instituição em que a pesquisa foi realizada destacando seu aspecto estrutural e dinâmica interna. Para finalizar, comentaremos também aspectos peculiares da vivência das crianças abrigadas.

Fazendo um paralelo à condição dessas crianças, no terceiro capítulo, teceremos idéias acerca das novas configurações familiares e, particularmente, destacaremos a família pobre, sendo esta, um retrato da necessidade e do conseqüente pedido de auxílio ao Estado ou de denúncias feitas pela comunidade, recorrendo-se ao conseqüente abrigamento de suas crianças. Logo após, apresentaremos a metodologia utilizada baseada em Turato (2003) e Minayo (1996) e dando continuidade, explicitaremos nossos resultados e discussões. Após todo esse percurso teceremos algumas reflexões, nas considerações finais, acreditando que este trabalho consistiu em um ponto de partida para novas pesquisas que busquem implementar um olhar diferenciado para as muitas crianças do nosso país que passam um tempo de suas vidas em instituições de abrigo, mesmo que possuam família.

1 DO ABANDONO À INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS: UM PERCURSO PELA HISTÓRIA

Em conseqüência das condições adversas em que vive grande parte da nossa população, o abandono de crianças é uma realidade, freqüentemente negligenciada pela sociedade e pelos poderes públicos. Como afirma Passetti (2002, p. 349) “a dureza da vida daqueles que moravam na periferia, em quartos de aluguel, barracos, cortiços ou favelas, levou-os a abandonar cada vez mais seus filhos”.

Deste modo, podemos observar que o comprometimento da situação econômica resultando em formas precárias de sobrevivência tem como uma de suas conseqüências, o abandono, sendo este, caracterizado não só pelo abandono individual de crianças, mas também relacionado à população pobre em si.

Falar de abandono é algo que traz consigo entraves e estigmas. Segundo Ferreira (2004, p.80) a palavra abandonar significa “ir embora de, deixar, desamparar, desistir de, desprezar, menosprezar”. Assim, desde já, podemos observar que uma percepção negativa se encontra enraizada na própria definição da palavra. O que dizer do fato de se estar abandonado? Decerto, não devemos culpar quem abandona, visto que, dependendo das suas condições de vida, o abandono pode ser caracterizado como um ato de proteção, oportunidade e esperança para que a criança tenha possibilidades de sobrevivência digna.

Neste capítulo, abordaremos a questão do abandono infantil, enfatizando o seu caráter inquietante que nos conduz a reflexões. Tal situação apresenta diferentes características, desde o abandono completo, à condição em que hoje vivem muitas crianças que se encontram em instituições de abrigo ao mesmo tempo em que mantém contato com a sua família. Assim, iniciemos nosso percurso retratando alguns fatos que marcaram a história do abandono bem como a resposta das instituições que se ocuparam dessa questão.

1.1 A questão do abandono: tropeços da antiguidade

A questão do abandono está presente desde os primórdios da humanidade, podemos citar vários exemplos que se referem a essa situação. Dentre os mais significativos, temos, na tradição judaica, o caso de Moisés que, colocado num bercinho de vime à beira do Nilo, e recolhido pela filha do Faraó, acabou sendo amamentado e criado por sua própria mãe. Mais tarde, foi adotado pela herdeira faraônica, que o transformou em um grande homem. Igualmente, deu origem a uma importante dinastia e se transformou em herói do povo hebreu

(Ex: 2, 1-10). Este exemplo pode ser considerado como um dos que não havendo outra alternativa, a mãe, buscando proteger o filho, adotou esta atitude.

Outro exemplo de recém-nascido rejeitado data da mitologia grega. O caso de Édipo, filho de Laio e Jocasta. O pai foi advertido pelo oráculo que seu filho o mataria. Temeroso, mandou abandoná-lo no monte Cíteron, atando fortemente seus pés para que aí morresse. Um pastor o salvou e o levou ao rei de Corinto, Políbio, que não tendo filhos, o adotou. Édipo se tornou herói, mas a profecia do oráculo se realizou. Como se sabe, Édipo matou seu pai, casou, sem saber, com a sua própria mãe e, por fim, teve morte trágica (SÓFOCLES, 1997).

As duas situações de abandono apresentadas são emblemáticas do que nos preocupa. Mesmo porque, o abandono de recém-nascidos é algo que esteve presente em todos os tempos da história humana, seja como fato, seja como mito. A respeito disto, Venâncio (2004, p. 204) afirma “quando o Brasil começou a ser povoado, o mundo católico contava com mil anos de auxílio aos expostos, período em que comunidades européias conviveram com mulheres que não assumiam os próprios filhos”.

Afirmarões como essas nos fazem crer que a prática do abandono era considerada usual e que as numerosas tentativas de enquadres institucionais revelam uma atitude complacente das autoridades em relação a essa questão.

Acerca disso, Marcílio (1998, p.131), destaca:

No período colonial nem o Estado nem a Igreja assumiram diretamente a assistência aos pequenos abandonados. Ambos atuaram indiretamente, apenas com o controle legal e jurídico, apoios financeiros esporádicos e estímulos diversos. Na realidade, foi a sociedade civil, organizada ou não, que se compadeceu e se preocupou com a sorte da criança desvalida e sem família.

Tomando como ponto de apoio essa reflexão, a autora supracitada identifica três fases distintas na evolução da assistência à infância brasileira abandonada, designadas como: *caritativa, filantrópica e do bem-estar do menor*.

Na fase caritativa, que se expandiu do período colonial até meados do século XIX, a marca principal era o assistencialismo, caracterizado pelo sentimento de fraternidade de conteúdo paternalista, mas que não tinha pretensão às mudanças sociais. Os mais ricos e poderosos buscavam diminuir o sofrimento dos desvalidos esperando receber a salvação de suas almas, reconhecimentos da sociedade, além de status. Nessa fase, a assistência e as políticas sociais em favor da criança abandonada apresentavam três formas básicas: *uma informal e duas formais*.

A *informal* seria o sistema de proteção à infância desvalida mais amplo, que se estendeu por toda a história do nosso país até os dias atuais. Neste sistema, famílias ou indivíduos recolhiam recém-nascidos que eram colocados nas portas de suas casas ou de Igrejas ou em outros locais e, por diversas razões, decidindo criá-los.

As *formais* ficavam a cargo das Câmaras Municipais, que eram consideradas exclusivas como responsáveis, na legislação portuguesa, pela atribuição de dar assistência aos pequenos enjeitados. Por meio de convênios escritos, estas Câmaras delegariam serviços especiais de proteção à criança exposta (abandonada) a outras instituições. Assim, firmaram-se convênios com as confrarias das Santas Casas de Misericórdias e estas, instituíram as Rodas e as Casas de Expostos, além de Recolhimentos para meninas pobres e para as expostas.

Mesmo delegando os serviços para outras instituições, a Municipalidade não se isentava de encargos financeiros para a assistência à criança abandonada, pelo menos até que estas completassem sete anos de idade. Com a Lei dos Municípios, as obrigações foram reformuladas e, assim, pela nova lei, onde houvesse Santas Casas, as Câmaras poderiam repassar a elas, oficialmente, o seu dever de cuidar dos expostos. Devido às dificuldades materiais das Rodas de Expostos e da relutância das municipalidades em auxiliá-las, as Assembléias Provinciais acabaram por subsidiar as Misericórdias nessa função. Assim, foi modificado o sistema de filantropia pública associada à privada e mudou o papel caritativo de assistência à criança desvalida. As Casas de Misericórdia passaram a estar a serviço do Estado por imposição de decretos provinciais, perdendo, assim, a autonomia e parte de seu caráter caritativo.

Esse fato marca ainda mais a presença do Estado nas práticas de assistencialismo durante o Império, ocupando, desta forma, uma importância ímpar para a proteção dessas crianças. Além das Câmaras, *um segundo sistema de proteção formal* foi o que estabeleceu a Roda e a Casa de Expostos e o Recolhimento para as meninas pobres, quase sempre consequência de convênios firmados entre as municipalidades e as Santas Casas de Misericórdia (MARCÍLIO, 1998).

Entre os recursos adotados nesta fase, está a implementação da roda dos expostos, sendo considerada uma das alternativas encontradas para a questão do abandono. Esse sistema, inventado na Europa Medieval, possuía como característica principal possibilitar o anonimato do expositor e, assim, estimulá-lo a levar o bebê que não desejava para a roda, ao invés de abandoná-lo em locais onde o mesmo pudesse morrer. O modelo brasileiro da Roda de Expostos baseou-se na Roda de Expostos de Lisboa.

Sobre a estrutura da Roda de Expostos Marcílio (2003, p. 57) destaca que:

O nome da roda provém do dispositivo onde se colocavam os bebês que se queriam abandonar. Sua forma cilíndrica, dividida ao meio por uma divisória, era fixada no muro da janela da instituição. No tabuleiro inferior e em sua abertura externa, o expositor depositava a criancinha que enjeitava. A seguir, girava a roda e a criança já estava do outro lado do muro. Puxava-se uma cordinha com uma sineta, para avisar a vigilante ou rodeira que um bebê acabava de ser abandonado, e o expositor furtivamente retirava-se do local, sem ser identificado.

O primeiro uso desses cilindros rotatórios de madeira serviu como meio de enviar objetos, alimentos e mensagens aos residentes dos mosteiros e conventos medievais. Ao rodar o cilindro as mercadorias iam para o interior da casa, sem que os internos vissem quem as havia deixado. Essa estratégia tinha o sentido de evitar o contato dos religiosos enclausurados com o mundo exterior, garantindo-lhes o isolamento.

Os mosteiros medievais acolhiam crianças doadas por seus pais, para o serviço de Deus, assim, muitos pais que queriam abandonar um filho utilizavam a roda dos mosteiros para nela depositarem o bebê. Eles esperavam que o pequeno fosse cuidado pelos monges, batizado, e recebesse uma educação aprimorada. A partir desse uso indevido das rodas dos mosteiros, surgiu o uso da roda para receber os expostos, fixadas nos muros dos hospitais que foram sendo criados a partir dos séculos XII e XIII, para cuidar dos meninos abandonados (MARCÍLIO, 2003).

A principal justificativa para a existência das rodas de expostos foi, efetivamente, a de ser um meio eficaz para se impedir o infanticídio e o aborto. Assim, podemos pensar que a roda foi considerada como uma “solução” para esses filhos que significariam uma “vergonha” para suas mães, muitas delas, solteiras. Alguns autores, entretanto, chegam a afirmar que a roda estimulou o abandono, sobretudo no Brasil colônia. Acerca disso, Marcílio (2003, p. 53) afirma que “a roda foi uma das instituições brasileiras de mais longa vida, visto que, sobreviveu aos três grandes regimes de nossa história”.

Dando continuidade ao estudo da assistência à infância brasileira abandonada, destaquemos a segunda fase, que apesar de manter alguns aspectos caritativos evoluiu para o caráter filantrópico, estando presente até a década de 1960 (metade do século XX).

A fase da filantropia trouxe consigo significativas transformações referentes às políticas públicas sociais voltadas para a infância desvalida. Foi marcada pelo fim do regime da escravidão; a queda da Monarquia; a separação da Igreja e do Estado; a quebra do monopólio religioso da assistência social; o avanço da legislação social a favor da infância; a instituição do estatuto legal da Adoção; a construção dos Direitos da Criança; as grandes

reformas do ensino da década de 30; e a emergência do Estado- Protetor ou do Estado do Bem-Estar Social.

A sociedade brasileira, com tantas mudanças, foi obrigada a transformar-se, revendo concepções até então bem estabelecidas. O desenvolvimento industrial e demográfico se iniciava e trazia consigo muitas novidades. Dentre estas, merece destaque a inserção da mulher no mercado de trabalho, conquistando assim, posições e direitos que lhe eram negados. Mas, como tudo tem seu lado bom e seu lado ruim, esse crescimento também trouxe alguns percalços.

O crescimento demográfico, a urbanização galopante e a construção de indústrias determinaram o lado perverso desse desenvolvimento. A pobreza aumentou e tornou-se ainda mais visível nos centros urbanos. Multiplicaram-se as habitações precárias, as favelas e os cortiços das grandes cidades [...] (MARCILIO, 1998, p. 192).

O ritmo de crescimento díspare entre as cidades e o campo também teve ligação significativa com a questão do abandono. Como aponta Venâncio (2004), no campo as transformações eram lentas e, assim, os filhos de criação ou agregados eram acolhidos por famílias estruturadas, enquanto que nas cidades as transformações eram rápidas gerando desequilíbrios. A cidade gerava cada vez mais pobreza, entretanto não se sabia o que fazer com ela. A miséria aumentou e, como consequência, a prática do abandono.

A função das Santas Casas de Misericórdia começou a sofrer mudanças devido ao objetivo de se transformarem em institutos de proteção à infância desvalida a serviço do poder público. Os médicos higienistas recém formados e os juristas, respectivamente, começaram a se preocupar com a questão da criança abandonada iniciando-se debates a respeito da prática da proteção à infância. Nesse contexto, Marcílio (1998, p.195) destaca que “as velhas instituições coloniais: a Roda de Expostos, os Recolhimentos de meninas e os Seminários para os meninos, além de insuficientes, já não respondiam às demandas e às exigências da nova sociedade liberal”.

Dentre os debates que discutiam a prática da assistência, a roda dos enjeitados, como afirmamos anteriormente, teve papel significativo. Considerada por uns como uma forma de evitar escândalos e preservar o nome e os costumes das famílias e combatida por outros por se acreditar responsável pelo alto índice de mortalidade infantil, os higienistas tentando, por fim, encerrar a polêmica, chegaram à conclusão de que uma possível diretriz para se prevenir o abandono seria a instrução das mães.

Apesar dos esforços de médicos e juristas, que faziam campanha pela extinção da Roda, na década de 1920 observou-se um aumento importante na utilização da mesma. A luta continuou e esses profissionais conseguiram introduzir no Código de Menores de 1927 a extinção das Rodas de Expostos em todo o país, o que, entretanto, não surtiu efeito imediato (MARCÍLIO, 1998).

Conforme a autora supracitada, o Código de Menores trouxe consigo muitas idéias novas que impulsionaram mudanças significativas para o futuro da criança abandonada. Assim, nesse momento do nosso estudo é importante que observemos mais atentamente suas contribuições.

Antes de identificarmos as mudanças que foram trazidas com o Código de Menores, acreditamos ser de primordial importância comentar sobre a nomenclatura utilizada: “menor”. Marcílio (1998) ressalta que essa forma de nomear é proveniente da seguinte premissa: para os filhos das famílias bem estabelecidas dava-se o nome de criança, enquanto que para as crianças desfavorecidas utilizava-se pejorativamente o nome de “menor”.

A autora destaca que esses “menores” eram igualmente identificados como aqueles que viviam na vadiagem pelas ruas. De preocupação com a infância desvalida, a questão do “menor abandonado”, passou a ser da esfera policial. Em razão da grande quantidade de crianças perambulando pelas ruas das grandes cidades, começava-se a pensar em outras formas de tentar “solucionar” a questão.

Segundo Marcílio (1998) devido à influência da primeira Declaração dos Direitos da Criança de 1923, chamada também de Declaração de Genebra, foi criado no país o Juízo Privativo dos Menores Abandonados e Delinquentes. Através dele uma nova mentalidade se desenvolvia no país: a criança como sujeito de Direito. Em 1927 foi introduzido o Código de Menores instituindo a idade de dezoito anos como limite para a inimputabilidade. Referindo-se ao Código de Menores, Espíndula e Santos (2004, p. 359) destacam:

Este código consagrou o sistema de atendimento à criança atuando especificamente sobre os chamados efeitos da ausência, atribuindo ao Estado a tutela sobre o órfão, o abandonado e aqueles cujos pais fossem tidos como ausentes, tornando disponíveis seus direitos de pátrio poder.

Como podemos observar, o Código de Menores de 1927 constituiu-se num marco no percurso histórico da infância desvalida. O Estado passou a receber atribuições para dar assistência ao menor. Como afirma Passetti (2002, p. 354):

Foi com o Código de Menores que o Estado respondeu pela primeira vez com internação, responsabilizando-se pela situação de abandono e propondo-se a aplicar os corretivos necessários para suprimir o comportamento delinqüencial. Os abandonados agora estavam na mira do Estado.

Segundo Silva (2004a) foi a partir do surgimento do Código de Menores, que o Estado assumiu totalmente a tutela do órfão, do abandonado e da ausência dos pais garantido em seus direitos de pátrio poder. Estabeleceu também que os processos de internação das crianças desvalidas e o processo de destituição do pátrio poder seriam gratuitos e deveriam ocorrer em segredo de Justiça, sem a possibilidade de veiculação pública de seus dados, de suas fotos ou acesso aos seus processos por parte de terceiros. O Código previa que havendo delito ou atitude anti-social dos pais, mesmo sendo o menor responsabilidade deles, o juiz poderia baixar a espada da destituição tanto da tutela quanto do pátrio poder.

A assistência à infância teve suas atividades ampliadas em 1941 com a criação do Serviço de Assistência ao Menor (SAM), que foi o antecessor da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) (1964). Entretanto, apesar dessas razões, a responsabilidade estatal à infância e juventude desvalida só foi integralmente assumida no final da década de 1960, paralelamente à inauguração do Estado de Bem- Estar Social.

Segundo Marcílio (1998) *na fase do Estado do Bem-Estar do Menor (após 1960)* deu-se continuidade às mudanças até então instituídas, consolidadas na década de 1960 com o Estado Brasileiro como o grande interventor. Assim, foi criada a Funabem, tendo por objetivo básico formular e implantar a política nacional do bem-estar do menor, considerando o estudo e planejamento das ações e a orientação, coordenação e fiscalização dos responsáveis por executar a política de proteção à infância.

Conforme as novas necessidades e a realidade do país foi elaborado um outro código de lei: o *Estatuto do Menor (1979)*. Ele oficializou o poder da Funabem ampliando sua atuação. Acerca disto, Sousa (1999) relata que em 1979 houve a promulgação de outro Código de Menores e com ele a introdução do militarismo e da disciplina dentro dos internatos; durante esse período se afirmou o princípio do Pátrio Poder. A sentença de abandono, a partir daí, retirava a criança da responsabilidade dos pais, da comunidade e da sociedade, transferindo-a legalmente para o Estado.

Como afirma Marcílio (1998, p.226), ele “atenderá não só a condição dos desvalidos, abandonados e infratores, mas também a adoção dos meios tendentes a prevenir ou corrigir as causas de desajustamento”.

Centros especializados que se destinavam à recepção, triagem, observação e permanência de menores foram criados, surgiram as Fundações Estaduais do Bem- Estar do Menor (Febens) e/ou outras instituições com a mesma proposta de defesa dos direitos da criança.

Após todas essas movimentações, começam as articulações em torno da elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente. De acordo com a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade o direito à vida, à saúde, a alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, a dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (PINTO, WINDT, CESPEDES, 2007, p.68).

A partir destas idéias surgiu o Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA, lei 8.069, de 13 de julho de 1990, instituindo mudanças que ocasionaram uma verdadeira reviravolta na assistência à infância e à adolescência.

Após esse percurso histórico, no segundo capítulo nos deteremos em questões relacionadas ao abrigo e institucionalização considerando o novo olhar voltado para elas e tomando como divisora a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em função das importantes mudanças instituídas por ele.

2 INSTITUIÇÃO E ABRIGAMENTO: UM NOVO OLHAR ASSISTENCIAL

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é considerado um documento inovador e revolucionário que proporcionou modificações significativas no atendimento a crianças e adolescentes, conforme comentamos anteriormente.

Goffman (2003) destaca que as instituições totais são simbolizadas pela barreira à relação social e ao mundo externo e estrutura física baseada em portas fechadas, paredes altas e arame farpado. Diferentemente desse modelo, as instituições remodeladas pelo ECA em 1990, são mais abertas e com uma clientela mais definida. Em relação a essa questão, Silva (1997, p.147) afirma:

A extinção dos grandes complexos de internação e construção de unidades menores, que mais se assemelham às condições de um ambiente familiar, são medidas que têm como pano de fundo a compreensão da necessidade de erradicação das condições institucionais que favorecem o florescimento das identidades negativas e criminosas, e que são determinantes na definição da etiologia do comportamento criminoso.

De acordo com o autor supracitado, o ECA, através da elaboração de oportunidades e facilidades, teve como objetivo garantir direitos pessoais e sociais às crianças e adolescentes, estabelecendo limites e favorecendo o desenvolvimento biopsicossocial. A partir disso, podemos perceber a preocupação do Estatuto em mobilizar ações que visem melhorias à assistência institucional, sugerindo, entre outros, programas que têm como objetivo atender diferentes problemáticas que atingem a população assistida. O ECA enfatiza o apoio à convivência familiar comunitária como um dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, e que o abrigo é uma das medidas de proteção a esses direitos.

Sobre as mudanças implementadas pelo ECA, Espíndula e Santos (2004, p.359) destacam:

Crianças de até 12 anos e adolescentes de até 18 passaram a ser definidos como cidadãos, possuidores de direitos, na condição peculiar de pessoas em fase de desenvolvimento, eliminando assim a rotulação de menor, infrator, carente, abandonado etc., e classificando todos como crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social.

Acerca disso, Rizzini e Rizzini (2004, p.15) ressaltam, “de acordo com a lei, muda-se o conceito de internação para o de abrigo”.

Além das instituições de abrigo, a atribuição de promover esses direitos também é do Judiciário, Ministério Público, Conselhos Tutelares (falaremos mais deles no próximo capítulo), Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal.

Nos artigos 22 e 24 do Estatuto da Criança e do Adolescente (2004), a medida extrema de suspensão do poder familiar deve ser aplicada apenas nos casos em que, injustificadamente, os pais ou responsáveis deixaram de cumprir seus deveres de sustento e de proteção aos filhos, em que crianças e/ou adolescentes forem submetidos a abusos e/ou maus tratos ou devido ao descumprimento de determinações judiciais de interesse dos mesmos. Em relação a isso, Oriente e Souza (2007, p.108) destacam:

As instituições de abrigo são aquelas que atendem crianças e adolescentes cujos direitos tenham sido violados, e que, por essa razão, precisam ser temporariamente afastados da família, até que possam retornar ao seio familiar, ou até mesmo obter inserção em famílias substitutas.

Apesar de seu caráter de provisoriedade, o abrigo deve ter condições de ficar com a criança o tempo que for necessário até que haja uma solução quanto ao encaminhamento da mesma (retorno à família, colocação em família substituta ou transferência para outra instituição). Deste modo, podemos observar que o abrigamento deveria ser considerado apenas em último caso, quando forem esgotadas as possibilidades dessas crianças continuarem em casa.

Marmelsztejn (2006, p.69) destaca que “o abrigo é responsável por prover atenção psicossocial, educativa e jurídica tanto à criança quanto à sua família, utilizando-se de recursos sociais e serviços existentes na rede pública”.

São várias as situações que levam crianças e adolescentes ao abrigamento, dentre elas, Rizzini e Rizinni (2004), destacam:

- Crianças e adolescentes órfãos ou em situação de abandono familiar. Estes têm como característica não contarem com mais nenhum vínculo com suas famílias de origem, tendo sido abandonados pelos pais. Os órfãos também estão incluídos nessa situação, em função de não possuírem parentes que possam cuidar dos mesmos.
- Crianças e adolescentes em situação de risco. Aqueles que devido às crises familiares, catástrofes naturais ou casos de violência, se encontram impossibilitados de retornar às suas casas, necessitando serem temporariamente abrigados.

- Crianças e adolescentes em situação de pobreza. Tal situação remonta aos séculos XIX e XX quando crianças eram internadas pelo simples fato de serem pobres, considerando que suas famílias não tinham condições suficientes para educá-las.

Alguns órgãos de auxílio também podem fazer encaminhamentos recorrendo ao abrigo, quando é o caso de ocorrerem determinações judiciais (Vara da Infância e Juventude) e Conselho Tutelar da cidade ou de cidades vizinhas quando as mesmas não possuem esses órgãos. Assim, toda mobilização com objetivo de ajudar essas crianças e adolescentes é feita.

A autora supracitada enfatiza alguns tipos de instituições que abrigam crianças e adolescentes:

- Por um curto prazo de tempo: direcionadas para atender crianças e adolescentes em situação de risco. São caracterizadas pela provisoriedade e desprovidas de investimento no caráter educativo e social.

- Por um longo prazo de tempo: também acolhem crianças em situação de risco pessoal ou social, porém se caracterizam por um período de permanência maior que as anteriores. As crianças são cuidadas por educadores ou pais sociais; devem estar matriculadas em escolas e são orientadas na busca de cursos.

- Finalmente, um último modelo são as Casas-Lar, que têm como proposta um atendimento mais duradouro e sistematizado. O ideal é reproduzir o modelo familiar nuclear, tendo um casal (“pais sociais”) cuidando, em cada casa, de até doze crianças. Elas atendem crianças em situação de abandono ou com perda súbita de vínculos familiares.

Em nosso estudo nos deteremos no tipo de instituição em que a criança permanece por um curto prazo de tempo, porém, apesar da provisoriedade, as crianças abrigadas são matriculadas em escolas e desenvolvem atividades educativas, ou seja, há uma grande preocupação com a instrução desses infantes.

Nesse momento, apresentaremos a instituição onde a pesquisa foi realizada. Iniciamos o percurso por sua história institucional, a partir de contatos com a direção, durante as visitas e encontros com as crianças, quando da aplicação dos instrumentos de estudo, bem como da observação de sua rotina diária, organização estrutural e dinâmica. Consideramos também fundamental o depoimento de uma profissional de psicologia, membro da equipe técnica, funcionária há trinta anos no local.

2.1 A instituição

Sua história

Situada na cidade de João Pessoa, a instituição onde realizamos nossa pesquisa, foi construída pelo governo Argemiro de Figueiredo, sob a orientação do Dr. W. Guedes Pereira e direção técnica do arquiteto H. Di Lascio. A obra foi iniciada em 15 de março de 1937 sendo inaugurado em 13 de janeiro de 1938 (informação adquirida em placa presente no local). De acordo com o relato de uma das quatro psicólogas que trabalhavam no local, sendo esta a mais antiga, no período em que foi fundada a instituição, ela tinha como objetivo acolher a criança abandonada ou carente, na faixa etária de zero a sete anos de idade. Embora muitas vezes, devido à situação em que se encontravam, não tendo um local que as abrigasse, algumas permaneciam até doze ou quatorze anos. Sua direção foi entregue a um grupo de religiosas da Congregação Missionárias Capuchinas, tendo como único profissional um médico e, posteriormente, um assistente social.

A aceitação de profissionais de diferentes especialidades era difícil. Nessa época, cada setor possuía uma irmã responsável e as religiosas acreditavam que o trabalho que faziam era suficiente, resistindo, assim, à ajuda de outros profissionais.

A manutenção institucional era feita pela Secretaria de Ação Social. A instituição chegou a abrigar 300 crianças atendidas em regime de internato e semi-internato (sistema de creche, em que as crianças passavam apenas o dia na instituição enquanto suas mães trabalhavam). Crianças recém-nascidas também eram deixadas na porta da instituição quase sempre nos horários das refeições. Nesse momento, as pessoas observavam se não havia ninguém no local, tocavam a campainha e corriam. A psicóloga comentou que algumas mães ficavam de longe observando se alguém havia recebido a criança. As mesmas, ficavam morando na instituição até a idade de sete anos e, a partir daí, eram preparadas para a transferência: se não fossem adotadas, tinham que ser encaminhadas para outro local onde pudessem ficar até os dezoito anos. Como opções, tinham duas outras instituições, uma na própria cidade de João Pessoa e outra em Campina Grande. Ao chegarem nessas instituições, eram matriculadas em cursos profissionalizantes e continuavam os estudos.

Em 1975 surgiu a Fundação do Bem Estar do Menor (FEBEM) hoje, Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente “Alice de Almeida” (FUNDAC), órgão ligado à Secretaria Estadual ao qual a instituição está ligada. Com a nova organização, ficou clara a necessidade de profissionais de outras especialidades. Assim, a direção da FUNDAC convocou as irmãs que ainda estavam no comando e começaram a ser implantados novos

trabalhos. Surgiram os serviços de psicologia, enfermagem, nutrição e de estagiárias de fisioterapia. Nesse momento, os profissionais especializados que foram contratados, cada vez mais, começaram a exercer suas funções e as irmãs foram realizando atividades religiosas dentro da instituição e principalmente na comunidade ao longo dos anos, culminando na transição do regime do Código de Menores de 1979 e a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que provocou toda uma reestruturação das casas-abrigo pela FUNDAC. Assim, a função da instituição passou a ser de abrigar temporariamente crianças em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, determinando que elas passem um período na instituição até que suas famílias se reestremem. Quando o ECA foi implantado, já haviam poucas irmãs trabalhando na instituição, e os diretores que as substituíram não só deram continuidade ao trabalho como ampliaram a equipe profissional e o acesso de assistentes sociais, pedagogos e demais especialistas.

Ao se esgotarem todos os recursos (reinserção familiar, adoção) da instituição, procura-se a Aldeia SOS (sistema casas-lar já comentado anteriormente). Entretanto, antes dos encaminhamentos necessários, o setor de psicologia prepara as crianças para a transferência e faz visitas programadas para que elas possam ir se adaptando à mudança. Outra proposta institucional significativa é o trabalho feito pelas equipes de psicologia e de serviço social, que trabalham as dificuldades da família para que, em um menor espaço de tempo, a criança possa voltar para o convívio da mesma. São feitas visitas domiciliares para verificar a existência de condições sócio-habitacionais acessíveis, creches, escolas e parcerias que ofereçam apoio às famílias carentes. As equipes também observam as condições emocionais em que se encontram as famílias.

Na instituição são oferecidas às crianças as atividades de: oficina de artes (arteterapia), pedagogia (reforço escolar), música, atividade circense, serviço de psicologia, assistência odontológica e atendimento médico. De acordo com a necessidade, elas podem ser encaminhadas para o Hospital Arlinda Marques, onde, algumas fazem acompanhamento psicoterápico.

Quanto aos portadores de necessidades especiais, aqueles que não possuem família, têm o convênio de saúde com a União dos Médicos (UNIMED), o benefício da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que é revertido para cada um. Essa quantia é utilizada para a compra de medicação mais cara, roupa, dentre outros utensílios necessários às condições em que se encontram. Eles têm atendimentos especializados nas instituições Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência (FUNAD) e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).

Através da parceria Estado-Fundac, foi organizada uma escola para atender a faixa etária dos três aos cinco anos. A partir dessa idade, as crianças estudam na Escola Municipal Ana Alice Caldas, onde uma equipe de inclusão social realiza trabalhos com os pais e os professores, havendo também uma interação entre os profissionais do Lar e da escola. Como consequência desse trabalho a escola vem conseguindo integrar as crianças da instituição aos demais estudantes.

Clientela

Setor	Número de crianças abrigadas
Berçário (Atende crianças de 0 a 2 anos)	9 (4 meninos e 5 meninas)
Pré- I – De 2 a 4 anos	5 (3 meninos e 2 meninas)
Pré- II – De 4 a 7 anos	20 (7 meninos e 13 meninas)
Necessidades especiais	9 (5 meninos e 4 meninas)
Todo o abrigo	43 (19 meninos e 24 meninas)

QUADRO 1 - Quadro de crianças presentes na instituição (Julho/2007)

Estrutura física

A instituição é constituída por dois pavimentos. No térreo existem cinco banheiros, dois sanitários, um almoxarifado, uma cozinha, um refeitório, uma capela, uma secretaria, uma sala do setor social, uma sala de diretoria, uma sala da vice-diretoria, uma sala de artes, duas salas de psicologia, um gabinete odontológico, uma guarita, um pavilhão, uma lavanderia, uma sala de brinquedos, uma copa, um pátio para as crianças brincarem com parquinho e duas casas em miniatura. A ala dos portadores de necessidades especiais tem sete camas e um berço divididos em dois quartos, ambos com banheiro. Dentro da instituição funciona uma escola, possuindo três salas.

No primeiro andar encontram-se as seguintes dependências:

- Para as crianças do pré-II (faixa etária de 4 a 7 anos): dois quartos com sanitários (sendo um feminino e um masculino), contendo vinte e duas camas (sendo dez no dormitório masculino e doze no dormitório feminino).

- Para as crianças do pré-I (faixa etária de 2 a 4 anos) há um quarto com sanitário contendo nove berços para atender às necessidades dessas crianças.

- Para as crianças do berçário (faixa etária de 0 a 2 anos) há um quarto com banheiro contendo dez berços, quatro salas de apoio e duas áreas abertas para recreação. Neste andar ainda há outras dependências, distribuídas em mais dois quartos, sendo um com banheiro, uma enfermaria (sala com banheiro), uma sala de costura (também com banheiro), uma sala de reunião com banheiro, uma sala de reforço escolar com banheiro, uma rouparia (um quarto), uma cozinha dietética e um prédio em anexo que possui três salas e uma suíte.

A equipe técnica

A instituição possui 94 funcionários distribuídos nas funções de limpeza, motoristas, cuidadores, cozinheiras, odontólogos, psicólogos, enfermeiros, portaria, diretoria, vice-diretoria, lavanderia, professores, pedagogos, assistentes sociais, e secretárias. Devem ser acrescentados os voluntários que fazem trabalhos na instituição, dentre eles, de extensão em psicologia (conveniados com universidades da cidade) e música.

Os turnos

Os profissionais que trabalham com as atribuições de auxílio direto às crianças possuem um regime de trabalho dividido em três turnos, distribuídos em 6 horas, se iniciando às 7h da manhã, e terminando às 13h, das 13h às 19h, e das 19h às 7h da manhã do dia seguinte. Nos finais de semana (sábados e domingos) e feriados são outros profissionais com as mesmas atribuições, que trabalham em regime fixo.

A rotina das crianças

As crianças acordam antes das sete da manhã para tomar banho. É responsabilidade da cuidadora da noite deixá-las arrumadas quando a funcionária da manhã assume o turno. Logo após a passagem do turno, as crianças tomam o café da manhã. As crianças maiores ficam brincando no pátio e as menores, que freqüentam a escola localizada na própria instituição, se dirigem a ela. Entre 10h e 11h da manhã há outro banho, após o qual, as cuidadoras preparam as crianças para almoçar. Após isso, os maiores vão para a escola que fica localizada na comunidade do bairro e próxima da instituição, e os menores vão descansar. Por volta das 15h as crianças descem novamente para o pátio e ficam brincando até às 17h quando as crianças maiores retornam da escola. As 17h30min há outro banho coletivo e às 18h a janta coletiva.

Após o horário do jantar as crianças assistem um pouco de televisão e brincam. Há um lanche às 20h e às 21h as crianças são colocadas para dormir. Em relação ao horário de dormida, este acontece de acordo com as necessidades de cada criança.

As visitas dos pais

O dia destinado à visita dos pais é a quarta-feira, tanto pela manhã quanto à tarde, dependendo da disponibilidade dos mesmos.

As visitas da comunidade

O dia destinado à visita da comunidade é a quinta-feira. Neste dia, as pessoas da comunidade que queiram fazer visitas às crianças podem freqüentar a instituição. Vale ressaltar que acontecem passeios e confraternizações promovidos pela instituição em que as crianças têm oportunidade de ter contato com a comunidade (praia, circo) e alguns deles são

realizados em parceria com o Ministério Público. A instituição foi reformada recentemente com recursos do Estado, sendo reinaugurada em dezembro de 2007.

Após destacarmos as mudanças significativas designadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, situarmos a instituição em que foi feita nossa pesquisa diante dessas mudanças e a apresentarmos detalhadamente, comentaremos brevemente acerca da condição da criança institucionalizada, considerando aspectos de sua dinâmica cotidiana dentro da instituição.

Fazendo um paralelo de atuação do abrigo em que foi feita nossa pesquisa e as atuações exigidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) podemos perceber:

Determinações do Estatuto	Atuação da instituição local da pesquisa
I. Preservação dos vínculos familiares	Através das visitas e confraternizações promovidas com os familiares.
II. Integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na própria família de origem.	Através de encaminhamentos judiciais.
III. Atendimento personalizado e em pequenos grupos.	O atendimento é feito em pequenos grupos atendendo à demanda institucional.
IV. Desenvolvimento de atividades em regime de co-educação	Através da atuação de pedagogos, arteterapia, atividade circense e música.
V. Não desmembramento de grupos de irmãos	A instituição preza muito este princípio, apesar de receber crianças até sete anos de idade, havendo irmãos pertencentes a uma faixa etária maior a instituição não os separa.
VI. Evitar, sempre que possível a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados.	Apenas esgotando-se todas as possibilidades a instituição recorre a essa situação e quando há crianças fora da faixa etária de atendimento.
VII. Participação na vida da comunidade local	Através das visitas da comunidade, confraternizações, passeios, atendimento médico e psicológico fora da instituição, escola e reforço.
VIII. Preparação gradativa para o desligamento	Feita pelos setores de psicologia e assistência social da instituição.
IX. Participação de pessoas da comunidade no processo educativo	Através dos trabalhos de voluntários e estagiários.

QUADRO 2 – Quadro comparativo de atuações de acordo com o art. 92.

Como podemos observar a instituição de abrigo em que foi realizada nossa pesquisa, atinge as determinações exigidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), buscando um melhor auxílio às crianças que se encontram abrigadas e favorecendo um melhor desenvolvimento das mesmas.

2.2 A condição de criança abrigada em instituição

Para as crianças abrigadas em instituições falar em pobreza, violência, abandono, miséria, abusos, não é falar de fantasias, pois essas condições fazem parte de suas realidades.

Afinal, algo de muito grave aconteceu para que fossem afastadas de suas famílias e alguém é responsável por isso.

Como Parreira e Justo (2005, p.176) afirmam, “se as crianças vão para uma casa-abrigo é porque alguns de seus direitos básicos à saúde físico-mental não foram respeitados. Na instituição o temor e a insegurança também estão presentes”. Assim, elas atribuem a outrem esse acontecimento, o porquê foram parar ali.

Apesar dos avanços propiciados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em nosso país, na atualidade, observamos que a inserção institucional ainda é uma realidade vivida por muitas crianças.

Para os espaços de abrigamento ainda vão hoje todas aquelas crianças que de alguma forma perderam ou viram enfraquecer as relações com suas famílias ou comunidades, ou ainda aquelas que transitam entre a casa, as ruas e os próprios abrigos, construindo sua própria identidade e história de vida nestes diferentes e adversos espaços. (RIZZINI e RIZZINI, 2004, p.7).

Entretanto, a condição de abrigada determina um novo ordenamento à vida dessas crianças. Como nas palavras de Carvalho (2002, p.19) pode-se destacar “um contexto muito específico de desenvolvimento, caracterizado, entre outros aspectos, por uma estruturação não-familiar, intensa convivência entre crianças e ausência de espaço individualizado para elas”.

Essas crianças ficam submetidas à rotina institucional, aos ambientes e à equipe de profissionais que trabalham no local. A entrada delas nessa nova realidade vem carregada de histórias que as remetem ao porque do seu abrigamento. Por que vieram parar naquela casa diferente da delas? Por que não estão mais com seus pais? Quanto tempo passarão ali?

Falta clareza em relação a estas questões, apesar de algumas saberem o motivo real de seu abrigamento. Aceitar que ficarão por algum tempo longe de sua casa e de seus pertences pode ser muito difícil, mesmo porque a entrada das crianças, muitas vezes, acontece pelas condições adversas de sobrevivência em que se encontram seus familiares: enchentes que acabaram levando suas casas, maus-tratos, drogas, dificuldades sócio-econômicas, violência, gravidez da genitora, enfim, situações que dificultam permanecer com a criança naquele momento.

A criança que ingressa numa instituição de abrigo vai passar a construir e desenvolver sua vida nessa nova realidade. Formará novas relações com as pessoas que encontrará no ambiente institucional, tanto com a equipe de funcionários, quanto com as crianças que estarão inseridas na mesma situação. Novos vínculos, amizades e identificações

serão constituídos, as histórias de vida serão misturadas ao ambiente das brincadeiras, na hora do banho, da comida. Em relação a essa nova realidade enfrentada pela criança abrigada, Sanches, Parente e Moraes (2005, p.111) destacam que:

As instituições podem ser mais ou menos adequadas no sentido de oferecer condições que propiciem um bom desenvolvimento da criança. Mas a vivência de estar entre outras crianças que passaram por situações semelhantes, a possibilidade de identificação com sujeitos humanos sofredores, mas vivos e em crescimento, pode ser um apoio importantíssimo ao processo de elaboração das situações traumáticas e da organização de uma identidade que inclua uma inserção social.

Podemos observar que os mais velhos, algumas vezes, passam a cuidar dos mais novos; trata-se de crianças cuidando de crianças, demonstrando afeto nesse ato. Acerca disso, Vandell e Mueller (1980, apud CARVALHO, 2002) afirmam que as mais velhas facilitam as interações sociais das mais novas, tal como adultos fariam. Convivendo com outras crianças, elas ficam praticamente obrigadas a interagir significativamente entre si, já que não possuem a possibilidade de interação com muitos adultos, devido à situação em que se encontram. Também podemos notar a existência de um comportamento de apego entre essas crianças facilitando o apoio social. Nesse sentido, Alexandre e Vieira (2004, p. 208) afirmam que “um fator importante no comportamento de apego é a intensidade e a emoção que o acompanha. Essa emoção surge conforme acontece a relação entre a pessoa apegada e a figura de apego”. Com as crianças abrigadas esse comportamento de apego será representado nas relações mais próximas feitas na instituição, tanto com os profissionais quanto com as outras crianças.

Outro fator a ser observado é a rotatividade de plantões entre os cuidadores diurnos e noturnos, o que leva a evidentes dificuldades na manutenção dos vínculos com as crianças.

O comprometimento decorre, sobretudo, da ausência de uma estabilidade dos atores sociais adultos. O esquema de trabalho em rodízio, associado ao elevado absenteísmo, à rotatividade de funcionários e ao indicador adulto-criança elevado são elementos que dificultam a formação de vínculos estáveis e sadios entre os adultos e as crianças. (CARVALHO, 2002, p.30).

Apesar dos obstáculos existentes, devido à instabilidade, devemos destacar que o contato entre esses profissionais é muito importante para o desenvolvimento dessas crianças, como afirma Siqueira e Dell’Aglia (2006), a relação que se estabelece com os monitores¹ representa papel central na vida das crianças e dos adolescentes abrigados, pois serão estes

¹ As autoras utilizam esta denominação para esses profissionais embora durante nosso trabalho utilizemos cuidadores.

adultos que assumirão o papel de orientá-los e protegê-los, formando assim, modelos de identificação.

Apesar de todas essas peculiaridades típicas da vivência institucional, em nosso estudo, destacaremos aspectos significativos encontrados na vivência das crianças que participaram da pesquisa. Dando continuidade, iniciaremos algumas reflexões acerca da família de um modo geral e, mais especificamente, da família com dificuldade sócio-econômica que passando por situações de crise, acabam por deixar suas crianças em um abrigo.

3. FAMÍLIA: TECENDO IDÉIAS SOBRE AS NOVAS CONFIGURAÇÕES

Considerando as questões que trazem o nosso estudo, acreditamos ser de fundamental importância assinalar de maneira geral as transformações e mudanças que perpassam a instituição familiar na atualidade para, posteriormente, discutirmos aspectos funcionais que caracterizam a família desfavorecida. Esta, por motivos diversos, acaba enfrentando situações de crise e assim, se vê sem condições de prover substancialmente suas crianças, fazendo com que as mesmas, durante seu percurso de vida, acabem por chegar a uma instituição de abrigo.

As modificações sociais que repercutem na família são evidentes na contemporaneidade como é o caso das mudanças demográficas (longevidade humana crescente, casamento adiado e menor número de filhos nas camadas médias), inserção da mulher no mercado de trabalho, métodos anticonceptivos e procriação assistida, entre outros, que acarretaram mudanças nos papéis de gênero e parentais (CARAM; TRAVAGLIA; MELGAÇO; MEIRA, 2003).

Passamos da família patriarcal, onde tudo era regido por um pai que ditava todas as regras, para a denominada família igualitária, em que as questões referentes à parentalidade tomam caminhos e significados diversos. Premissa essa constatada por Castilho (2003) ao afirmar que a família tradicional, hierarquizada, organizada em torno do poder do patriarca torna-se cada vez mais horizontal, cedendo lugar a uma nova organização onde o poder é distribuído de forma mais igual: entre o homem e a mulher, bem como entre pais e filhos.

O ingresso das mulheres no mercado de trabalho, a emancipação feminina, as mudanças sócio-econômicas, e por que não dizer, o divórcio, fizeram a composição familiar se modificar em todos os seus aspectos. Na atualidade, diante de todas as transformações que a família vem passando, pensar em sua configuração de acordo com os modelos de outrora não condiz mais com a realidade. Diante dessas idéias, somos levados a pensar na família como um sistema em constante dinâmica, tanto devido aos fatores internos à sua história e ciclo de vida, quanto às mudanças sociais externas à mesma. Acerca disso, Fonseca (2004, p.80) destaca que “sensível às mudanças ao seu redor, a família se nos apresenta com sua face mutante e multifacetada. Em articulação com a cultura, ela se faz e refaz, num processo permanente de transformações de si e de seus membros”.

A família é o lugar do reconhecimento da diferença, do aprendizado de unir-se e separar-se, a sede das primeiras trocas afetivo-emocionais, enfim da construção da identidade.

Para Winnicott (2005) o cuidado materno inicial transforma-se em atenção oferecida por ambos os pais que, juntos assumem a responsabilidade por sua criança e pela relação entre todos os filhos.

Complementando o pensamento do autor supracitado, Singly (2000) reforça que é no espaço onde circula o amor que se constrói uma grande parte da identidade, premissa também corroborada por Ferrari e Kaloustian (2005) quando afirmam que é na família onde se propicia os aportes afetivos e materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar de seus membros.

Assim, nas sociedades, que como a brasileira, valorizam a individualidade, a família toma para si a função de tentar consolidar o eu, em parte através do que se chama “sentimento de família” (AMARAL, 2001), que se forma a partir de um emaranhado de emoções, sentimentos, perdas e ações, compondo o universo do mundo familiar. Nesse sentido, Melo (2000) destaca que “a função da família é atender objetivos distintos: um interno (a proteção psicológica e social de seus membros) e o outro externo (a acomodação da cultura e a transmissão desta)”.

Silva (2004b) afirma que é no seio da família que o indivíduo nasce e se desenvolve, moldando sua personalidade, ao mesmo tempo em que se integra ao meio social. O sujeito, no início da vida, possui uma dependência quase absoluta das figuras parentais que vai, aos poucos, diminuindo, ao mesmo tempo em que se dá o estabelecimento da autonomia.

Portanto, a família assume o papel de matriz no processo de subjetivação do indivíduo, apresentando características específicas de vínculos de aliança, consangüinidade, filiação e fraternos. Ela é um sistema complexo de relações, onde se compartilha o mesmo contexto social de pertencimento, em contradição com anseios e interesses particulares, o que faz com que a família possua um significado único para cada um de seus membros.

A partir das idéias apresentadas por estes autores podemos identificar que apesar das configurações e roupagens diversificadas, a família continua tendo função central para o desenvolvimento biopsicossocial do ser humano. Como afirma Court (2005, p.23) “a família é uma escola, a escola básica da vida, onde seus membros assumem o risco de educar, o risco de expor diante da razão crítica de uma nova geração o significado que encontram para a existência”.

Após tecermos idéias acerca das mudanças significativas que vem acometendo a família, recorreremos à situação em que se encontra a família brasileira conforme Ferrari e Kaloustian (2005):

A família brasileira, em meio a discussões sobre a sua desagregação ou enfraquecimento, está presente e permanece enquanto espaço privilegiado de socialização, de prática de tolerância e divisão de responsabilidades, de busca coletiva de estratégias de sobrevivência e lugar inicial para o exercício da cidadania sob o parâmetro da igualdade, do respeito e dos direitos humanos. A família é o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência de desenvolvimento e da proteção integral dos filhos e demais membros, independente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando (...) Ela desempenha um papel decisivo na educação formal e informal, é em seu espaço que são absorvidos os valores éticos e humanitários, e onde se aprofundam os laços de solidariedade. É também em seu interior que se constroem as marcas entre as gerações e são observados valores culturais (p.11-12).

Apesar de ter todas as funções acima referidas e de representar fundamental importância para o desenvolvimento do indivíduo, existem famílias que, por motivos diversos (catástrofes, negligência, maus-tratos, dentre outros), acabam por se encontrar em situações de crise. Correa (2002, p.74) assinala que “uma das características da crise é a de constituir uma mudança brusca no acontecer de um processo no interior de um sistema”. Assim, considerando o sistema familiar podemos perceber que a situação de crise pode ser intensamente mobilizadora para o desequilíbrio do mesmo. A autora ainda destaca que cada grupo familiar especificamente possui formas distintas nas “resoluções” ou “não resoluções” de seus conflitos. Alguns atuam de formas rígidas e estereotipadas e outros de formas criativas e flexíveis.

Contextualizando essa situação em nosso estudo, podemos pensar no abrigo por dois vieses: um como uma resposta que famílias de dada condição sócio-econômica podem dar diante de situações de crise caracterizada quando procuram abrigar suas crianças e outro como uma imposição dos poderes públicos. Desta forma, é sobre a família em crise, necessitada e de baixa renda que procuraremos tecer discussões e idéias neste momento, considerando a situação sócio-econômica em que se encontram procurando mostrar aspectos de sua vivência e dinâmica interna.

3.1 Família pobre: um retrato da necessidade

A pobreza, cuja definição não é única e nem tampouco universal, se refere, contudo, às situações de carência em que indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico. Assim, para Barros (2000, p. 124), “uma linha de pobreza pretende ser o parâmetro que permite a uma sociedade específica considerar como pobres todos aqueles indivíduos que se encontrem abaixo do seu valor”.

Observa-se, desta forma, que toda a efervescência em torno do debate a respeito da questão da pobreza tem produzido vasta literatura internacional, que vai além da definição do fenômeno e dos métodos de avaliação da extensão do problema. Devido ao fato de que os elementos renda, vulnerabilidade e consumo são variáveis cuja medição é problemática, Salama e Destremau (1999, p.18) colocam que “a pobreza é ao mesmo tempo, um fato e um sentimento”.

Os autores acima comentados, trazem a partir de diferentes perspectivas, a relação entre condição sócio-econômica vulnerável, função familiar, estabelecimento de vínculos e sentimentos. Salama e Destremau (1999) chegam a comentar sobre um “sentimento de pobreza”, assim, isso nos faz pensar que a identificação da pobreza perpassa também aspectos da subjetividade de quem vive essa situação.

Gomes e Pereira (2005) apontam que a questão da família pobre aparece como a face mais cruel da disparidade econômica e da desigualdade social. Esse estado de privação de direitos atinge a todos de forma muito profunda, à medida que produz a banalização dos sentimentos, dos afetos e dos vínculos. A partir das palavras das autoras podemos refletir sobre a condição de pobreza que atinge a família acarretando faltas e, como consequência, fragilizando as relações entre seus membros.

Em algumas famílias pobres, sem condições de prover seus filhos, a situação de necessidade acaba fazendo com que busquem meios substitutos de uma “possível superação”, ao menos temporária, de suas dificuldades sócio-econômicas. Como afirma Ferrari e Kaloustian (2005, p.12) “é consenso que a situação de vulnerabilidade das famílias encontra-se diretamente associada à sua situação de pobreza e ao perfil de distribuição de renda no país”.

Sabe-se que em nosso país as discrepâncias sócio-econômicas e as consequências que estas têm são fatores primordiais na desagregação familiar principalmente nas famílias de baixa renda. Pensamos como Petrini (2003, p.37) quando salienta e entrelaça a condição sócio-econômica e, as funções da família e sua efetividade com as seguintes palavras:

À medida que a família encontra dificuldades para cumprir satisfatoriamente suas tarefas básicas de sociabilização e de amparo/ serviços aos seus membros, criam-se situações de vulnerabilidade. A vida familiar para ser efetiva e eficaz depende de condições para sua sustentação e manutenção dos seus vínculos.

É diante dessas condições que podemos chamar limites, que algumas famílias chegam a procurar auxílio ou são denunciadas nos Conselhos Tutelares para que estes possam

encaminhar ou procurar instituições que abriguem seus filhos enquanto elas buscam, de alguma forma, dispor de condições mais concretas para a subsistência dos mesmos e após isso, poderem levá-los de volta para casa.

Os Conselhos Tutelares são órgãos públicos municipais de caráter autônomo que têm como função zelar pelos direitos da criança e do adolescente. Essa missão lhes foi dada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei nº 8.069/1990, que no seu artigo 132 descreve que “Em cada Município haverá no mínimo, um Conselho Tutelar composto de cinco membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de três anos, permitida uma recondução”.

O Conselho fiscaliza todos os órgãos de proteção (Estado, comunidade e família) não sendo subordinado a nenhuma outra instituição. Diante de situações de ameaça ou violação de direitos, seu encargo é atender crianças, adolescentes e pais ou responsáveis, aconselhando e encaminhando para programas e tratamentos.

Havendo necessidade, o mesmo, pode recorrer aos serviços públicos. Casos de negligência, abuso, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão podem ser encaminhados para o Conselho Tutelar e, a partir da denúncia este órgão vai tentar definir a forma mais viável de se resolver o problema. Nas situações de abrigamento é comum a atuação dos conselhos que buscam favorecer a situação de crianças e adolescentes encaminhando os mesmos para um local onde possam estar protegidos.

Como afirma Temer (2005), a questão do ingresso de uma criança ou adolescente em uma instituição de abrigo traz em si duas realidades muito tristes: por um lado, a de uma família que não deu conta de zelar pelos seus próprios filhos, e, por outro, a de um país que cria famílias cada vez menos capazes de cuidar de suas crianças.

Apesar da autora responsabilizar o Estado e a família pela situação de abrigamento, é o primeiro que acaba por acolher a criança diante da dificuldade da família, uma vez que muitas instituições de abrigo recebem ajuda de custo primordialmente estatal. Assim, considerando a importância que o Estado desenvolve na assistência à criança e à família, Peixoto (2007) acredita que através de vários procedimentos o mesmo poderá contribuir para reaproximar a criança de sua família. A autora considera premissas que fazem parte da realidade francesa, mas que acreditamos poder transferir pelo menos em parte para nosso país.

Os procedimentos de auxílio do Estado citados pela autora são de nível jurídico, econômico e institucional. Fazendo uma analogia à situação brasileira, no nível jurídico temos os programas de educação e autoridade parental; no nível econômico a previdência social, as

aposentadorias, incentivos a poupança, programas de bolsa escola e bolsa família (estes últimos são os principais benefícios do governo direcionados à família de baixa renda); no nível institucional (respondendo às demandas sociais das famílias por uma escolarização precoce, como por exemplo as creches, que favorecem as mães trabalhadoras, mesmo que estejam em período de amamentação).

Segundo estudo produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (ROCHA, 2005), muitas das crianças que se encontram abrigadas têm família e esperam seus pais e suas mães naturais, porém estes não têm como manter os filhos em casa por causa da pobreza e da carência material.

Embora tenhamos conhecimento desses dados, de acordo com o ECA em seu artigo 23, a falta ou carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou suspensão do poder familiar. Entretanto, a realidade se mostra mais complexa, pois, muitas vezes, a situação de pobreza traz consigo conseqüências como a grave questão da negligência por absoluta falta de recursos.

Após essas discussões a respeito das relações entre família e Estado, que nos parecem importantes, nesse momento de nosso trabalho, retomaremos o que nos preocupava, ou seja, como poderíamos identificar famílias pobres? Embora essa temática seja abrangente, como comentado acima, para facilitar a questão, nos basearemos em três definições de pobreza a de Sarti (2003), Yasbek (2003 apud GOMES e PEREIRA, 2005) e Amat et al (1984 apud TAKASHIMA, 2005):

Segundo Sarti (2003, p.12), “a sociedade designa como pobre, os que vivem em bairros periféricos, exercem ocupações com baixa qualificação profissional, tem baixa escolaridade e recebem as mais baixas remunerações”.

Para Yazbek (2003 apud GOMES e PEREIRA 2005, p.359), “são pobres aqueles que, de modo temporário ou permanente, não têm acesso a um mínimo de bens e recursos sendo, portanto excluídos em graus diferenciados da riqueza social”.

Amat et al (1984 apud TAKASHIMA, 2005, p. 79) afirma que “pobreza é fundamentalmente uma experiência humana frustrada, uma deteriorada qualidade de vida. Não seria somente uma determinada relação das pessoas com as coisas, mas uma relação destas consigo mesmas, com os outros e com o ambiente psicológico, social e ecológico”.

Podemos perceber que as definições de pobreza acima referidas se complementam envolvendo características econômicas, escolares, sociais e subjetivas. Contudo, podemos destacar que muito além do comentado, o fato de ser pobre traz em si, outras atribuições. Ser pobre significa estar inserido em uma realidade e experiência singular não apenas pela

posição material, mas pela própria questão estrutural que envolve a situação de pobreza como comentaremos a seguir.

Melo (2005) destaca que ultimamente houve uma evolução das concepções de pobreza para além da carência de renda. Conceitos mais abrangentes e complexos permeiam essa questão, tais como: desigualdade, exclusão social e vulnerabilidade. Considerando desigualdade no sentido amplo, de renda, de acesso, de meios, caracterizada como sendo ainda a primeira razão da pobreza.

Estamos de acordo com Sarti (2003), quando chama a atenção para a pobreza como categoria relativa, onde qualquer tentativa de confiná-la em um único eixo de classificação, ou a um único registro, reduz seu significado social e simbólico. A mesma autora considera que além de se constituir como elo afetivo mais forte dos pobres, a família é identificada como o próprio substrato de sua identidade social. A partir dela, essas pessoas vão se perceber existencialmente, mesmo diante de suas dificuldades perante a vida.

Resumindo tudo o que foi dito até o momento, podemos observar durante o nosso percurso teórico que a questão do abandono sempre esteve presente em nossa história. Inicialmente, havia uma despreocupação total em relação a esta prática. Como apontamos nas idéias de Marcílio (1998), nem o Estado nem a Igreja assumiram diretamente a assistência aos pequenos abandonados, sendo esse encargo, assumido pela sociedade civil da época. Através de sentimentos de fraternidade e conteúdo paternalista sem muitas pretensões a mudanças sociais, essas famílias ou amas-de-leite recolhiam recém-nascidos que eram deixados nas portas de suas casas, Igrejas ou de outros locais por diversas razões, decidindo criá-los. Algumas vezes, recebiam donativos e ajudas para que pudessem manter esses “filhos de criação”. Após isso, o Estado começa sua preocupação mais voltada para a assistência aos abandonados com o surgimento das Câmaras Municipais, Santas Casas de Misericórdias, Rodas e as Casas de expostos, além de recolhimento para meninas pobres e para as expostas.

Com o crescimento demográfico e a urbanização, a questão das crianças abandonadas toma uma amplitude bem maior. As instituições existentes passam a não responder mais as demandas e exigências da nova sociedade que se formava. Com isso, o problema se torna de ordem pública, o Estado vai procurar meios para que possa “organizar” a questão do auxílio aos abandonados. Assim, vieram os Códigos de Menores nos quais, o Estado passa a receber atribuições, assumindo então, a tutela do órfão, do abandonado e dos pais ausentes, garantido em seus direitos de pátrio poder. É interessante observar que o percurso de amparo à criança abandonada passa de sentimentos de piedade iniciais para a preocupação com a delinqüência; agora, essa mesma criança, é vista como perigosa para a

organização social. Enfim, estando os frutos do abandono soltos pelas ruas, acabaram por assustar e preocupar o Estado, fazendo com que o mesmo buscasse uma “solução” para essa inquietação. Assim, uma das formas encontradas foi a institucionalização com a criação, por exemplo, da FEBEM. Entretanto, com o esgotamento deste modelo, o Estado sente a necessidade de resgatar o apoio e a importância da instituição familiar embora mantenha suas prerrogativas. É quando há o surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente que dentre suas idéias inovadoras tem como destaque o papel da convivência familiar.

Diante das dificuldades e insuficiências das famílias, o Estado serviria de suporte para elas, abrigando assim, suas crianças temporariamente enquanto as famílias não apresentam condições de criá-las. Todavia, ao adentrar nesse mundo de abrigamento, a criança é inserida em uma situação diferente da que vivia até então. Ficará distante de sua casa e de seus familiares e conviverá em um local, e com pessoas até então desconhecidas. Ao ingressar em um abrigo, a criança será submetida a aspectos peculiares de uma vivência que determina sua condição de institucionalizada.

Após discutirmos aspectos das modificações familiares, de modo geral, e das especificidades, daremos seguimento à pesquisa, apresentando os objetivos e o método.

4 OBJETIVOS DA PESQUISA

4.1 Objetivo Geral

- Analisar os significados que crianças em situação de abrigo atribuem a esta situação;

4.2 Objetivos Específicos

- Conhecer o percurso trilhado por essas crianças até a situação de abrigo através dos prontuários e de entrevistas com a equipe;

- Pesquisar como crianças em situação de abrigo percebem o ambiente familiar, estando excluídas temporariamente do mesmo;

- Investigar o que significou o período de abrigo na vida dessas crianças;

5 MÉTODO

A pesquisa é de natureza qualitativa. Bogdan e Biklen, citados por Turato (2003), comentam que a pesquisa qualitativa está mais próxima de pensar a condição humana. Os mesmos autores acreditam que a experiência compreendida, a partir da capacidade humana de dar significados e descrever como esses são construídos, permite que a observação empírica, associada a outros instrumentos, transforme-se em uma possibilidade concreta de investigação do comportamento humano.

Outro fator de destaque da pesquisa qualitativa é o trabalho de campo, em que o investigador qualitativista vai estudar as coisas, porém sem se ater às mesmas, e sim voltando-se à realidade em que os atores sociais se encontram, no sentido de compreender como essa realidade se apresenta para eles. Não podemos esquecer que, durante a pesquisa de campo, o investigador prescinde de atitudes como: abertura, flexibilidade, capacidade de observação e interação (MINAYO, 1996).

A respeito dessas questões insistem Denzin e Lincoln (1994 apud TURATO, 2003, p.191), “os pesquisadores qualitativistas estudam as coisas em seu setting natural, tentando dar sentido ou interpretar fenômenos em termos das significações que as pessoas trazem para eles”.

Partindo desse pressuposto, acreditamos que o método qualitativo se apresenta como o mais adequado ao que nosso estudo se propôs: analisar os significados que crianças em situação de abrigo possuem vínculos familiares atribuem a esta situação.

5.1 Participantes

Participaram da pesquisa seis crianças abrigadas em uma instituição na cidade de João Pessoa, na faixa etária de sete a nove anos, cursando a primeira série do ensino fundamental, sendo apenas uma do sexo masculino. Essa instituição é gerida pela FUNDAC - Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente “Alice de Almeida”, vinculada ao governo do Estado da Paraíba.

A escolha da faixa etária foi baseada no fato de que, nesse período, as crianças se encontram em uma etapa do desenvolvimento em que, geralmente, já possuem introjetadas questões relacionadas à família (BEE, 1997). Logo, consideramos que possam ter o entendimento necessário para a aplicação dos instrumentos utilizados. Dessa forma, acreditamos que possam abstrair o que lhes foi pedido e expressar o que vivem, por estarem

em situação de abrigo, afastadas de suas famílias, embora recebam visitas semanais. As questões de gênero e de tempo de abrigo não foram consideradas como critérios de inclusão dos participantes uma vez que a instituição não é de longa permanência, o tempo de abrigo é muito variável, dependendo de cada situação específica, dificultando assim, determinar-se um tempo padrão para selecionar a amostra. Para a aplicação dos instrumentos utilizados, tivemos em torno de dois a três encontros com cada criança e, em cada caso, procuramos resguardar a identidade das mesmas, estipulando nomes fictícios para cada uma delas e também em seus desenhos.

5.2 Instrumento

Foram utilizados os seguintes instrumentos:

- *Técnicas projetivas*, consistindo no Desenho da Família e nas Fábulas de Duss. Os mesmos permitiram, além da expressão de sentimentos e afetos, o acesso a análise dos significados que crianças em situação de abrigo que possuem vínculos familiares atribuem a essa situação. Descreveremos brevemente dois:

Teste do Desenho da Família: Tem como objetivo estudar a problemática da criança, em especial das situações afetivas no meio familiar. O teste permite ver o tipo de conflito existente, o estágio evolutivo da criança, o valor que a família representa para a criança, a rivalidade entre irmãos, fixações, os personagens intrusos na família e a vida da criança. (DIAS, 2000).

Segundo Corman (2003, p.11), “o desenho de família, em particular, permite à criança projetar as tendências recalçadas em seu inconsciente e, assim, poderá revelar-nos os verdadeiros sentimentos que nutre pelos membros do seu ambiente familiar”. Assim, acreditamos que, para conhecermos como crianças abrigadas percebem sua família, esse teste nos proporcionou uma via significativa.

Conforme a autora supracitada, a instrução do teste consiste em pedir à criança que desenhe uma família ou uma família qualquer, e, após o desenho, faz-se um questionário, pedindo que identifique cada personagem, explicações sobre detalhes do desenho que o examinador não entende e perguntas, tais como: Qual o melhor? Qual o pior? Qual o mais feliz? Para cada resposta, deve-se pedir o porquê e fazer ainda duas questões: E você, nesta família, quem prefere? Qual deles gostaria de ser? Para a análise do desenho, deve-se levar em conta dois aspectos: o nível gráfico formal (amplitude, forma do traço, tamanho, entre outros) e o conteúdo (tendências afetivas, valorização dos personagens, dentre outros).

Para favorecer o entendimento do instrumento utilizado, acreditamos ser pertinente trazer, de maneira sucinta, as variáveis escolhidas e utilizadas na análise do Teste do Desenho da Família, propostas por Corman (2003) e Hammer (1981), e seus respectivos significados psicológicos:

Análise geral e formal

- *Posição da folha* – A folha representa o ambiente delimitado pelas bordas do papel e imposto ao sujeito. Sua posição indica como se coloca perante o mundo;
- *Localização na página* – Revela a orientação geral do indivíduo no ambiente e consigo mesmo;
- *Força ou pressão do traço* – Refere-se ao nível energético expresso pelo sujeito, sendo sinal de vitalidade, decisão, iniciativa ou insegurança, ansiedade, falta de confiança;
- *Qualidade da linha* – Dá indícios de força, dependência, insegurança, espírito de luta, obstinação, de acordo com as características das linhas (retas, curvas, curtas);
- *Tamanho* - Revela a relação dinâmica do sujeito com seu ambiente, como está reagindo às pressões;
- *Simetria* – Indica como estão estruturados os sentimentos de segurança emocional e como se lida com eles;
- *Movimento* – O movimento está associado à inteligência e ao tônus vital. A presença indica inteligência superior, potencial de realização, capacidade criadora. Sua ausência indica repressão, inibição;
- *Detalhes* – Podem ser escassos ou ausentes, adequados ou inadequados, excessivos, revelando desde retraimento à rigidez e à obsessividade;
- *Indicadores de conflito* – O conflito está associado à parte do corpo ou à personagem desenhada. Eles são expressos através de rasuras, negrito, borraduras, correções e retoques, sombreamento, resistências a desenhar e comentários;
- *Uso da borracha* – Está relacionado à auto-crítica.

Análise do Conteúdo

- *Tipo de família* – Pode ser representada a família *real*, que indica a aceitação da própria família, ou a família *ideal*, que sugere o desejo de ter outra;
- *Valorização de figuras* – Em geral, trata-se de um ou mais personagens em relação aos quais o sujeito demonstra ter sentimentos positivos;

- *Desvalorização de figura* – Geralmente, dá indício de conflito com a personagem desvalorizada e/ou demonstração de não afinidade com a mesma;
- *Omissão de figuras* – Trata-se da desvalorização levada ao extremo;
- *Personagem acrescida* – Revela tendências e indícios de sentimentos referentes à figura acrescida;
- *Os laços e relações a distância* – Dizem respeito à posição que as figuras ocupam no papel, indicando harmonia familiar ou desigualdade nas relações entre os diversos membros;
- *Relação fraterna* – Diz respeito às relações com os irmãos, podendo ser expressa por *reação agressiva* (desvalorização de um ou todos os irmãos) ou *reação depressiva* (desvalorização de si mesmo);
- *Relação com os pais* – Refere-se à relação da criança com os seus genitores. Podem ser observados indicadores de relação *edípica franca* e relação *edípica disfarçada*.

Os desenhos serão apresentados de forma reduzida no decorrer das análises de cada caso respectivamente. Outro instrumento utilizado, em nosso estudo, foi as Fábulas de Düss, que trouxeram informações complementares as anteriormente descritas.

As Fábulas de Düss: As Fábulas de Düss consistem em um método projetivo à base de contos incompletos, cada qual com um determinado objetivo, ou seja, as detecções de presença e do estágio de desenvolvimento de complexos psicoemocionais, foram elaborados pela psicanalista francesa Louise Düss (DIAS, 2000).

Cunha e Nunes (1993) destacam que o herói, animal ou criança, da fábula, se encontra em situações ambíguas e simbólicas facilitando assim, a projeção da criança e permitindo a identificação de conflitos.

Utilizamos a forma verbal, incluindo dez pequenas historietas incompletas que o sujeito deveria completar, juntamente com a forma pictórica composta por doze lâminas, com ilustrações adequadas a cada uma das fábulas, que deveriam ser apresentadas concomitantemente à forma verbal.

A seguir, identificaremos as fábulas seguidas de suas respectivas funções no teste, segundo Düss (1986 apud Cunha e Nunes, 1993):

- *Fábula do passarinho:* Averigua a fixação em um dos pais ou interdependência do sujeito;

- *Fábula do aniversário de casamento*: Possibilita a observação do choque ou reação frente à cena primária;
- *Fábula do cordeirinho*: Averigua o complexo de desmame, complexo de Caim e rivalidade fraterna;
- *Fábula do enterro ou da viagem*: Tem como finalidade identificar a agressividade, os desejos de morte, a culpabilidade e a autopunição;
- *Fábula do medo*: Possibilita a identificação da angústia e da autopunição;
- *Fábula do elefante*: Averigua o complexo de castração;
- *Fábula do objeto fabricado*: Procura identificar se há caráter possessivo e obstinado (complexo anal);
- *Fábula do passeio*: Tem como objetivo detectar o complexo de Édipo;
- *Fábula da notícia*: Averigua a relação com os desejos e medos que o sujeito possui;
- *Fábula do sonho mau*: Obstina-se ao controle das fábulas precedentes.

Para analisar as Fábulas de Düss, utilizamos os tipos de respostas tanto normais como significativas simbólicas, de acordo com Dias (2000), que se apoiou em Düss (1987) e Tardivo (1998), assim como, as respostas mais comuns encontradas em Cunha e Nunes (1993).

- *Prontuários ou pastas de encaminhamento*: foram pesquisadas as informações a respeito das justificativas legais para os encaminhamentos, evolução psicossocial, visitas domiciliares, informações da vida da criança e dinâmica familiar em geral. Além de responder a um de nossos objetivos, esse instrumento trouxe dados significativos que permitiram uma melhor utilização e análise das técnicas projetivas;

No sentido de complementar os dados colhidos nos prontuários, também achamos por bem, entrevistar profissionais da equipe da instituição. Entrevistamos as psicólogas do turno da manhã e uma das pedagogas. Em geral, iniciávamos a entrevista semidirigida com as seguintes perguntas: “O que você acha do comportamento dessa criança?” “Como você a percebe aqui na instituição? Essas informações nos deram acesso a detalhes sobre a vida das crianças.

5.3 Procedimento de coleta de dados

Inicialmente, realizamos uma pesquisa bibliográfica, objetivando fundamentar os conceitos e a temática em questão, proporcionando uma maior familiaridade e conhecimento

sobre o assunto. Paralelamente, solicitamos um ofício à Coordenação do Mestrado de Psicologia da Universidade Católica de Pernambuco, visando à liberação de visitas às instituições onde se encontram crianças em situação de abrigo. Após esse contato, selecionamos a instituição. Em uma primeira aproximação, procurando estabelecer *rapport*, transitamos pelas dependências da instituição, assim como estabelecemos contato com as crianças, cuidadores e funcionários, tornando-nos conhecidos por todos. Foi o momento de entrarmos em contato com as rotinas da instituição e de observarmos o comportamento das crianças, cuidadores e funcionários, familiarizando-nos com os mesmos. De posse da permissão dos Comitês Científico e de Ética da Universidade Católica de Pernambuco (Anexo A), iniciamos a pesquisa. A partir daí, demos continuidade à seleção dos participantes, observando a faixa etária mais apropriada para a utilização dos instrumentos. Aprofundando em seguida o *rapport*, buscamos conhecer um pouco da história de cada uma das crianças selecionadas, através delas próprias, o que abriu espaço para a elaboração dos passos seguintes, facilitando a utilização dos instrumentos. Fizemos uso também do desenho livre em alguns momentos, porém sua função foi apenas lúdica, favorecendo assim, o contato com as crianças.

Vencido esse primeiro momento, iniciamos o trabalho com as crianças a partir dos recursos expressivos, constando, assim, de dois ou três encontros. No primeiro, após o *rapport*, aplicamos o Desenho da Família; no segundo, foram aplicadas as Fábulas de Düss, além de sugerirmos um desenho livre. Em seguida, tivemos acesso aos prontuários ou pastas de encaminhamento de cada criança, tomando ciência das justificativas legais para os abrigamentos. Para complementar estas informações, utilizamos entrevistas semidirigidas, com alguns profissionais da instituição, possibilitando o contato com dados mais específicos da vida de cada criança. É importante salientarmos que o modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo B), para a realização da presente pesquisa, foi assinado pelo diretor da instituição selecionada, visto que o mesmo se encontra como representante do Estado quanto à guarda das crianças em situação de abrigo.

5.4 Procedimento de análise dos resultados

Os dados obtidos nos prontuários e as entrevistas com os profissionais foram utilizados como um meio de acesso às informações sobre a vida das crianças. Os desenhos e fábulas foram analisados de acordo com os indicadores de cada um.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

6.1 Resultados obtidos com cada criança individualmente

Iniciaremos a apresentação dos resultados com casos específicos das seis crianças atendidas e em seguida, serão apresentados os resultados do grupo. Utilizaremos informações do *rapport* estabelecido com as crianças e dos prontuários de encaminhamento, bem como um pouco da história pessoal de cada uma através dos relatos de alguns profissionais que compõem a equipe da instituição, representada por duas psicólogas e uma pedagoga. Posteriormente, traremos as respectivas análises do Desenho da Família e das Fábulas de Düss.

Durante nossa passagem na instituição onde foi realizada a pesquisa, antes de começarmos a aplicação dos instrumentos, pudemos observar a dinâmica dessas crianças dentro da instituição e perceber algo significativo e peculiar em cada uma. Assim, utilizando-nos das informações adquiridas, relataremos antes de cada análise dos instrumentos aplicados, a nossa observação.

6.1.1 Camila

6.1.1.1 Apresentação

Trata-se de uma menina de nove anos de idade, que cursa a primeira série do ensino fundamental. Embora sua faixa etária ultrapasse a aceita pela instituição, por possuir mais dois irmãos também abrigados, sendo a mais velha deles, procurando não separá-los, ainda se encontra institucionalizada. É uma criança bem nutrida, cor morena, cabelos curtos pretos e encaracolados, parecendo tímida e retraída. Busca a companhia de crianças menores para brincar, logo se apegou a um menino de três anos que chegou à instituição e sempre o coloca no braço, tratando como seu bebê. Possui mais dois irmãos também abrigados na instituição, uma menina e um menino, sendo a mais velha deles. Camila demonstra certo distanciamento de sua irmã Bruna, que também participou do nosso estudo, não manifestando, aparentemente, amizade e afeto.

Após o *rapport* estabelecido com a criança, chegou à instituição com seu pai, que ia ajeitar a casa. Afirma sentir-se feliz por estar no abrigo, mas não lembra como se sentiu logo que chegou. Quando questionada sobre seu convívio no abrigo e sobre o relacionamento

com as outras crianças, declara que brinca: “-Eu fico brincando, eu gosto mais do pequenininho”, referindo-se a uma criança pequena à qual é muito apegada. Afirma que gosta menos de uma menina porque briga com ela, referindo-se a uma criança maior que exerce liderança no abrigo. Não possui precisão do tempo que está na instituição, porém revela que já está lá há muito tempo. Até os dias em que foi realizada a coleta de dados a criança estava há dez meses na instituição porém, não consegue ter essa noção de tempo, apenas revela que já está lá há muito tempo. Disse que a sua relação com as cuidadoras é boa e declara preferência em relação a uma, especificamente.

6.1.1.2 Dados obtidos nos prontuários

A criança nasceu no dia dezenove de maio de mil novecentos e noventa e oito. Foi abrigada, juntamente com dois irmãos, no dia vinte e cinco de julho de dois mil e seis, sendo encaminhada, no início, ao setor psicossocial de abrigo da Vara da Infância e Juventude. Há alguns anos, a genitora abandonou o lar na cidade de Pilar-PB e a família tinha uma casa que foi incendiada. O genitor afirmou que, quando se juntou com sua ex- companheira, foi morar em uma fazenda na cidade de Pilar e levou um cunhado para morar com eles. Quando o casal se separou, o cunhado voltou com todos os sobrinhos, e foram viver na casa do pai e dos avós, respectivamente. O genitor foi morar com a mãe dele e ninguém sabia da ex-companheira. Ele afirma que, todos os dias, ela ia buscar leite, mas demorava muito para voltar. Foi então, que aconteceu um incêndio na casa onde moravam, motivado por uma vela acesa pela filha Bruna, irmã de Camila. Depois de certo tempo, o genitor ficou sabendo que a ex- companheira ia se encontrar com a pessoa com quem mora hoje. As crianças viviam na casa dos avós maternos, porém o pai sempre tinha notícias delas, até que soube que os meninos não estavam bem. Logo, tomou a iniciativa de trazê-las para a sua companhia, e viveram juntos cerca de um ano. Eles ficaram alojados em um pequeno vão desocupado em um sítio, onde o marido da tia paterna era caseiro e motorista da proprietária. A tia não dispõe de condições para assumi-las, ficando apenas com uma sobrinha adolescente, também irmã de Camila. Com o consentimento dos patrões da irmã, o pai das crianças resolveu pedir ajuda ao Juizado, por isso foram abrigadas.

A mãe das crianças, ao separar-se, encontrou um outro companheiro, com quem vive até os dias atuais, resultando uma filha dessa união. Mora na cidade de Pilar e tem dificuldades de visitar seus filhos. Revela temor de encontrar seu ex-marido por qualificá-lo como uma pessoa violenta, comentando que já sofreu constrangimentos. A genitora tinha a

promessa de ficar com os filhos, quando terminasse de construir sua casa com seu novo companheiro, porém isso não aconteceu, ficando sem previsão de quando poderia recebê-los. O pai das crianças, sempre que ia visitá-las, informava que ia arrumar um emprego e lugar para morar com os filhos, mas nenhuma das opções aconteceu. Continuou morando na casa da irmã com a filha mais velha. Antes do abrigamento, as crianças moraram com os avós maternos e um irmão de Camila continua morando até hoje. Recusa-se a morar com o genitor em função de agressões sofridas.

A mãe das crianças apareceu depois de muito tempo e protestou sobre a entrega dos filhos ao marido. Telefonou para uma das filhas que está com o genitor, chamando-a para ir morar com ela, mas essa não aceitou. De maneira geral, nenhum dos filhos quer mais o convívio com a mãe.

A família de Camila encontra-se distribuída assim: Camila, Bruna e Camilo estão na instituição, onde fizemos nosso estudo; Cláudio está no Recanto Meninada, outra instituição que abriga crianças; Júlio mora com a avó materna, e Bárbara, com a tia paterna, no mesmo lugar que seu pai.

Como podemos observar, a família de Camila está toda dividida e por falta de condições, o pai pediu ajuda ao Juizado, para abrigar os filhos. Esse fato vem confirmar as idéias de Correa (2002), apontando que situações de crise podem constituir uma mudança brusca no acontecer do processo de um sistema. No caso da família de Camila, a situação de crise gerada pelo abandono do lar pela mãe, incêndio na casa e falta de condição do pai acabou por favorecer o abrigamento dela. Buscar o juizado foi um meio que o pai da criança encontrou de “resolver” pelo menos temporariamente o conflito que se passava em sua família. Tal situação vem a comprovar o pensamento de Silva (2004a, p.58) destacando que “a incapacidade de prover os bens necessários para a sobrevivência de seu núcleo familiar faz com que o pai ou responsável veja a institucionalização como uma opção real de garantia dos direitos básicos de seus filhos”.

6.1.1.3 Informações colhidas com a equipe

- Relato da pedagoga que dava reforço escolar às crianças pela manhã

A pedagoga afirmou que, quando Camila chegou ao abrigo, ficava muito retraída, tímida demais, sempre pelos cantos. Inicialmente, ao dar o reforço ao grupo de crianças, percebeu que a menina fazia algumas coisas para chamar sua atenção. Depois, sentiu que tinha que ficar sozinha com a criança, para dar o reforço. Relatou a seguinte conversa: “-Tia,

eu quero ficar sozinha com a senhora”. A pedagoga declarou que explicou a atividade a ser desenvolvida pelo grupo e continuou, mas a criança afirmou: “-Não, tia, eu queria sentar no colo da senhora”. A partir disso, ela destacou a carência afetiva relacionada a essa atitude da criança. Esse dado corrobora as idéias de Guirado (2004, p. 19) quando afirma que “a carência afetiva é sempre apontada quer pelas pesquisas de estatuto científico, quer pelos que fazem o cotidiano das instituições, como uma decorrência imediata”.

A profissional confessou que foi muito difícil inseri-la no grupo, mas afirmou, feliz, que conseguiu. Chamava-a sempre para o grupo, no entanto a mesma, no meio da atividade, sempre queria ir para o colo. Destacou que era um dos problemas que teve em grupo, pois não podia colocar apenas uma criança no colo, para não fazer distinção. Outra questão significativa apontada foi que Camila e sua irmã não se entendiam, que nunca foram amigas e que, quando ficavam juntas, havia confusão. A pedagoga apontou que a diferença física entre as duas irmãs as afastava. Camila parecia com a família do pai -cor morena e cabelos pretos e encaracolados- enquanto Bruna, com a família da mãe -cor e cabelos mais claros. A pedagoga notou que a criança tinha inveja da irmã, dizendo que as pessoas gostavam mais de Bruna do que dela. “-Tia, o pessoal gosta mais de Bruna do que de mim”. A pedagoga afirmou que trabalhou isso com a criança, dizendo que ela não era igual à Bruna, porque cada uma tinha seu jeito e, assim, aos poucos, conseguiu trazer Camila para o grupo.

Ela achava que a avó materna das crianças escanteava um pouco Camila, pois, na visita semanal, Bruna ficava no colo dos avós. Disse que a criança chupava dedo e que uma vez relatou que queria uma chupeta. Apesar de pedir, às vezes, uma chupeta, afirmou que não gostava de ser chamada de bebê. Como declarado por Camila, a pedagoga destacou que a mesma apegou-se muito a um menino pequeno que também estava abrigado na instituição, destacando que, quando Camila foi desabrigada, no dia vinte e nove de junho de dois mil e sete, chorou muito ao se despedir da criança, dizendo que não queria ir embora e deixar o menino no abrigo. A pedagoga não viu a cena de despedida, mas afirmou que quem a viu destacou que foi muito emocionante. Afirmou também que as crianças saíam nos finais-de-semana com a avó materna e voltavam tristes para o abrigo, como se estivessem com saudades, principalmente o irmão menor.

-Relato de duas psicólogas da instituição

As psicólogas confirmaram que Camila é muito apegada a Carlos -criança de três anos que está na instituição. Inclusive, as mesmas orientaram as cuidadoras para observarem essa ligação. Camila ficava demasiadamente com a criança nos braços e beijava muito. Essa situação de apego a crianças menores é também encontrada nos resultados de uma pesquisa

com crianças institucionalizadas feita por Alexandre e Vieira (2004) em que foi identificada a prática de uma espécie de maternagem por parte das meninas do grupo de 8 e 9 anos para com o meninos de 3 e 4 anos. As profissionais declararam que ela é muito introvertida, recuada e calada; nas visitas, relutava em ir abraçar o pai, não interagindo com o mesmo. As psicólogas informam que trabalharam esse comportamento da criança, conversando, e essa situação foi melhorando.

6.1.1.4 Avaliação psicológica

A criança em questão, após o *rapport*, foi submetida aos seguintes testes: Desenho da Família e Fábulas de Düss.

Neste momento, apresentaremos a análise do desenho feito por Camila, analisado segundo as contribuições dos autores Cormam (2003), Dias (2000) e Retondo (2000):

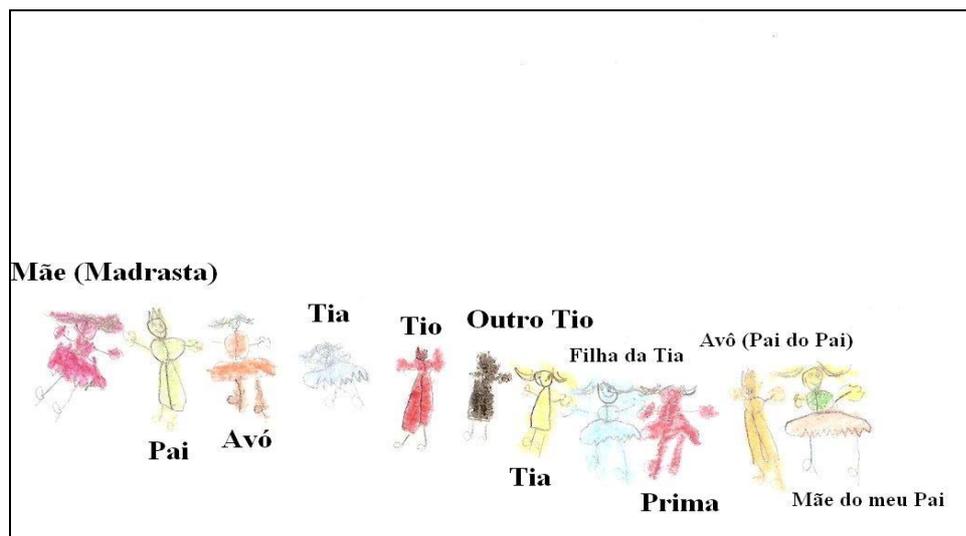


FIGURA 1: Desenho feito por Camila.

-Teste do Desenho da Família

Questionário sobre a Família:

Qual é o melhor? “-Meu pai e minha mãe”, referindo-se à companheira do pai. A pedagoga da instituição relatou que conheceu a companheira do pai, mas não teve muito contato, pois veio com o genitor, algumas vezes, visitá-las.

Qual o pior? “-Minha mãe de Pilar”. A criança diz que a mãe de Pilar é a pior, mas ela não está no desenho. (Examinadora: Qual? A que mora em Cabo Branco?) “-A minha mãe de

Pilar, porque eu não gosto dela não”. “-Ela me abandonou, foi para outra casa, arrumou outro homem”.

Qual o mais feliz? “-Meu pai e minha mãe”, referindo-se à companheira do pai.

E você, nesta família, quem prefere? “-Minha avó da Penha”.

Qual deles gostaria de ser? Aponta para o desenho da avó da Penha.

Durante a aplicação do questionário, insistimos e estimulamos respostas mais elaboradas, porém a criança demonstrou dificuldade, sempre se mantendo em silêncio.

Interpretação do Desenho da Família:

Quanto aos aspectos gerais e formais, o desenho localiza-se na parte esquerda da página (passado, introversão, indivíduos mais voltados à infância, própria dos retraídos) e na zona inferior (instintos primordiais de conservação de vida, insegurança, orientação para o concreto). O tamanho é pequeno (sinal de inferioridade, inibição, constrição e depressão), há simetria e proporcionalidade, gesto de pouca amplitude com linhas curtas e traço fraco (indicando impulsos fracos, doçura, timidez).

No aspecto do conteúdo, a criança desenhou, em primeiro lugar, a mãe (na verdade, a madrasta, companheira do pai), o pai, a mãe da mãe biológica (avó), tia, tio, outro tio, tia, filha da tia, prima, avô (pai do pai), avó (mãe do pai). Geralmente, a pessoa desenhada em primeiro lugar representa uma figura dominante, a mais importante. Como Camila desenhou inicialmente a companheira do pai, acreditamos que, a criança possui introjetada a questão do abandono por parte da mãe biológica (verbaliza no questionário). Então podemos pensar que ela percebe a companheira do pai como figura significativa, assim, o desenho pode representar a própria madrasta ou a mãe que gostaria de ter. A criança identifica como pior a mãe biológica, embora não a tenha desenhado. Afirmou preferir e que gostaria de ser a avó da Penha, referindo-se à avó materna, com quem morou algum tempo. Excluiu-se do desenho, o que caracteriza desvalorização, não aceitação, exclusão da família e desejo de não pertencer à mesma. Excluiu seus cinco irmãos, inclusive os dois que estavam abrigados com ela na instituição, caracterizando rivalidade fraterna e ciúmes. Deste modo, acreditamos que devido ao contexto vivenciado por Camila, ela exclui a si e seus irmãos também pelo fato de estarem abrigados. Embora nem todos os irmãos estejam abrigados, a família está toda dividida, e pensamos que essas omissões podem refletir essa instabilidade familiar.

A criança também omitiu do desenho sua mãe biológica. Com isso, podemos considerar como uma retaliação, dada a realidade de abandono que a própria criança verbalizou em relação à mãe, visto que, de acordo com os dados colhidos de sua história, foi quando a mãe abandonou o lar que a situação de crise familiar foi iniciada. Coloca, no lugar

da mãe, a companheira do pai que, segundo informações, nem é tão conhecida dela. Assim, utiliza a figura da madrasta como meio substitutivo de sobrepor seu abandono, manifestando o desejo de ter essa figura materna perto de si. Acrescentou avós, tios e primos, podendo indicar confusão, dificuldade de ligação afetiva (tem muitas pessoas, e não tem ninguém), pais ausentes que delegam o cuidado dos filhos aos parentes. No caso de Camila, podemos considerar que este acréscimo se deve ao fato dela ter convivido com essa família numerosa, visto que, quando a mãe abandonou o lar, a criança foi morar com os avós maternos e depois com o pai e parentes paternos.

Comentando o questionário, encontramos respostas que condizem com a realidade da criança. Percebe-se a preferência pela avó materna, que a acolheu após a separação do casal, o repúdio à mãe biológica, excluindo-a do desenho, refletindo assim, o abandono. Ela considerou os melhores e mais felizes como o pai e a companheira do mesmo, caracterizando uma forma de, quem sabe, voltar a ter uma família.

- **Fábulas de Düss:** A presente análise dos resultados das Fábulas de Düss foi feita segundo as contribuições de Cunha e Nunes (1993) e Dias (2000):

Fábula	Resposta da criança	Classificação da resposta
1	Vai voar para outra árvore	Resposta normal
2	Porque tá triste. Porque ela não queria que a mãe se casasse.	Reações de agressividade e de hostilidade diante da cena primária
3	Tem que comer capim.	Resposta normal (aceitação do desmame, da rivalidade fraterna)
4	a) Não sei não. b) Não sei não.	Rejeição à fábula (impossibilidade de lidar com a situação)
5	Do bicho. Porque ela nunca viu.	Resposta normal
6	Porque é outro, porque o povo mudaram.	Resposta normal Superação do complexo de castração (respostas que não se referem à tromba e que aceitam o crescimento)
7	Vai dar à mamãe.	Resposta normal
8	Não sei. Eu acho que ele não queria ir para casa não.	Resposta normal
9	Vai contar que não arengue na escola. Porque se não fica de castigo.	Resposta normal
10	Com o bicho do mal.	Resposta normal

QUADRO 3: Resultados das Fábulas de Düss – Camila.

Interpretação das Fábulas:

Os autores supracitados afirmam que a resposta dada na fábula dois indica indícios de conflitos com reações de agressividade e hostilidade diante da cena primária, porém, considerando a história de vida de Camila, é de se supor que a resposta dada está indicando que foi o novo relacionamento da mãe que separou a família, visto que, após o abandono do lar pela genitora os conflitos familiares se iniciaram. A criança também apresentou uma rejeição ou incapacidade de lidar com a fábula quatro, que tem como finalidade identificar a agressividade, desejos de morte, culpabilidade e autopunição. Diante desses conflitos identificados, podemos observar a ligação entre os mesmos e a relação com os pais, e a situação de Camila refletiu-se como abandono pela figura materna e o fato de ter ido para o abrigo, porque o pai ia ajeitar a casa. A criança se viu sem casa, sem lar. Nas demais fábulas, a criança apresentou respostas normais. Outro fato interessante é que, no mesmo dia da aplicação das Fábulas de Düss, ao ser sugerido o desenho livre, Camila desenhou a família de sua professora da escola, incluindo a professora, o marido e a filha. A partir disso, acreditamos que a criança idealiza e manifesta o desejo em ter uma família.

Síntese:

Diante de todas as informações, em nosso estudo, percebemos Camila como uma criança que possui uma concepção familiar muito confusa. Após o abandono do lar pela mãe, pelo fato do convívio alternado com parentes paternos e maternos, a situação que viveu a fez ter um significado familiar sem harmonia. Estando no abrigo, acreditamos que, com o distanciamento do contato, apesar das visitas dos avós maternos e do pai, a criança ficou com uma idéia vaga e fragmentada do que seja a sua família. Quanto ao abrigamento, Camila afirmou sentir-se feliz, embora, devido à sua retração, não possua muitas amizades com as outras crianças, assim podemos perceber que o significado dado ao abrigamento em sua vida foi positivo. Demonstrou ser uma criança que sinaliza uma forte carência afetiva, estando diretamente ligada à situação e à dinâmica familiar que está inserida. Nos instrumentos utilizados, podemos perceber uma nítida congruência de dados colhidos com a história pessoal da mesma, caracterizando uma projeção dos conflitos significativos que refletem a dinâmica familiar vivida.

6.1.2 Bruna

6.1.2.1 Apresentação

Trata-se de uma menina com sete anos de idade, que cursa a primeira série do ensino fundamental. Possui cor clara e cabelos ondulados também um pouco claros, apresentando diferença física em relação à sua irmã Camila, criança referida anteriormente. Parece ser extrovertida, alegre e desinibida. Demonstra ter boa convivência e ser bem aceita por todos da instituição, tanto pelas crianças como pelos funcionários. Manifesta uma capacidade de liderança aprimorada e, às vezes, acaba fazendo um pouco de confusão com as outras crianças, ao tentar impor sua vontade. Apresenta um comportamento marcado pela necessidade de sentir-se útil, vindo a ser expresso, quando sua ajuda é solicitada pelas cuidadoras. Exemplo disso é o fato de que, nos horários de banho, por ser uma das maiores, muitas vezes, vai pegar a roupa das crianças menores no andar de cima da instituição. Essa situação confirma dados de pesquisa feita por Carvalho (2002) em que às vezes as crianças mais velhas vão buscar alguma roupa para as mais novas ou vão buscá-las quando se distanciam muito do restante do grupo quando lhes é pedido.

Após o *rapport* estabelecido com a criança, ela chegou à instituição porque seu pai não teve condições de cuidar dela, uma vez que ele ia ao trabalho de manhã, e ela ficava sozinha com seus irmãos em casa. Afirmou sentir-se bem no abrigo: “-As coisas são boas; todas as tias são boas”. Relatou que, ao chegar, primeiro almoçou e depois tomou banho, citando o nome de três cuidadoras que a receberam. Quando questionada sobre seu convívio no abrigo e o relacionamento com as outras crianças, afirmou que, quando chegou, uma das meninas batia nela, logo não sabia que ela era amiga. Revelou também que não se relaciona bem com todas as crianças, mas declarou que gosta de uma menina de quatro anos, a que batia nela, e de uma que já foi embora da instituição, afirmando sentir saudades, pois era a melhor amiga da casa. Esse dado corrobora pesquisa de Alexandre e Vieira (2004) que identificou o sentimento de saudade estando principalmente ligado à figura dos amigos que foram adotados ou voltaram para sua família de origem, ou a figura de irmãos que vivem em outros abrigos. No caso de Bruna, sua amiga voltara para a família de origem.

Quanto à noção do tempo em que se encontra na instituição, Bruna declarou que não sabe, mas acha que faz muito tempo (ela estava abrigada há dez meses). Relatou que as cuidadoras realizam bem suas atividades, destacando a preferência por uma delas, justificada pelo fato de que a preferida faz penteados nas crianças e consente que assistam televisão.

6.1.2.2 Dados obtidos nos prontuários

A criança nasceu no dia vinte e três de junho de mil novecentos e noventa e nove. Foi abrigada no dia vinte e cinco de julho de dois mil e seis, juntamente com sua irmã e outro irmão, possuindo o mesmo encaminhamento e histórico progresso familiar, já referidos anteriormente na história de Camila. Inclusive, o incêndio que acabou queimando a casa em que morava a família, em Pilar, fora ocasionado por Bruna, que estava com uma vela acesa, mas, acerca desse fato, a criança, durante a pesquisa, não falou.

6.1.2.3 Informações colhidas com a equipe

- Relato da pedagoga que dava reforço escolar às crianças pela manhã

A pedagoga afirmou que Bruna é uma criança dinâmica, carinhosa e que luta pelos seus ideais. Destacou que possui um espírito de liderança. Relatou o seguinte discurso da criança: “-Tia, eu vou estudar, para ser professora e ensinar a um monte de criança, como a senhora faz, mas eu não vou ter a paciência que a senhora tem não”. Relatou que Bruna é uma criança carente, mas que gosta de cativar as pessoas, ficando junto da pedagoga, manifestando preocupação de perguntar como a mesma estava sempre.

Disse que a criança tinha a consciência de que, ao se comportar mal na escola, deixava-a triste. Afirmou que Bruna é mais afeiçãoada à família materna, gosta demais dos avós maternos, que nunca aceitou a separação dos pais e nunca teve perspectiva de que a mãe, um dia, voltaria para levá-la. Parece que o avô disse que a mãe estava com outra família e grávida. Acerca disso, a criança falou: “-Agora que eu vou ficar aqui mesmo no orfanato”. Esse dado nos remete à pesquisa de Alexandre e Vieira (2004) em que encontrou resultados em crianças de 6 a 9 anos, apresentando um sentimento negativo em relação às suas mães biológicas. Alguns apontam a mãe como culpada por viverem no abrigo. No caso de Bruna, ela considera que a gravidez da mãe biológica e a conseqüente formação de outra família causarão sua permanência no abrigo. A pedagoga informou que ficou angustiada, ao saber que Bruna não tinha a perspectiva de retorno à família. Destacou que ela é a neta predileta e que a irmã Camila é considerada sempre como um bichinho medroso. Bruna e seus irmãos foram desabrigados no dia vinte e nove de junho de dois mil e sete, depois de permanecerem onze meses e quatro dias na instituição.

-Relato de duas psicólogas da instituição

As psicólogas afirmaram que Bruna é uma criança extrovertida, comunicativa e questionadora. Procura participar de todas as atividades promovidas na instituição. Também destacaram que ela é meio rebelde, gostando de impor suas vontades e que esse fato é trabalhado com a mesma. As psicólogas declararam que Bruna se comunicava melhor com o pai.

6.1.2.4 Avaliação psicológica

A criança em questão, após o *rapport*, foi submetida aos seguintes testes: Desenho da Família e Fábulas de Düss.

Neste momento, apresentaremos a análise do desenho feito por Bruna, analisado segundo as contribuições dos autores Corman (2003), Dias (2000) e Retondo (2000):

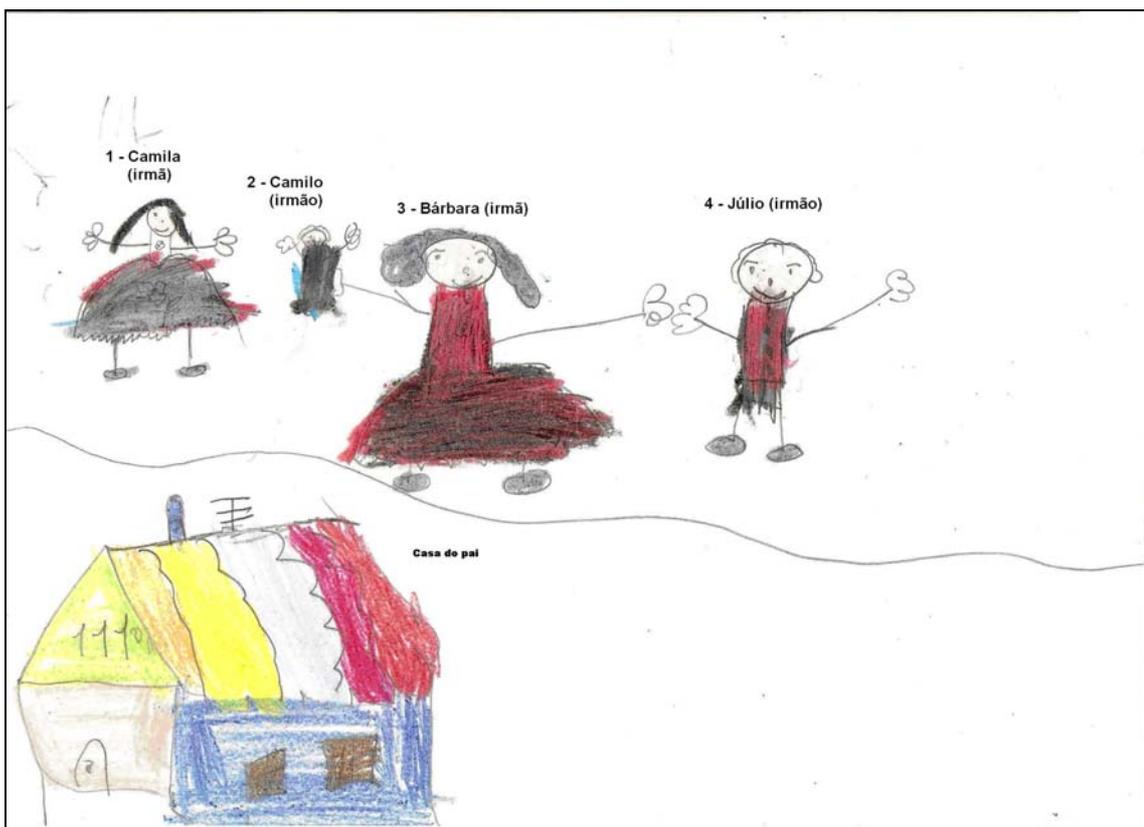


FIGURA 2: Desenho feito por Bruna.

-Teste do Desenho da Família

Questionário sobre a Família:

Qual é o melhor? “-Camilo”, referindo-se ao irmão menor que também está na instituição. “-Porque quando ele diz a papai, quando eu tô doente, meu pai compra remédio e me dá”.

Qual o pior? “-Júlio”, referindo-se a outro irmão. “-Porque ele sai de casa todo dia para a casa de minha outra avó, mãe da minha mãe. Porque ele sai de casa sem avisar”.

Qual o mais feliz? “-Todos os três primeiros, porque eles brincam em casa e não sai para nenhum canto sem avisar a meu pai”.

E você, nesta família, quem prefere? “-Camilo”.

Qual deles gostaria de ser? “-Camilo, porque ele é meu melhor irmão. Isso aqui é meus irmãos, tudinho, três meninos e três meninas. Só num desenhei nem eu nem meu irmão, o outro, eu não desenhei porque eu não queria. Gostaria de ser ele (aponta para o desenho do irmão Camilo). Porque ele é o mais bom que tem em casa de meu pai”. (SIC).

Interpretação do Desenho da Família:

Quanto aos aspectos gerais e formais, o desenho localiza-se na parte esquerda da página (passado, introversão, indivíduos mais voltados à infância, própria dos retraídos) e zona superior (expansão imaginativa, espiritualidade, objetivos elevados, própria dos sonhadores e idealistas). O tamanho é grande (indicando expansão, ambição, agressividade), há assimetria, estando os desenhos lineares pela cabeça (indicando incoordenação e insegurança emocional), linhas de gesto amplo (indicando grande expansão vital, fácil extroversão ou tendência a ela) e traço forte (indicando audácia, liberação instintiva e impulsos fortes).

No aspecto do conteúdo, a criança desenhou, em primeiro lugar, a irmã Camila, que considera muito chata e chorona; o irmão Camilo, que ele é beliscador, chora demais e quem dá nele ele vem dizer a ela; a irmã Bárbara, que briga, é meio chata, meio ruim, não gosta que fiquem perto dela e o irmão Júlio, que fica brigando, porque ele não gosta quem dá na gente, ela afirma que o pessoal da casa dela, das primas, dão nela. Geralmente, a pessoa desenhada primeiro representa uma figura dominante. Bruna desenhou sua irmã Camila (que também participou da pesquisa), e ela também está mais alta que os outros no desenho. Assim, acreditamos que, apesar de relatar que a irmã é chata e chorona, ela a valoriza. Provavelmente Bruna nutre sentimentos ambivalentes em relação à sua irmã, eles se confundem entre positivos e negativos, podendo refletir uma disputa entre as duas, como também falta de amizade e afeto, diferença física e distanciamento. A criança identifica como pior o irmão Júlio, ligando diretamente sua afirmação ao comportamento dele sair de casa, sem avisar. Afirmou ser o irmão Camilo, o melhor, o preferido e que gostaria de ser. Apesar de dizer que é beliscador e chora muito, a criança afirma que é o seu melhor irmão, “-O mais

bom que tem em casa de meu pai”. Ela relatou também que esse irmão diz ao pai quando ela está doente, e o pai compra remédio e dá. Ela se excluiu (o que caracteriza desvalorização, não aceitação, exclusão da família e desejo de não pertencer à mesma) e excluiu um dos seus irmãos (indicando rivalidade fraterna), inclusive verbalizou essas exclusões. Bruna deve rivalizar com esse irmão excluído especificamente. Ela excluiu seus pais, revelando medo, dificuldades, problemas de relacionamento e conflitos com as figuras parentais, negando sua realidade. Conforme podemos observar nas informações colhidas, possui uma dinâmica familiar completamente dividida, visto que a mãe biológica abandonou o lar. Assim, acreditamos que a omissão dos pais seria pelo fato de Bruna e seus irmãos estarem abrigados, embora, no desenho, ela insira uma irmã que está com a tia paterna e outro irmão que também está abrigado em outra instituição. Como podemos perceber, para ela, sua família é caracterizada apenas pelos irmãos.

Em seu desenho, acrescenta a figura da casa do pai, sinalizando uma necessidade de proteção ligada à figura materna, haja vista, que a mãe biológica abandonou a família, e os filhos ficaram um tempo na casa do pai, antes de serem abrigados. A criança sinalizou rivalidade fraterna com reação agressiva (eliminou o irmão que hostiliza mais, verbalizando que não quis desenhá-lo), reação depressiva (omitiu-se, voltando a agressividade para si mesma através de sua eliminação). Não podemos identificar uma relação com os pais, porque a criança não os desenhou, portanto podemos pensar em uma possível réplica narcisista ligada não a si mesma, mas a seus irmãos, visto que os enalteceu, como se eles fossem sua família. Segundo Di Leo (1987 apud RETONDO 2000), essa resistência e/ou negação tem sido notada em crianças que adquiriram uma imagem negativa da família, cuja vida, no lar, é caracterizada por tumulto e violência mas, mesmo entre essas crianças, a recusa absoluta é rara. Geralmente elas desenharam o grupo familiar incluindo todos os irmãos e a si mesmas, mas omitem os pais. No caso de Bruna, essa situação é mais acentuada: omitiu os pais, a si mesma e a um irmão. Ela desenharam apenas seus irmãos em primeiro lugar, podendo sinalizar uma recusa a enaltecer preferencialmente os pais. Essa oposição pode ser fruto de decepção na relação com os pais ligada às frustrações da fase edípica. Desta forma, o desenho em tese, condiz com a realidade de Bruna, pois sua dinâmica familiar é dividida e ambivalente, salientando a questão do abandono pela mãe biológica. Ainda, podemos identificar outro sinalizador de conflitos no desenho de Bruna, porque utilizou uma linha para representar o chão, dando indícios de uma necessidade de chão ou ajuda e instabilidade.

Comentando o questionário, encontramos a criança priorizando suas relações fraternas, considerando apenas como família esses irmãos desenhados.

-Fábulas de Düss: A presente análise dos resultados das Fábulas de Düss foi feita segundo as contribuições de Cunha e Nunes (1993) e Dias (2000):

Fábula	Resposta da criança	Classificação da resposta
1	Voar, também, para um pé de árvore, para se proteger.	Resposta normal
2	Não sei não. Porque ele tava zangado. Não sei não.	Rejeição da fábula
3	Vai comer capim. Porque não tem bastante leite para os dois.	Resposta normal (aceitação do desmame, da rivalidade fraterna)
4	a)Um homem. (Quem?) Eu não sei. b)Não sei.	Pode indicar algum tipo de conflito em relação à figura paterna. (Esse homem pode ser o pai)
5	De folha. Porque tá tudo no escuro (resposta concreta ela vê uma folha no desenho). Depois, responde do bicho debaixo da cama.	Resposta normal
6	A tromba (O que aconteceu com a tromba?). Não sei não, a tromba cresceu muito.	Presença de angústia ligada ao complexo de castração (transformações causadas pela própria criança e provocadas por outros)
7	Dar para ela.	Resposta normal
8	Porque ele tá triste (Por que?) Eu não sei não.	Complexo de Édipo vivido de forma angustiante
9	Vai dar uma lição boa. (Como?) Não sei não. Ensinar o alfabeto. Não sei não.	Resposta normal: desejos (notícias agradáveis)
10	Acho que ela sonhou com a mãe dela morrendo. (Por quê?) Eu não sei não, tia.	Relação com circunstância difícil (abandono), relação com pessoas reais.

QUADRO 4 - Resultados das Fábulas de Düss – Bruna.

Interpretação das Fábulas:

Bruna apresentou rejeição na fábula dois podendo sinalizar alguma dificuldade em lidar com a situação; indicou algum tipo de conflito em relação à figura paterna na fábula quatro; presença de angústia ligada ao complexo de castração na fábula seis; complexo de Édipo vivido de forma angustiante na oito e relação de circunstância difícil (abandono) com pessoas reais na fábula dez. Diante desses conflitos identificados, observamos uma ligação direta com as figuras parentais. Bruna possuía uma ligação maior com a família materna, que a acolheu por um tempo, embora se comunicasse bem com seu pai. Na fábula dez a criança apresentou uma relação com circunstância difícil (abandono), relação com pessoas reais ao falar que sonhou com a mãe morrendo. Podemos pensar que este fato tem ligação com o abandono do lar pela mãe embora a criança logo após não tenha explorado o fato afirmando

não saber e assim, sinalizando certa recusa ao assunto. No dia da aplicação das Fábulas, foi sugerido um desenho livre, o qual a criança, em tese, relatou ser bom fazer uma carta para uma das cuidadoras (sua preferida) da instituição. Ela fez um desenho, colocou o nome da cuidadora e deu para a mesma. Esse fato reflete seu apego a ela, caracterizando uma possível representação da figura materna através da cuidadora.

Síntese:

Diante de todas as informações, percebemos Bruna como uma criança que possui uma boa sociabilidade e comunicação. Quanto ao abrigo, portava-se, na instituição, como se aproveitasse o momento vivido da melhor forma, mostrando-se participativa e fazendo amizades com todos, demonstrando atitude favorável ao revelar que gostava das cuidadoras e da forma com que era tratada, assim, acreditamos que o significado dado por Bruna à situação de abrigo era de aproveitá-lo, tirando-lhe o melhor. Outro fato interessante é que Bruna cuida do irmão menor dentro da instituição, quando relatou que ele vem dizer-lhe, quando alguém bate nele, mas, devido à difícil relação com sua irmã, não demonstrou o mesmo sentimento com a mesma. Esse cuidar do irmão menor corrobora dados de pesquisa com crianças institucionalizadas feita por Alexandre e Vieira (2004) que encontrou dados afirmando a preocupação dos irmãos mais velhos com os mais novos em situações conflitantes. Apesar da constelação familiar ambígua, Bruna apresentou certa independência, embora houvesse momentos em que se percebia uma preocupação com sua família, como no momento em que a pedagoga relatou sobre a questão da criança não ter esperança de sair do orfanato. Nos instrumentos utilizados, podemos perceber a visão que Bruna possui de sua família. No teste do desenho, representou a família composta pelos irmãos, embora tenha desenhado também a casa do pai, caracterizando uma necessidade de proteção. Desta forma, acreditamos que seu significado de família esteja voltado mais para as relações fraternas. Esse fato, possivelmente, se deve à questão do abandono do lar pela sua mãe, que diante das circunstâncias acabou acarretando o abrigo da mesma. Nas fábulas, apresentou, em suas respostas, alguns conteúdos que refletem essa relação familiar confusa e a ligação com os pais. Mesmo diante da situação momentânea que vivia Bruna mostrou-se uma criança feliz e inteligente, que procurava aproveitar cada momento da melhor forma, entretanto, como observado, os resultados dos testes sinalizam dor, sofrimento, insegurança e dúvida quanto ao seu futuro em família.

6.1.3 Karla

6.1.3.1 Apresentação

Trata-se de uma menina de sete anos de idade, que cursa a primeira série do ensino fundamental. É uma criança esguia, de cor um pouco clara, cabelos pretos e encaracolados. Parece ser tímida e esperta, embora demonstre carência afetiva em seu comportamento. Quando ingressou na instituição, já tínhamos iniciado nosso estudo com as outras crianças, mas, apesar de não nos conhecermos ainda, mostrou-se bastante interessada em participar da pesquisa. Possui mais uma irmã de quatro anos abrigada na instituição.

Após o *rapport* estabelecido com a criança, chegou à instituição, porque sua mãe foi ganhar bebê. Declarou ser bom ficar lá e relatou que, logo que chegaram, nem ela nem sua irmã queriam ir à escola, que fica perto da instituição, quando as outras meninas iam. Afirmou que algumas crianças começaram a brigar com ela e disse que algumas ainda batem nela. Questionada sobre seu convívio no abrigo e sobre seu relacionamento com as outras crianças, declarou, que de vez em quando, ficava brincando com elas e destacou a amizade com Luiza, que também participou do nosso estudo. Relatou que achava que fazia dois meses que estava na instituição: “-Faz dois meses, eu acho. Eu tô pouco tempo aqui e sou novata no meu colégio” (SIC). A criança ligou seu tempo de abrigamento à chegada na escola e a estimativa que ela fez é verdadeira. Disse que gosta das cuidadoras, relatando o nome de quatro preferidas especificamente.

6.1.3.2 Dados obtidos nos prontuários

A criança nasceu no dia nove de agosto de mil novecentos e noventa e nove. Foi abrigada, juntamente com sua irmã de quatro anos, no dia dezenove de março de dois mil e sete, sendo encaminhadas pelo Conselho Tutelar. Segundo informações do prontuário, o motivo do abrigamento foi o fato da mãe das crianças está no final da gestação, precisar ter o bebê e não ter com quem deixar as meninas visto que o pai é alcoolista, agressivo e se encontra desempregado. Percebemos assim, uma situação de crise que mobilizou a dinâmica interna familiar gerando o abrigamento, confirmando as idéias de Correa (2002) quanto à situação de crise familiar.

Os prontuários relatam várias visitas dos pais ao abrigo. Poucos dias após o abrigamento das meninas, o genitor compareceu ao abrigo e informou à equipe que a esposa

já havia tido o bebê e que iria fazer a laqueadura em breve. Afirmou que no momento, estava sem emprego, fazendo apenas biscates. Assim, foi feito um acordo de que logo após a cirurgia da esposa, seria feita uma visita domiciliar, para ser providenciado o desabrigo das crianças, se tudo desse certo. Em outra visita ao abrigo, o genitor afirmou ser ex-presidiário, tendo cumprido pena de oito anos, por atirar em um policial e na ex-esposa. Nesse mesmo dia, à tarde, a mãe das crianças compareceu ao abrigo e relatou que é mãe de uma filha de quinze anos, que reside com a avó. Destacou que, após a separação do primeiro companheiro, teve um filho com outra pessoa e que esse menino tem atualmente dez anos e reside com ela. Afirmou que teve mais dois filhos que morreram. Afirmou acreditar que as crianças morreram devido aos maus tratos causados pelo marido durante a gravidez. Teve Karla e Karine, que estão abrigadas, e o recém-nascido, todos filhos do companheiro atual.

O setor psicossocial fez uma visita à avó das meninas, a qual relatou que a filha sofre muito por causa do marido, confirmando que a mesma é frequentemente agredida. Quando ele está bêbado, coloca a esposa e as crianças para fora de casa, e isso pode acontecer a qualquer hora do dia ou da noite. Destacou que tudo que sua filha tem em casa foi dado por ela e que comprou uma cama para as meninas, mas o marido vendeu. A televisão que havia dado para as crianças o marido quebrou com um murro.

De acordo com as informações dos prontuários, a genitora estava correndo risco de vida, pois seu esposo estava ameaçando atear fogo na casa, com as crianças dentro. As meninas encontravam-se em situação de risco pessoal e social, e a genitora não tinha como deixar as crianças, quando foi para a maternidade, visto que a avó anciã não tem condições de ficar com as mesmas. Esse dado nos conduz às idéias de Silva (2003) quando considera o alcoolismo como problema social remetendo assim, a uma família que sofre e adocece junto com a pessoa alcoolista.

O setor psicossocial do abrigo encaminhou o pai das meninas para o Centro de Apoio Psicossocial (CAPS) e os Alcoólicos Anônimos (AA). O mesmo, afirmou que estava ajeitando a casa para o retorno delas. Após os encaminhamentos acima referidos, o genitor foi orientado sobre como proceder para ser um bom pai e chefe de família, demonstrando interesse em se enquadrar nos programas citados, para que pudesse ter uma vida mais digna junto à família.

6.1.3.3 Informações colhidas com a equipe

-Relato da pedagoga que dava reforço escolar às crianças pela manhã

A pedagoga afirmou que percebeu Karla com muita carência de abraço, pois ela agarrava muito forte as pessoas. Declarou que, inicialmente, passou por uma fase de adaptação: antes era calma e tranqüila, mas depois começou a ficar agressiva com Camila, que também participou do nosso estudo. Afirmou que Karla tem uma personalidade forte e enfrenta a colega. Em relação ao aprendizado, destacou que ela sabia fazer o nome, mas nunca demonstrou interesse em aprender mais. Segundo a pedagoga, para Karla, o abrigo era só para passar um tempo, porque a mãe foi ganhar bebê, falando que o pai bebia muito e, quando estava assim, batia nela e que era muito agressivo. A criança disse para a pedagoga que, quando crescer, vai ser fisioterapeuta. Sobre Karla, a pedagoga destacou ainda que, antes da mesma ser abrigada, a escola indicara atendimento psicopedagógico.

-Relato de duas psicólogas da instituição

Assim como a pedagoga, as psicólogas confirmaram a questão da carência afetiva demonstrada por Karla através do abraço apertado contínuo que dava nas pessoas da instituição. Esse dado corrobora as idéias de Guirado (2004) quanto à carência afetiva. Uma das psicólogas afirmou que, quando Karla e sua irmã foram abrigadas, questionou a avó das crianças por que ela não ficava com as netas em sua casa, mas a mesma relatou que era por causa do pai das meninas. Relatou que ele bebe, é agressivo, faz escândalos, fecha a rua e que os vizinhos mandam chamar a polícia. Disse que a mãe das crianças, sua filha, só dá razão ao esposo. As psicólogas destacaram que fizeram visitas à casa dos pais das meninas e que é uma casa pobre, mas que a mãe possui uma máquina de costura e trabalha, cosendo para a comunidade.

6.1.3.4 Avaliação psicológica

A criança em questão, após o *rapport*, foi submetida aos seguintes testes: Desenho da família e Fábulas de Düss.

Neste momento, apresentaremos análise do desenho feito por Karla, analisado segundo Corman (2003), Dias (2000) e Retondo (2000):



FIGURA 3- Desenho feito por Karla.

- *Teste do Desenho da família*

Questionário sobre a Família:

Qual é o melhor? “-Todos”. Quando questionado o porquê, responde com outro.

Qual o pior? “-Esse aqui, meu pai. Ele botou o pé aqui no meu peito” (a criança refere-se a uma situação que teve com o pai em que ele foi violento).

Qual o mais feliz? “-Vó Marisa e Vô Saulo”. (ela responde que ele também é o mais feliz, embora não esteja no desenho). Quando questionado o porquê, a criança afirma não saber.

E você, nesta família, quem prefere? “-Preferia mais minha vó Marisa” (ela afirmou que a avó falecera).

Qual deles gostaria de ser? “-Vó Marisa, porque eu gosto mais dela”.

Apesar de insistirmos e estimularmos respostas mais elaboradas durante a aplicação do questionário, a criança respondia sempre com outro porquê ou silenciava.

Interpretação do Desenho da Família:

Quanto aos aspectos gerais e formais, o desenho localiza-se na parte esquerda da página (passado, introversão, indivíduos mais voltados à infância, própria dos retraídos) e na zona inferior (instintos primordiais de conservação de vida, insegurança, orientação para o concreto). O tamanho é grande (indicando expansão, ambição e agressividade), há simetria e proporcionalidade, gesto amplo, linha reta (indicando afirmação e humor agressivo) e traço forte (indicando audácia, violência, liberação instintiva, impulsos fortes).

No aspecto do conteúdo, a criança desenhcou, em primeiro lugar, ela mesma, o pai, a irmã Dênia, o irmão Kléber, a avó materna Larissa, a avó Marisa (bisavó materna) e o primo Gustavo. Geralmente, a pessoa desenhada primeiro representa a pessoa dominante, a mais importante. No caso de Karla, podemos caracterizar um narcisismo, em que ela, provavelmente, deve sentir-se a mais importante da família. Por outro lado, pode indicar mecanismos de compensação devidos aos sentimentos de rejeição ou decepção no terreno

afetivo com os pais. Como pior, a criança identificou o seu pai, relatando uma situação em que ele fora violento com ela. Outra informação que mostra a desvalorização da figura do pai foi o fato do desenho estar praticamente do mesmo tamanho do desenho referente à criança e aos irmãos. Ela excluiu a mãe e sua irmã que também está abrigada na instituição. Ao omitir sua mãe, sinaliza conflito com a figura materna, problemas de relacionamentos e negação da realidade. Não a desenhando, Karla também sinaliza ressentimentos e mágoas, visto que a mãe vive com a família e foi excluída do desenho. Ao excluir a irmã, por sua vez, dá indícios de rivalidade fraterna e ciúmes, caracterizando uma reação agressiva. A criança, provavelmente, deve rivalizar com essa irmã especificamente, eliminando sua rival.

Um fato interessante é que Karla omitiu o avô Saulo do desenho, mas o considera no questionário, ao verbalizar que ele, juntamente com a avó, são os mais felizes. Segundo a criança, esse avô já é falecido, desta forma, podemos pensar que a criança possuía uma ligação afetiva forte com ele. Afirmou preferir e que gostaria de ser a avó Marisa (na verdade bisavó) também já falecida. Acrescentou avós e primos, podendo indicar uma dificuldade em perceber a família de origem, confusão, dificuldade de ligação afetiva. Acrescentou a avó Marisa (bisavó) já falecida, é importante observar que essa avó é a preferida, uma das mais felizes e quem ela gostaria de ser. A partir dessas afirmações, fica claro que a ligação afetiva de Karla com esses avós e bisavós era forte, visto que a apoiavam e a seus irmãos diante das dificuldades que a família passava e das confusões promovidas pelo pai, como foi confirmado pela avó materna, nas informações contidas nos prontuários. Considerando a relação com os pais, podemos observar em Karla uma relação edípica franca, em que hostiliza a figura da mãe, omitindo-a, ao mesmo tempo que desenhou o pai ao seu lado. Desse modo, caracterizou a aproximação com o genitor do sexo oposto. Também apresentou uma relação edípica disfarçada, caracterizada pela réplica narcisista sobre si mesma, consistindo na representação do próprio indivíduo ou os filhos em primeiro lugar, como uma recusa a enaltecer preferencialmente os pais. Essa oposição, geralmente, é fruto de decepção na relação com os pais ligada às frustrações da fase edípica.

Comentando o questionário, encontramos respostas que são coerentes à dinâmica familiar de Karla, principalmente o fato de o pai ser agressivo com a família, alcoolista, promovendo confusões na rua, justificando, assim, a resposta da criança ao considerá-lo como o pior. Considerando a omissão da mãe no desenho da criança, acreditamos que a excluiu pelo fato de ter sido abrigada por causa da gestação da mesma, como forma de expressar seu ressentimento. A preferência pela avó que, na verdade, é bisavó materna destaca o afeto de Karla com ela, principalmente pelo fato da mesma já ter falecido. A criança relata o processo

de doença dessa avó até seu falecimento e verbaliza que foi para seu enterro. Como podemos observar, Karla considerava a base de sua família essa avó falecida como também o avô. Apesar de omiti-lo no desenho, verbalizou ser o mais feliz no questionário.

-Fábulas de Düss: A presente análise dos resultados das Fábulas de Düss foi feita segundo as contribuições de Cunha e Nunes (1993) e Dias (2000):

Fábula	Resposta da criança	Classificação de Resposta
1	Vai para outra árvore. Porque ele sentiu que ia morrer, para se proteger.	Resposta normal (Sentiu que ia morrer e voa para se proteger.)
2	Tava triste. Porque num queria ficar na festa. Ela não gostou de ficar na festa. Ela queria ficar noutra casa. Porque não tinha bola, não tinha os amigos dela.	Resposta normal (A festa não tem pessoas da idade dela, só adultos, a idéia da resposta da criança é similar.)
3	Vai comer, porque o outro carneirinho tava com fome, não tinha leite bastante para dar aos dois.	Resposta normal (aceitação do desmame, da rivalidade fraterna.)
4	a)Seu avô, porque ele já tava velhinho. b)Seu amigo, que ele ia não voltar para ficar brincando com ela.	Resposta normal (Resposta adequada à realidade, alguém importante, pessoa idosa.) Resposta b- A criança dá a impressão de voltar-se muito para o concreto da figura.
5	Foi de um rato. Porque o rato róí, e ele tem medo de rato.	Resposta normal ou medo de objetos externos e reais (medo de animais)
6	Cresceu. (Como se sentiu?) Sentiu um pouco bom, tava a tromba mudada, velha, mudada, o rabo, a orelha.	Resposta normal Superação do complexo de castração (resposta que não se refere á tromba e que aceita o crescimento) Ela refere-se à tromba, mas demonstra aceitação dessa mudança.
7	Vai dar. Porque ela fez uma coisa bonita. Ele sentiu que não ia dar, mas ele deu à mãe, porque sentiu carinho à mãe.	Resposta normal Ausência de caráter possessivo na criança (espontâneo ou por imposição.)
8	O pai não queria voltar para casa não, queria ficar passeando com a filha. Só que a filha é que se divertiu, o pai não. Porque ele não achou muito divertido.	Complexo de Édipo vivido de forma angustiante
9	Uma história, para ele ler. Sentiu que ele ia conseguir ler.	Resposta normal: Desejos (Notícias agradáveis)
10	Com um bicho correndo atrás dela. Porque ela sonhou ruim.	Resposta normal (Relação com figuras fantásticas monstros, bruxas, bicho-papão.)

QUADRO 5 - Resultados das Fábulas de Düss – Karla.

Interpretação das Fábulas

Karla apresentou respostas normais em todas as fábulas, com exceção da fábula oito, em que apresentou resposta significativa, caracterizando complexo de Édipo vivido de forma angustiante, como fora percebido no Teste do Desenho da Família. Deste modo, acreditamos que, através da relação conflituosa com a mãe e da violência do pai, a criança em pauta mostra uma relação ambivalente para com as figuras parentais. Embora tenha apresentado resposta normal na fábula dois, a partir da situação de abrigamento, com essa resposta, a criança pode estar sinalizando a vontade de querer estar em sua casa, com seus amigos e por isso estava triste e não queria ficar na festa.

Síntese:

Diante de todas as informações, percebemos Karla como uma criança que possui uma dinâmica familiar de caráter agressivo e instável. Através dos conflitos e confusões causados pelo pai alcoolista, a família da criança se desestruturou visto que, por causa do desemprego e da falta de equilíbrio do pai, a mãe precisou abrigar as crianças por se encontrar no final da gestação. Essa situação vem a confirmar as palavras de Silva (2003) quando destaca que o desempenho profissional comprometido pelo alcoolismo traz conseqüentes repercussões para a sua família, inclusive no que tange a subsistência. Podemos observar uma reação em cadeia, em que por motivos externos, o destino de Karla acabou sendo passar um tempo no abrigo. Como observado nos instrumentos utilizados, a criança apresentou um conflito significativo com as figuras do pai e da mãe, através de reações edípicas franca e disfarçada no desenho da família, confirmadas com a resposta significativa da fábula oito, em que sinalizou Complexo de Édipo vivido de forma angustiante. A forte ligação afetiva com os avós, já falecidos, pode caracterizar uma transferência de papéis e a criança, provavelmente, tomou-os como modelo para substituir os pais. Quanto ao abrigamento, inicialmente, apresentou uma atitude de rejeição, caracterizada, pela recusa em ir à escola e pelos conflitos freqüentes com as outras crianças. Porém, logo em seguida, demonstrou de maneira clara, sua carência afetiva, solicitando, com freqüência, contato físico estreito com os funcionários da instituição. Essa carência apresentada pela mesma, pode ser caracterizada pela inconstância familiar em que vivia, fazendo com que ela, ao chegar ao abrigo, demonstrasse seu medo e ansiedade, abraçando as pessoas insistentemente. Karla não estabeleceu relações significativas com os profissionais e crianças da instituição apesar das suas necessidades de contato físico estreito. Isso ocorreu talvez, por ela saber que passaria pouco tempo no abrigo, pois, após o parto, dependendo da situação familiar, ela seria desabrigada. Assim, acreditamos que o

significado de abrigo em sua vida corrobora as idéias de Parreira e Justo (2005, p.176) afirmando que “estar em situação de abrigado coloca o sujeito em lugar de passagem, onde os vínculos se tornam temporários e as relações instáveis”.

Karla e sua irmã retornaram à família em dois de julho de dois mil e sete, permanecendo na instituição por quatro meses.

6.1.4 Maria

6.1.4.1 Apresentação

Trata-se de uma menina com sete anos de idade que cursa a primeira série do ensino fundamental. É uma criança de cor clara e cabelos pretos e lisos. Parece ser muito inteligente e com forte espírito de liderança, porém quando é contrariada, às vezes, isola-se e vai chupar o dedo. É um pouco inconstante: há dias que abraça, dá beijo, e, em outros, nem olha para as pessoas. Quando é questionada, sempre apresenta atitude negativa, mas depois manifesta interesse e receptividade em ajudar. Inicialmente, foi difícil conquistarmos essa criança para participar da pesquisa, pois havia dias em que não queria nos encontrar, mas, quando demonstrava interesse, fazia tudo com atenção e comprometimento.

Após o *rapport* estabelecido, a criança, relatou acerca do motivo de seu abrigo: “-Porque minha mãe ficou buchuda, para ela ter bebê. Para vocês ficarem cuidando de mim” . Porém, de acordo com as informações dos prontuários, isto não procede, e o motivo do abrigo foi negligência familiar. Embora a criança tenha dado como justificativa a gestação materna para estar abrigada, na verdade ela estava institucionalizada há um ano e quatro meses e portanto, quando a mãe engravidou ela já estava abrigada. A partir desse dado, podemos pensar que Maria ficou muito tempo se questionando o que estava fazendo no abrigo e o por quê de estar lá. Então, utilizou o fato da gravidez da mãe para caracterizar a impossibilidade de estar em sua casa. Quando questionada sobre como estava se sentindo no abrigo, recusou-se a responder, apenas verbalizando um “*não*” com voz irritada. Insistimos no questionamento e ela afirmou não sentir nada, que não gosta de estar lá. Disse que chegou chorando, que queria ficar com a mãe e não no abrigo, declarando não saber quanto tempo estava abrigada na instituição. No caso de Maria, podemos perceber que mesmo diante da situação em que vivia com sua família, ela gostaria de estar em casa. Ou seja, mesmo diante das circunstâncias estruturais de sua família, Maria, preferia estar com ela. Sobre seu relacionamento com as outras crianças, destacou, inicialmente, não gostar de

nenhuma, mas depois afirmou gostar apenas de Bruna, que também participou do nosso estudo. Sobre as cuidadoras, afirmou gostar mais de duas especificamente.

6.1.4.2 Dados obtidos nos prontuários

A criança nasceu no dia doze de agosto de mil novecentos e noventa e nove. Foi encaminhada para o abrigo no dia dez de fevereiro de dois mil e seis pelo Conselho Tutelar. A procedência foi um histórico de negligência familiar, sem condições de higiene e precária situação financeira. Chegou ao abrigo com mais quatro irmãos, inclusive um deles também participou da pesquisa. A família é composta pelos pais e cinco filhos, o sexto foi a óbito por subnutrição. O pai teve mais três filhos do relacionamento com a cunhada, irmã de sua atual esposa e mãe de Maria. Logo quando as crianças foram abrigadas, a genitora tinha dezenove anos de idade e disse fazer uso de preservativo com orientação para uma cirurgia de laqueadura, ambos são desempregados, fazem biscates, catam lixo reciclável e são analfabetos. Essa situação de negligência nos remete às idéias de Martins (2006) ao considerar a negligência doméstica como um tipo de violência caracterizada pelo ato de abandono ou omissão dos pais ou pessoa responsável no que se refere à saúde, alimentação, educação e amparo emocional.

No caso da família de Maria essa situação é extrema pois, antes de chegarem ao abrigo, os filhos nunca haviam sido encaminhados à escola e encontravam-se em um quadro desolador: apresentavam anemia, ferida aberta, tumores com bichos em decomposição, entre outros males físicos. Confirmando as considerações de Parreira e Justo (2005) que destacam o fato de ser encaminhado para o abrigamento porque alguns dos direitos básicos de saúde físico-mental foram desrespeitados. Quando os profissionais da instituição fizeram uma visita à residência da família, afirmaram que era um ambiente insalubre e não viram alimento em nenhuma parte da casa. Na parte externa do duplex, constava um aglomerado de garrafas plásticas vazias, fruto dos trabalhos do pai. Como podemos observar, a situação era completamente desfavorável à moradia de crianças.

6.1.4.3 Informações colhidas com a equipe

-Relato da pedagoga que dava reforço escolar às crianças pela manhã

A pedagoga informou que Maria tem um espírito de liderança muito forte. Destacou que, quando foi abrigada, não queria estudar e era muito agressiva. Sobre a família,

de um modo geral, a profissional destacou que os irmãos foram criados dentro de uma favela, que o pai dá indícios de ser viciado em drogas, é alcoolista e atualmente cata papéis, para conseguir algum dinheiro. Afirmou que, quando as crianças chegaram, tinham medo de tudo e de todos, que pareciam “uns bichinhos”. Declarou que Maria, depois de algum tempo de abrigada, quis aprender a ler e escrever, que sabe fazer o nome e que ela disse que quer ser médica. Afirmou que gosta de música e disse que, quando era bebezinha, a mãe cantava para ela e ainda canta. Disse que a mãe cantou a música, quando veio visitar a filha em uma festinha de São João promovida pelo abrigo. A pedagoga declarou que acredita que essas crianças sentem uma falta da família, como se tivessem um pedaço deles fora.

-Relato de duas psicólogas da instituição

As psicólogas afirmaram que Maria gosta muito do seu pai, que, no início, teve uma reação de rejeição a ele, e elas supõem que foi porque a criança ligou a chegada ao abrigo ao mesmo. Destacaram que, com as visitas freqüentes do genitor, o vínculo foi, aos poucos, fortalecendo-se. Assim como a pedagoga, declararam que há uma hipótese de que o pai seja usuário de drogas. Ele não possui os documentos completos e, quando questionado e orientado da necessidade de tirá-los, afirmou que continuaria assim mesmo. As psicólogas perceberam o fato dele não demonstrar vontade de regularizar os documentos como certa negligência própria. Com relação à Maria, disseram que é uma criança meiga, doce e carinhosa, mas tem seus momentos de isolamento. Ainda, destacaram que, após o desabrigamento de Camila e Bruna, irmãs que também participaram da pesquisa, que eram da mesma faixa etária de Maria, seu comportamento foi modificado, ficando mais triste. Acerca disso, as psicólogas declararam que Maria podia estar sentindo falta das meninas. Afirmaram também que Maria chupa dedo.

6.1.4.4 Avaliação psicológica

A criança em questão, após o *rapport*, foi submetida aos seguintes testes: Desenho da Família e Fábulas de Düss.

Neste momento, apresentaremos a análise do desenho feito por Maria, analisado segundo as contribuições dos autores Corman (2003), Dias (2000) e Retondo (2000):

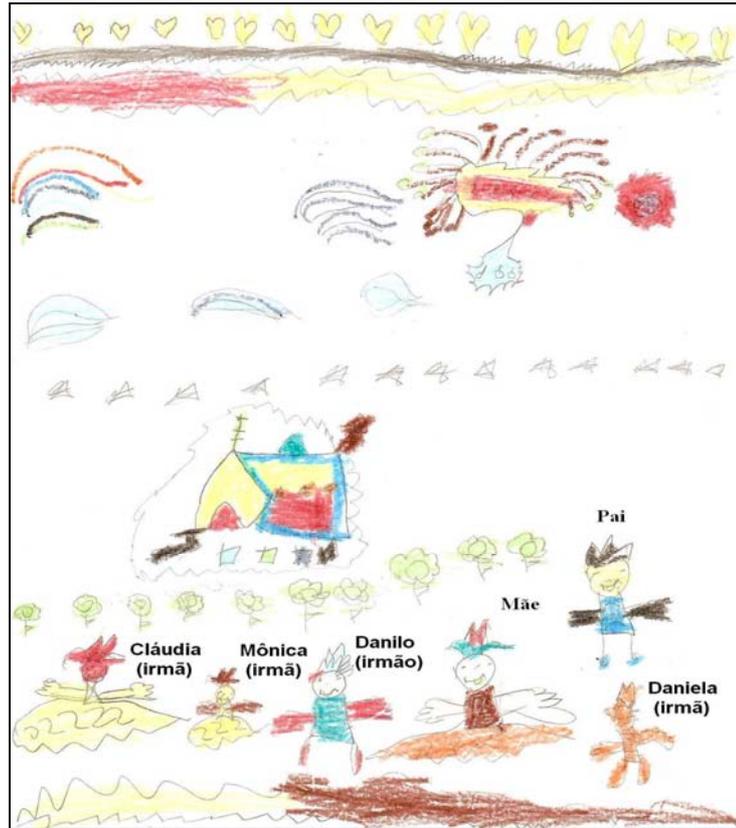


FIGURA 4-Desenho feito por Maria.

-Teste do Desenho da Família

Questionário sobre a Família:

Qual o melhor? “-Minha mãe”. Quando questionado o porquê, a criança silenciou.

Qual o pior? “-Nenhum daqui”.

Qual o mais feliz? “-Não, escolho não”. (A criança se recusa a escolher com voz irritadiça.)

E você, nesta família, quem prefere? “-Tudinho”.

Qual deles gostaria de ser? “-A mãe”.

Durante a aplicação do questionário, insistimos e estimulamos respostas mais elaboradas, porém a criança demonstrou dificuldades. Percebemos Maria irritada e desviando a atenção dos nossos questionamentos.

Interpretação do Desenho da Família:

Quanto aos aspectos gerais e formais, o desenho localiza-se na zona inferior (instintos primordiais de conservação de vida, insegurança, orientação para o concreto), o tamanho é grande (sinal de expansão, ambição, agressividade), há simetria e proporcionalidade com exceção da figura do pai que está um pouco acima, gesto amplo (indicando expressão vital, extroversão ou tendência a ela) e traço forte (sinal de audácia, violência, impulsos fortes).

No aspecto do conteúdo, a criança desenhou, em primeiro lugar, Cláudia (sua irmã), Mônica (irmã), Danilo (irmão), Mãe, Daniela (irmã) e o pai. Geralmente, a pessoa desenhada primeiro representa uma figura dominante, a mais importante. Maria desenhou sua irmã Cláudia, portanto ela deve possuir uma ligação afetiva muito forte com essa irmã especificamente. Como melhor, a criança identificou a mãe; como pior, não identificou nenhum (podemos observar, a partir disso, que Maria não apresentou restrições em relação à sua família). Quando questionada sobre o mais feliz, recusou-se a responder. Afirmou preferir toda a família e que gostaria de ser a mãe. Maria se excluiu do desenho (o que caracteriza desvalorização, não aceitação, exclusão da família e desejo de não pertencer à mesma) e seus quatro irmãos (indicando rivalidade fraterna) também abrigados na instituição. No questionário, a criança não desvalorizou ninguém da família, mas desenhou, em último lugar, a figura do pai. Após desenhar todos, questiona: “-Eu vou fazer meu pai onde, tia? Vou fazer meu pai aqui”. Assim, desenhou o pai acima dos outros. Pelo questionamento da criança, deu a entender que procura um lugar para colocá-lo na família.

Segundo a mesma, todos os que foram desenhados são seus irmãos, porém, de acordo com as informações, apenas três são seus irmãos (também primos, pois o pai teve um relacionamento anterior com a tia) e a outra criança é prima. As relações fraternas são caracterizadas por rivalidade: reação agressiva (elimina todos os quatro irmãos institucionalizados); reação depressiva, visto que ela, ao omitir-se do desenho, desvaloriza-se e volta a agressividade sobre si. De acordo com o desenho, a relação com os pais é constituída por situações edípicas francas (em que a criança valoriza o genitor do mesmo sexo como uma maneira de parecendo-se com ele, atrair a atenção do genitor do sexo oposto), visto que a figura da mãe é relativamente maior que as outras e é valorizada no questionário; situações edípicas disfarçadas (a criança coloca os filhos entre os pais, o casal paterno distanciado ou a própria criança distante dos pais), em que o casal encontra-se distanciado, chegando a desenhar o pai em último e procurando um lugar, para desenhá-lo. Podemos perceber também uma réplica narcisista sobre si mesma, desenhando os irmãos em primeiro lugar, caracterizando uma recusa a enaltecer preferencialmente os pais. No desenho de Maria, há muitos simbolismos (flores, arco-íris, corações, estrelas), e ela acrescenta paisagens e a sua escola.

Comentando o questionário, encontramos respostas breves e que sinalizam algumas dificuldades, mas caracterizaram a vivência da criança. Podemos observar que Maria possui uma visão confusa do que seja a sua família, afirma gostar de todos e preferi-los, mas se excluiu e a seus irmãos verdadeiros. Decerto, acreditamos que na concepção de Maria, por

estarem abrigados, não participem dessa família, como se ela e seus irmãos (do mesmo pai e mesma mãe) estivessem distante da real família que possui, caracterizada pelo pai, mãe e pelos meio-irmãos.

-Fábulas de Düss: A presente análise dos resultados das Fábulas de Düss foi feita segundo as contribuições de Cunha e Nunes (1993) e Dias (2000):

Fábula	Resposta da criança	Classificação da resposta
1	Vai morrer. Por causa do vento, ele num caiu, num se machucou. Sentiu uma dor. A mãe e o pai voou rápido, e ele caiu.	Total impotência (morte do passarinho.) A resposta caracteriza desproteção (visto que os pais voaram rápidos, e o passarinho caiu)
2	Porque não deram nenhum pedaço de bolo a ela, ela ficou triste. Ficou mal porque ela não comeu bolo.	Fixação à fase oral Novamente sentimento de desproteção (A criança chupa dedo.)
3	Vai comer capim	Resposta normal (aceitação do desmame, da rivalidade fraterna.)
4	a)Foi Jesus. b)É Jesus. Não né, Jesus não, é Maria (Mãe de Jesus).	Resposta normal (Figuras importantes.)
5	De um lobo. Quando tá de noite dormindo, aparece.	Medo de objetos externos e reais (medo de animais)
6	Que pintou ele. De cor laranja.	Resposta normal
7	Vai pegar a caixinha de presente vai botar dentro e vai dar a ela.	Resposta normal
8	Com raiva, meteu o papel na cara dele cheio de cola.	Complexo de Édipo vivido de forma angustiante
9	Não sei não. Que se comporte na escola.	Resposta normal
10	Um lobo mau.	Resposta normal

QUADRO 6 - Resultados das Fábulas de Düss – Maria.

Durante a aplicação de cada fábula, questionamos a criança de como se sentia, no entanto permaneceu calada e observou as fichas com atenção, sempre considerando o concreto dos desenhos.

Interpretação das Fábulas

Maria apresentou indícios de conflitos, manifestando total impotência e caracterizando desproteção na resposta da fábula um; confirmou o sentimento de desproteção e uma fixação na fase oral, na fábula dois; sinalizou medo de objetos externos e reais na fábula cinco; e um Complexo de Édipo vivido de forma angustiante na fábula oito. Diante desses conflitos identificados, podemos observar uma ligação dos mesmos à estrutura e à dinâmica familiar da criança. A desproteção é caracterizada até pelo motivo que levou Maria

a ser abrigada, a negligência familiar. Quanto à presença do Complexo de Édipo angustiante, no desenho da família, Maria sinalizou relação com esse conflito, posto que desenhou o pai por último e enalteceu e preferiu a mãe, caracterizando uma reação edípica franca. Outra informação que dá indícios dessa situação foi a informação dada pela equipe de que a criança gosta muito do pai.

Síntese:

Diante de todas as informações, percebemos Maria como uma criança inteligente, porém revela em seu comportamento, reflexos da situação que vivia. Seu significado familiar é completamente difuso: no desenho da família, ela se omitiu como também a seus irmãos verdadeiros que estão abrigados, representando apenas os meio-irmãos que possui, que, na verdade, são primos-irmãos. Ante essa situação, a criança confundiu quem são realmente seus irmãos, pois só tem mais três e desenha quatro (a outra provavelmente é sua prima). Desta forma, podemos pensar que por estar abrigada, Maria se exclua e omita seus irmãos da família, como se não fizessem parte da mesma, visto que, prefere todos os que estão no desenho e afirma gostar deles. As relações com os pais sinalizam uma incongruência. De acordo com as informações da equipe, a criança gosta muito do pai, mas, no desenho representa-o no final, como se procurasse um lugar para colocá-lo na família, embora fique acima dos outros desenhos, manifestando, assim, um domínio sobre as outras figuras. Afinal, esse pai teve relacionamento com a tia e a mãe da criança. Provavelmente, veja-o com admiração, ligando esses vínculos a uma figura dominante. Mesmo diante de toda essa situação que a criança se encontrava, quando morava com a família, continuou valorizando-a e gostando dela. Em todas as suas respostas, afirmou que queria estar em casa, que não gosta do abrigo, revelando o desejo de voltar para casa e estar novamente com os pais, independentemente das condições de vida. Esse dado corrobora pesquisa de Alexandre e Vieira (2004) ao afirmar que algumas crianças institucionalizadas manifestaram a vontade de retornar para seus lares de origem. Apesar de toda essa vontade de Maria, infelizmente, não pôde voltar para casa, pois foi desabrigada no dia dezesseis de outubro de dois mil e sete e encaminhada, juntamente com seus quatro irmãos, para a Aldeia SOS, pois seus pais não tiveram condições de ficar com os filhos e a faixa etária de algumas das cinco crianças, tinham ultrapassado a que a instituição atende.

6.1.5 Luiza

6.1.5.1 Apresentação

Trata-se de uma menina com nove anos de idade, que cursa a primeira série do ensino fundamental. Apresenta cor morena e cabelos crespos. Parece ser tímida e retraída, embora, quando comece a conhecer as pessoas, demonstre afeto e carinho. Às vezes, envolve-se em algumas confusões com as crianças, apresentando certa disputa.

Após o *rapport* estabelecido com Luiza, ela contou um pouco de sua história até a chegada ao abrigo: “-Quando eu morava em casa, minha mãe não podia trabalhar. Agora ela já está trabalhando. Nuna, meu pai, ele bebe e arenga com minha mãe. Ele já morreu (nesse momento, a criança silenciou). É não, foi a polícia que botou ele preso, aí ele morreu, com cipoadá” (SIC). A criança informou que sua mãe lhe contou isso acerca do pai. Após verbalizar essa situação entre os pais, voltando ao assunto do abrigamento, Luiza relatou: “-Foi o filho e a filha da minha mãe que me trouxe”. Disse que tem muitos irmãos, mas que não sabe contar quantos são. Quando questionada de como estava se sentindo no abrigo, relatou mais um pouco de seu momento de vida: “-A casa da minha mãe está caindo, aí ela vai ajeitar. Quando ela ajeitar, ela vem pegar nós” (referindo-se a mais duas irmãs e um irmão que também estão abrigados). Foi questionada, novamente, sobre como se sente no abrigo e relatou que se sente bem, gostando apenas das bonecas. Declarou não saber como foi logo que chegou, que não viu algumas crianças que estão no abrigo no início e que viu apenas uma criança pequena que achou bonita.

Afirmou que não gosta de estudar, que os meninos brigam e ficam dando nela, referindo-se às confusões em que se envolve com as crianças. Não possui noção do tempo que se encontra na instituição, afirmando apenas que chegou em uma segunda-feira. Sobre o relacionamento com as outras crianças, relatou que tem amizade apenas com Bruna e Maria, que também participaram da nossa pesquisa. Disse o nome de uma criança que já tinha sido desabrigada e relatou que, quando as cuidadoras avisaram que ela tinha ido embora, as meninas começaram a chorar, mas Luíza afirmou que não havia chorado. Com relação às cuidadoras, afirmou gostar de quatro especificamente.

6.1.5.2 Dados obtidos nos prontuários

A criança nasceu no dia dez de junho de mil novecentos e noventa e oito. Foi encaminhada ao abrigo no dia vinte e cinco de janeiro de dois mil e sete pelo Conselho Tutelar. Ela e mais três irmãos se encontravam em situação de risco pessoal e social (maus-tratos e negligência por parte da genitora). As crianças em questão apresentavam comportamento caracterizado como birras, não acatando as solicitações das pessoas, demonstrando sentimento de medo, revolta e solidão. Após um mês de abrigamento, a equipe teve contato com a mãe das crianças, após uma visita que fez aos seus filhos. Os profissionais questionaram o comportamento de Luiza e pediram informações em relação à sua vida antes do abrigamento, para que pudessem compreendê-la e ajudá-la. A genitora informou que Luiza sempre foi muito calada, não tendo nenhum problema de saúde. Afirmou que sempre passou muita necessidade na vida com os filhos e, muitas vezes, deixava-os sozinhos, para trabalhar, uma vez que não tinha o apoio do companheiro. A equipe do abrigo visitou a escola onde as crianças estudavam, com a finalidade de obter informações sobre a situação escolar e familiar de Luiza. A direção do estabelecimento informou que, devido à ausência das crianças à sala de aula, a assistente social realizou visita domiciliar, constatando falta de interesse da genitora em mandá-los à escola. Os funcionários encontravam as crianças na rua, pedindo esmolas, logo acionaram o Conselho Tutelar. Essa situação nos remete às idéias de Martins (2006) sobre a questão da negligência.

A diretora apresentou à equipe a ficha de matrícula de Luiza, constando o nome dos pais, assim ficaram cientes que a mãe das crianças trabalhava perto da escola e deslocaram-se ao encontro dela. A genitora exerce função de doméstica residente, cuidando de uma senhora idosa e recebendo um salário mínimo. Ela comunicou à equipe que sua residência estava em péssimo estado, que, após o Conselho Tutelar abrigar seus filhos, sua casa foi invadida, perdendo todos os seus pertences, utensílios domésticos, roupas, dentre outros. Informou ainda que, atualmente, está separada do companheiro devido a maus-tratos, mostrando as cicatrizes adquiridas durante a convivência. Ele faz uso de bebida alcoólica e, apesar de estar separada, vem promover escândalos no local de trabalho. A genitora declarou ser mãe de treze filhos, frutos de três uniões: duas filhas são casadas; uma reside com o genitor, no interior do estado; uma, com uma tia, também no interior; uma, com uma amiga, em um bairro da periferia de João Pessoa; um, com a avó paterna, no mesmo bairro; três, na Aldeia SOS, e quatro na instituição onde foi realizada nossa pesquisa. Em outra visita à instituição, a mãe informou estar preocupada por não ter condições de levar seus filhos para

casa, declarando que o ambiente onde mora é promíscuo, pretendendo vender e adquirir uma casa em um ambiente melhor. A mesma disse que havia perdido o emprego e estava residindo com uma filha em um bairro da periferia da cidade.

6.1.5.3 Informações colhidas com a equipe

-Relato da pedagoga que dava reforço escolar às crianças pela manhã

A pedagoga afirmou que, inicialmente, a criança não aceitava ir ao reforço e dizia: “-Não quero ir com essa bruxa para o reforço” (SIC). Destacou que pediu ajuda de uma das psicólogas e também à outra pedagoga, para auxiliá-la nesse período de adaptação da criança. Com as duas pedagogas, Luiza ia ao reforço, inclusive a pedagoga da tarde foi ao abrigo alguns dias, pela manhã, para observar a criança. Depois, as mesmas explicaram que a pedagoga da tarde tinha que trabalhar, e a criança aceitou. A partir desse período inicial e desse estabelecimento da confiança, a criança começou a aceitar mais o reforço e ir sem problemas com a pedagoga da manhã. A profissional relatou que Luiza foi criada na rua, que ela e os irmãos viviam pedindo esmolas. Assim, com a vinda para uma instituição, que possui regras e normas, a criança sentiu algumas diferenças demonstradas pela dificuldade de adaptação. Destacou que passou por um processo de conquista com Luiza. Disse que sabe escrever o nome, que ela foi de uma creche e era matriculada em uma escola do município antes de vir para a instituição, mas, segundo informações, a criança vivia mais nas ruas. Essa situação corrobora o pensamento de Oriente e Souza (2007) ao afirmarem que as instituições de abrigo atendem crianças e adolescentes que os direitos tenham sido violados.

A pedagoga declarou também que as visitas da mãe às crianças são esporádicas e que Luiza é revoltada. Disse que a criança chama a genitora de mentirosa, porque diz que vai levá-la embora, e não leva. Esse dado confirma pesquisa de Alexandre e Vieira (2004) quando afirmam que algumas crianças apresentaram um sentimento negativo quanto às mães biológicas. A profissional destacou que nos dias após a visita da mãe, a criança fica instável emocionalmente, recusando-se a fazer o reforço e participar de atividades.

-Relato de duas psicólogas da instituição

As psicólogas informaram que Luiza, duas irmãs e um irmão, que também estão abrigados na instituição, se comportam sem quaisquer noções de uso de utensílios, regras ou noções de higiene. As crianças, quando chegaram ao abrigo, não tinham o hábito de usar a mesa na hora das refeições e apresentavam momentos de birra, quando eram contrariadas. Afirmaram que Luiza chupa dedo e que, logo que chegou, era muito retraída, isolando-se

bastante. Tomava banho e ia ao pátio, sujando-se de novo e ficando embaixo da mesa, elas percebiam esse comportamento como se fosse uma forma de fugir e se isolar. As profissionais destacaram que, após alguns meses de abrigo, a criança está mais comunicativa e descontraída.

6.1.5.4 Avaliação psicológica

A criança em questão, após o *rapport*, foi submetida aos seguintes testes: Desenho da Família e Fábulas de Düss.

Neste momento, apresentaremos a análise do desenho feito por Luiza, analisado segundo as contribuições dos autores Cormam (2003), Dias (2000) e Retondo (2000):

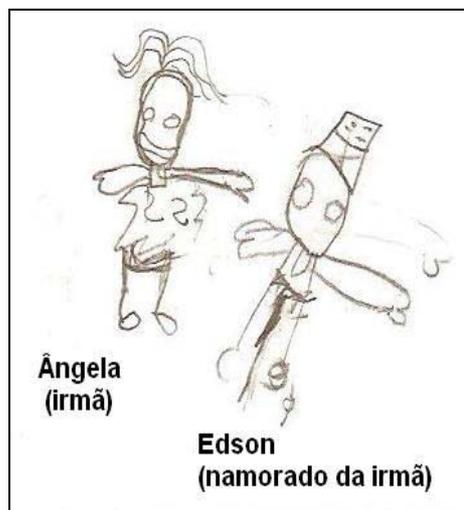


FIGURA 5- Desenho feito por Luiza

- Teste do Desenho da Família

Questionário sobre a Família:

Qual é o melhor? “-Irmã. Porque eu gosto dela, mas não gosto dele não”.

Qual o pior? “-O namorado dela. Porque eu não gosto dele, ele é chato, porque eu não gosto mesmo”.

Qual o mais feliz? “-Ela”, referindo-se à irmã.

E você, nesta família, quem prefere? “-Ela, porque eu não gosto do homem, ele é chato, quando eu tava com o celular da minha mãe, ele tomou, deu”. (SIC).

Qual deles você gostaria de ser? “-Ângela, porque eu gosto dela”.

Esse desenho da família de Luiza foi reteste. Depois de dois meses, a mesma o realizou. No desenho inicial, não conseguiu desenhar a família, borrou muito, desenhou como se fossem garatujas, porém um pouco mais aprimoradas. Podemos observar ainda nesse que ela borrou o desenho e que apagou algumas vezes, demonstrando insegurança, ao desenhar. Durante a aplicação do questionário, insistimos e estimulamos respostas mais aprimoradas, porém a criança permanecia em silêncio.

Interpretação do Desenho da Família:

Quanto aos aspectos gerais e formais, o desenho localiza-se na parte esquerda da página (passado, introversão, indivíduos mais voltados à infância, própria dos retraídos) e na zona superior (indica expansão imaginativa, espiritualidade, objetivos elevados, própria dos sonhadores e idealistas). O tamanho é pequeno (sinal de inferioridade, inibição, contrição e depressão), há simetria (ordenados um a um), gestos de pouca amplitude, com linhas curtas e traço forte (indica audácia, violência, liberação instintiva, impulsos fortes).

No aspecto do conteúdo, a criança desenhou, em primeiro lugar, a irmã Ângela e depois o namorado Edson. Geralmente, a pessoa desenhada primeiro representa uma figura dominante, a mais importante. Segundo informações da equipe, inicialmente, a irmã e o namorado eram quem fazia as visitas. Desta forma, acreditamos que Luiza deve ter ligado a questão da visita à família, considerando a irmã e o namorado, pois eles foram as pessoas que se importaram em ir vê-la. A criança identifica como pior o namorado da irmã. Afirmou ser a mais feliz, preferi-la e que gostaria de ser a irmã. Provavelmente, apesar do grande número de irmãos, Luiza deve ter mais contato com essa irmã, admirando-a. Assim, podemos pensar que a irmã, para Luiza, representa uma figura materna. Ela se excluiu do desenho, o que caracteriza desvalorização, não aceitação, exclusão da família e desejo de não pertencer à mesma. Excluiu seus irmãos que estão abrigados e outros irmãos que tem, caracterizando rivalidade fraterna e ciúmes. Sobre os laços e relações à distância, podemos identificar que as figuras estão relativamente separadas. Não podemos considerar relação com os pais, visto que a criança não os desenhou. Podemos observar como indicadores de conflitos o fato da criança ter borrado muito e apagar várias vezes.

Comentando o questionário, encontramos respostas objetivas e que condizem com a situação difusa familiar da criança. Ela considerou família essas duas figuras, representadas por uma irmã e o namorado.

-Fábulas de Düss: A presente análise dos resultados das Fábulas de Düss foi feita segundo as contribuições de Cunha e Nunes (1993) e Dias (2000):

Fábula	Resposta da criança	Classificação da resposta
1	Para perto do papai.	Relação com a figura paterna, dependência
2	Ele ta triste. E- Por quê? L- Eu não sei.	Resposta vaga. Insistimos, mas a criança silenciou.
3	Ele vai tomar leite.	Complexo do desmame
4	a) Eu não sei. Acho que foi Jesus, mas num foi ele. Eu não sei quem foi. b) Eu não sei.	Resposta adequada à realidade, figura importante
5	Eu não sei.	Rejeição da fábula
6	Ela gritou. (eu não sei)	Rejeição da fábula
7	Ele vai dar a mamãe, porque ele gosta da mamãe.	Resposta normal
8	Eu não sei.	Rejeição da fábula
9	Vai contar uma história.	Resposta normal
10	Eu acho que foi por causa do bicho.	Resposta normal

QUADRO 7 - Resultados das Fábulas de Düss – Luiza.

Interpretação das Fábulas

Os autores supracitados afirmam que a resposta dada na fábula um indica conflitos com relação de dependência da figura paterna, porém, considerando a história de vida de Luiza bem como sua situação atual, é de se supor que a resposta pode sinalizar uma ligação com alguma das figuras parentais, não significando necessariamente conflito. Na fábula dois, que verifica se o sujeito sofreu algum choque emocional no quarto dos pais, se tem inveja ou ciúmes da união deles e as reações diante da cena primária, a criança apresentou resposta vaga, evidenciando alguma dificuldade; na fábula três, foi identificado, em sua resposta, um complexo de desmame; nas fábulas cinco (verifica angústia e auto punição), seis (angústia, complexo e medo de castração) e oito (identifica o complexo de Édipo), apresentou rejeição. Como podemos observar, a presença de conflitos e o comprometimento da criança em questão estão ligados às fábulas que identificam angústia e relações com as figuras parentais, como confirmados na resposta que identificou o desmame.

Síntese:

Diante de todas as informações acima referidas, percebemos Luiza como uma criança que progrediu muito em seu desenvolvimento cognitivo, motor e social durante seu tempo de abrigamento. Isso foi perceptível tanto de acordo com as informações da equipe, quanto pelo nosso contato ao aplicar os instrumentos (o Desenho da Família foi reteste). A criança apresentou um significado de família comprometido, caracterizado ao desenhar

apenas uma irmã e o namorado, embora tenhamos que considerar o número extenso de irmãos que tem. Quando afirmou que tinha muitos irmãos, mas não sabia contá-los, trata-se de um dado de realidade, visto que possui treze irmãos, de três uniões da mãe; provavelmente, Luiza tenha irmãos que nem conheça. Verbalizou que chegara ao abrigo com dois irmãos, mas, na verdade, chegou com o Conselho Tutelar, devido à denúncia que foi feita de negligência. Quanto ao abrigo acreditamos que para a criança, seu significado foi positivo, visto que, com o tempo, a convivência no abrigo foi melhorando, embora seja uma criança retraída. Disse que gostava apenas das bonecas que tinham lá e que tinha amizade com duas meninas. Já em relação às cuidadoras, o convívio é melhor, uma vez que afirmou gostar de quatro delas. Até o momento de nossa saída da instituição, no dia vinte e dois de novembro de dois mil e sete, Luiza ainda estava abrigada.

6.1.6 Manoel

6.1.6.1 Apresentação

Trata-se de um menino com oito anos de idade, que cursa a primeira série do ensino fundamental. Apresenta cor clara, cabelos lisos e pretos. Demonstra ser inteligente, alegre e manifesta uma capacidade de liderança perante os outros meninos da instituição, até mesmo pelo fato de ser o mais velho dentre eles. É uma criança muito esperta que, inicialmente, não aceita aproximações de outras pessoas, porém, com o tempo e a conquista, acaba mostrando-se favorável às atividades. Tem mais quatro irmãos abrigados na instituição, inclusive Maria, que foi apresentada anteriormente, também participante da nossa pesquisa.

Após o *rapport* estabelecido com a criança, relatou a seguinte situação: “-Eu tava na escola, aí meu pai foi me buscar, aí ele disse assim: Manoel chegou um carro aí. Aí meu pai ficou chorando, porque eu vim para cá. Aí ele pegou minha mãe lá no Juizado de Menores e voltou para casa”. Nas informações colhidas, ele chegou em um carro do Juizado, mas, acerca da escola, tem-se conhecimento de que, até chegar à instituição, nunca havia freqüentado nenhuma. Afirmou sentir-se bem no abrigo: “-Eu gosto, porque aqui tem festa todos os dias, eu não vou para casa não, quando meu pai me chamar. Eu vou ficar aqui, porque aqui é bom”. Disse que, logo que chegou, gostou de um menino que estava abrigado, mas ele foi embora, referindo-se a uma criança que já havia sido desabrigada. Declarou estar bem na casa, porém sobre o relacionamento com as outras crianças, silenciou. Ele demonstrou, em seu discurso, não possuir noção do tempo que estava abrigado, afirmou fazer

sete dias, mas, na realidade, já ia fazer um ano que estava abrigado quando realizamos a coleta de dados. Sobre a relação com as cuidadoras, inicialmente, declarou não saber, mas depois especificou o nome de uma, declarando que era boa e depois pediu para ficar com outra, assim declarou preferência específica por duas cuidadoras.

6.1.6.2 Dados obtidos nos prontuários

A criança nasceu no dia um de setembro de mil novecentos e noventa e oito, sendo encaminhado, juntamente com quatro irmãos, no dia dez de fevereiro de dois mil e seis, pelo Conselho Tutelar. Manoel apresenta o mesmo histórico familiar já referido anteriormente na história de Maria e, conseqüentemente, o mesmo motivo de abrigamento.

6.1.6.3 Informações colhidas com a equipe

-Relato da pedagoga que dava reforço escolar às crianças pela manhã

A pedagoga afirmou que acha Manoel uma criança muito superficial em suas relações dentro da instituição. Declarou que o mesmo ainda não despertou para os estudos, só falando em guerra, em violência, criando histórias e situações de conflito dentro da instituição, com sua inquietude constante.

- Relato de duas psicólogas da instituição

As psicólogas declararam que Manoel apresenta um comportamento oscilante, mas, com o tempo de abrigamento, já manifestou alguns momentos centrados, se comportando bem melhor. Declararam que, aproximadamente há dois meses, faz terapia. A criança, às vezes, mente, levanta falso às pessoas da instituição, jogando-as umas contra as outras. Destacaram ainda que, algumas vezes, apresentou um comportamento que inclui gestos obscenos e palavrões. Afirmaram que estão sempre conversando com a criança sobre esse comportamento e que observaram uma mudança significativa. Chamou nossa atenção o relato de que Manoel se mostrava muito preocupado com o relacionamento dos pais, que já chegaram a discutir na frente das crianças durante as visitas, e ele veio chamar os profissionais da equipe para conter a situação.

6.1.6.4 Avaliação psicológica

A criança em questão, após o *rapport*, foi submetida aos seguintes testes: Desenho da Família e Fábulas de Düss.

Neste momento, apresentaremos a análise do desenho feito por Manoel, analisado segundo as contribuições dos autores Corman (2003), Dias (2000) e Retondo (2000):

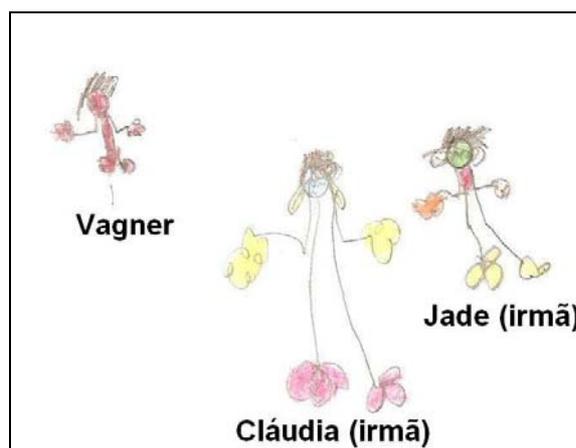


FIGURA 6 – Desenho feito por Manoel

- Teste do Desenho da Família

Questionário sobre a Família:

Qual o melhor? “-Cláudia, porque ela é grande e faz pintura”.

Qual o pior? “-Vagner, porque ele dá trabalho, aperreia mainha, pega a faca e corta o dedo. Porque ele cortou meu dedo- mostra um corte que tem no dedo. Ele cortou meu dedo antes de eu vir para cá”.

Qual o mais feliz? “-Cláudia”.

E você, nesta família, quem prefere? “-Cláudia, porque ela faz pintura”.

Qual deles gostaria de ser? “-Vagner, porque ele dá trabalho”. (Foi questionado se queria dar trabalho, e ele respondeu que não).

Apesar da nossa insistência por respostas mais elaboradas durante a aplicação do questionário, a criança ou respondia com um porquê, ou silenciava, demonstrando assim dificuldades.

Interpretação do Desenho da Família

Quanto aos aspectos gerais e formais, o desenho localiza-se na zona superior (da expansão imaginativa, espiritualidade, objetivos elevados, própria dos sonhadores e idealistas), o tamanho é pequeno (sinal de inferioridade, inibição, constrição e depressão),

gesto amplo (indicando expressão vital, extroversão ou tendência a ela) e traço forte (sinal de audácia, violência, impulsos fortes).

No aspecto do conteúdo, a criança desenhou, em primeiro lugar, Vagner (diz ser um irmão, mas é uma criança da instituição), Cláudia (irmã), Jade (irmã). Geralmente, a pessoa desenhada primeiro representa uma figura dominante, a mais importante. Manoel desenhou seu amiguinho da instituição Vagner, provavelmente, tenha encontrado nele um irmão na instituição. Como melhor e mais feliz, a criança identificou a irmã Cláudia; como pior, Vagner, dizendo que o mesmo dá trabalho. Afirmou preferir a irmã Cláudia e gostar de ser Vagner, apesar de que, ao ser questionado se queria dar trabalho como ele, afirmar que não queria. Manoel se excluiu do desenho (o que caracteriza desvalorização, não aceitação, exclusão da família e desejo de não pertencer à mesma) e excluiu seus quatro irmãos que estão abrigados na instituição e um irmão apenas por parte de pai (indicando assim, rivalidade fraterna). Ele excluiu seus pais, revelando medo, dificuldades, problemas de relacionamento e conflitos com as figuras parentais.

Acrescentou o irmão Vagner que na realidade é um amiguinho da instituição, este fato pode indicar dificuldade em perceber a família de origem, confusão, dificuldade de ligação afetiva, mas também pode sinalizar uma boa adaptação da criança à instituição. No questionário, a criança desvalorizou Vagner, afirmando que ele era o pior, apesar de querer ser o mesmo e tê-lo desenhado em primeiro lugar. A partir disso, podemos observar certa ambivalência nas colocações de Manoel. As relações fraternas são caracterizadas por rivalidade: reação agressiva (elimina os quatro irmãos institucionalizados, além do outro irmão apenas por parte de pai que está em casa) e reação depressiva, visto que, ao omitir-se do desenho, desvaloriza-se e volta a agressividade sobre si mesmo. Não podemos identificar a relação com os pais, pois a criança não os desenhou.

Comentando o questionário, encontramos respostas difusas que sinalizam a dificuldade de Manoel em perceber sua família. A concepção de família apresentada por Manoel, no desenho, é reflexo do que ele vivencia e da confusão que é a própria constelação familiar do mesmo, visto que o pai teve um relacionamento anterior com a irmã de sua mãe e da qual, teve três filhos. Mas, apesar disso, podemos observar uma ligação afetiva forte de Manoel com essa irmã Cláudia, que deve representar para a criança o papel de mãe, pois a admira e valoriza com firmeza. Quanto à omissão dele, dos irmãos não abrigados e dos pais, acreditamos que os excluiu por estar longe deles e apenas desenhou as duas irmãs por parte de pai e o amiguinho da instituição, por demonstrar a vontade de que elas estivessem com ele. Esse dado da inserção do amiguinho no desenho corrobora pesquisa de Alexandre e Viera

(2004) quando afirmam que após a separação da família, um amigo do abrigo passa a ser uma figura de apego. Assim, podemos pensar que Manoel representou uma família idealizada que gostaria que estivesse com ele.

-Fábulas de Düss: A presente análise dos resultados das Fábulas de Düss foi feita segundo as contribuições de Cunha e Nunes (1993) e Dias (2000):

Fábula	Resposta da criança	Classificação da resposta
1	Vai voar para a árvore. (Examinadora- Como se sentiu? Manoel- Sei não.)	Resposta normal
2	Ta com raiva de ir para o aniversário. Porque não gosta de ir para aniversário.	Reações de agressividade e de hostilidade diante da cena primária.
3	Vai comer capim. Se sentiu bem.	Resposta normal (aceitação do desmame, da rivalidade fraterna.)
4	a) João, João dessa casa. (E-Tu conheces ele? M- Sim. E- O que ele é teu? M- Nada. E- Se tu conhece João, ele é o que ? Teu amigo? M- Balança a cabeça, afirmando que sim. b) Papito. (Refere-se a uma criança que já foi embora da casa, foi desabrigado)	a) Acredito que a criança tenha inventado esse nome de João. b) Resposta adequada à realidade (o amiguinho da instituição foi embora e não voltará mais)
5	De bicho papão.	Medo de objetos externos e reais (medo de animais)
6	Porque o elefante ficou com raiva. (E- De que? M- Dele. Ele aperriou o elefante. E- Como ele se sentiu ao aperriar o elefante? M- Sentiu mal)	Resposta normal
7	Vai dar o castelo de barro a mamãe. E- Como ele se sentiu? M- Bem).	Resposta normal
8	Porque a mamãe ficou triste. E- Por quê? Porque ele fez mal a mamãe. E- Ele fez o quê? M- Ele bagunçou com a mamãe. E- Como foi essa bagunça? M- Ele pinotando. E- Como ele se sentiu de ver a mamãe triste? M- Mal. E- Ele faz alguma coisa para a mamãe ficar feliz? M- Fez, ele deu um abraço na mamãe. E- Como é que a mamãe ficou? M- Ficou feliz. E- E o menino? M- Ficou feliz.	Resposta normal
9	Vai contar para ele que ele não bagunce na escola. (E- Como ele se sentiu? M- Se sentiu Bem).	Resposta normal
10	Com o bicho papão. E- Como se sentiu? M- Se sentiu mal. E- O que o bicho ia fazer com ela? M- Ia fazer ela triste. E- Por quê? M- Porque ela não dormiu.	Resposta normal (Sonhou com algum bicho)

QUADRO 8 - Resultados das Fábulas de Düss – Manoel.

Interpretação das Fábulas:

Manoel apresentou indícios de conflitos com reações de agressividade e de hostilidade diante da cena primária na fábula dois, e medo de objetos externos e reais, caracterizado por medo de animais na fábula cinco. Diante desses conflitos identificados, podemos observar uma dificuldade de aceitação da relação entre os pais. Essa informação é complementada pela própria informação da equipe que relatou a preocupação de Manoel com os pais, através de discussões ocorridas pelos mesmos em dias de visita.

Síntese:

Diante de todas as informações acima referidas, percebemos Manoel como uma criança inteligente e atenta às situações que vive, porém apresenta, como comportamento de defesa, a inquietação. Ele é um líder dentro da instituição, servindo de espelho para os outros meninos. O significado de família que possui é confuso: omite-se e omite irmãos abrigados, primo-irmão e pais. Projeta sua família como representada por um irmão acrescentado, amiguinho da instituição, e duas primas-irmãs. O único momento em que fala o nome da mãe é ao relatar preferência, no questionário pelo irmão acrescentado, e afirmar que o mesmo dá trabalho. Como pudemos observar, ele remete, de forma distante, à relação com a mãe. Acreditamos que a concepção familiar de Manoel é misturada à sua realidade vivida, caracterizada por negligência familiar muito séria, levando ao abrigamento. Ao excluir os pais e irmãos abrigados, visto que os mesmos o remetem à sua realidade, Manoel foge da presença deles, e conseqüentemente, nega essa realidade tão confusa. Acreditamos que a família representada por Manoel seja a idealizada para estar com ele na instituição, porque está abrigado com seus quatro irmãos reais e não os representa no desenho, representando um amiguinho, considerado como irmão, e as duas primas-irmãs. De acordo com a nossa observação, a relação de Manoel com esse amiguinho é muito forte, apesar de ser bem menor que ele. Por exercer liderança sobre o mesmo, são muito apegados. Nas brincadeiras, confusões e atividades extras, Manoel lidera os meninos, que chegam até a reproduzir seu comportamento. Esse fato pode ter levado Manoel a simbolizar o amiguinho como seu irmão, incluindo-o em sua família. Isso corrobora o pensamento de Siqueira e Dell'Aglio (2006) quando afirmam que "o contato com pares, em igual situação de vida, pode configurar um apoio social e afetivo, operando como fator de proteção". Manoel, através do contato social que tem com esse amiguinho dentro da instituição, demonstrou o afeto que sente por ele ao representá-lo no desenho como irmão.

Quanto à instituição, podemos observar que Manoel está satisfeito por sua estada lá e, como verbalizou, não quer retornar para casa. Isso nos remete ao estudo feito por

Dell’Aglío (2000 apud SIQUEIRA; DELL’AGLIO 2006) que, ao investigar diversos aspectos no desenvolvimento de crianças e adolescentes que viviam em instituições de abrigo comparado com outro grupo que vivia com a família, aponta que, para muitos participantes de seu estudo, a vivência institucional foi percebida positivamente. Resultados mesmos, se configuraram em estudo de Arpini (2003) que embora feito com adolescentes, também verificou que aqueles que tiveram vivência institucional a caracterizavam como o melhor período de suas vidas, interligando a ela, o estabelecimento de novos vínculos, alguns dos quais se mantiveram mesmo após deixarem a instituição. O retorno para casa, após um ano e oito meses, realmente, não aconteceu, e Manoel foi desabrigado no dia dezesseis de outubro de dois mil e sete encaminhado, juntamente com seus quatro irmãos, para a Aldeia SOS, pois, como já referido na história de sua irmã Maria, seus pais não tiveram condições de recebê-los, além da criança ter atingido uma faixa etária acima da que a instituição atende.

6.2 Resultados obtidos com o total de crianças

Podemos sintetizar os dados encontrados em relação ao Teste do Desenho da Família de acordo com o seguinte quadro síntese:

Respostas encontradas pelo grupo	Número de crianças que apresentaram a mesma resposta
Dificuldade em desenhar a própria família	Seis crianças (todos os participantes)
Presença de agressividade através da eliminação de personagens	Seis crianças
Refletem instabilidade e fragilidade nos desenhos	Seis crianças
Dificuldade em se inserir no desenho	Cinco crianças
Não representou os pais	Três crianças
Acréscimo de outros familiares (indicando necessidade de afeto ou muita convivência)	Duas crianças
Acréscimo de simbolismos	Duas crianças
Não representou a mãe	Uma criança
Acréscimo de pessoas da instituição	Uma criança

QUADRO 9 - Quadro síntese das respostas obtidas no Teste do Desenho da Família.

Diante das respostas síntese dos desenhos da família identificados, podemos observar que as seis crianças apresentaram dificuldades em representar a própria família e

cinco das crianças mostraram dificuldades em se inserir no desenho. Com isso, pudemos identificar uma dificuldade no sentido de pertencer à sua família. (CORMAN, 2003). Por outro lado, isto pode nos mostrar que as crianças têm seus próprios modelos familiares, o que corrobora as idéias de Gomes (1994) em que a concepção de um padrão único familiar que possa servir de modelo está descartada. Uma criança não representou a mãe, caracterizando assim, dificuldades e conflitos com a figura materna, três delas não representaram os pais, sinalizando dificuldades em relação às figuras significativas de afeto. Duas crianças acrescentaram outros familiares à sua família, indicando, assim, uma necessidade de afeto ou uma possível convivência próxima com outros familiares. Uma criança inseriu amiguinho da instituição em sua família, manifestando assim, o desejo de tê-lo como irmão. Podemos inferir essa premissa, porque essa criança não desenhou seus próprios irmãos que também estavam abrigados na instituição e sim uma outra criança.

Observamos também presença de agressividade nas crianças, caracterizada pela eliminação de personagens no desenho da família, elas ou não se desenharam, ou não desenharam os irmãos, ou pais. Todas as crianças expressaram em seus desenhos famílias idealizadas, ao eliminarem ou acrescentarem personagens nas suas representações. Em síntese, pudemos observar que, no grupo de seis crianças estudadas, o significado de família mostrou-se confuso e marcado por conflitos entre seus membros, representando assim, a realidade em que vivem. Todos os desenhos refletem instabilidade e fragilidade: não apresentaram um traço firme, alguns estavam caindo e demonstraram formas precárias de se expressar projetivamente, em que pese a idade e a situação sócio-econômica das crianças.

A seguir apresentaremos um quadro síntese das respostas obtidas pelo grupo nas Fábulas de Düss:

Fábulas de Düss	Índice de respostas- Número de crianças
Fábula 1- Fábula do Passarinho	Respostas normais (4 crianças) Relação de dependência com a figura paterna (1 criança) Total impotência, desproteção (Morte do passarinho) (1 criança)
Fábula 2- Fábula do Aniversário de Casamento	Resposta normal (1 criança) Agressividade e hostilidade diante da cena primária (2 crianças) Fixação na fase oral (1 criança) Resposta vaga (1 criança) Rejeição à fábula (1)
Fábula 3- Fábula do Cordeirinho	Resposta normal (5 crianças) Complexo de desmame (1 criança)
Fábula 4 -Fábula do Enterro	Resposta normal ou resposta adequada à realidade, figuras importantes (4 crianças) Conflito em relação à figura paterna (1 criança) Rejeição à fábula (impossibilidade de lidar com a situação) (1 criança)
Fábula 5- Fábula do Medo	Medo de objetos externos e reais, resposta normal (5) Rejeição da fábula (1)
Fábula 6- Fábula do Elefante	Resposta normal (4 crianças) Rejeição da fábula (1 criança) Presença de angústia ligada ao complexo de castração (1 criança)
Fábula 7- Fábula do Objeto Fabricado	Resposta normal (6 crianças)
Fábula 8- Fábula do Passeio com a Mãe (ou com o Pai)	Rejeição da fábula (1 criança) Complexo de Édipo vivido de forma angustiante (3 crianças) Resposta normal (2 crianças)
Fábula 9- Fábula da Notícia	Resposta normal (6 crianças)
Fábula 10- Fábula do Sonho Mau	Resposta normal (5 crianças) Relação com circunstância difícil (abandono) (1 criança)

QUADRO 10 - Quadro síntese das respostas obtidas nas Fábulas de Düss.

Na *fábula um* as respostas normais tiveram maioria, tendo duas crianças apresentado respostas significativas: uma indicando relação de dependência com a figura paterna e outra indicando total impotência e desproteção. Na *fábula dois*, a resposta que predominou foi a que indica agressividade e hostilidade diante da cena primária, tendo sido dada por duas crianças, confirmando assim, dados da pesquisa de Cunha e Nunes (1993). Houve uma resposta indicadora de fixação na fase oral, uma resposta vaga, uma resposta normal e uma rejeição à fábula (indicando incapacidade de lidar com a situação). Na *fábula três* predominaram as respostas normais e apenas uma criança deu resposta ligada ao complexo de desmame. Na *fábula quatro*, quatro crianças apresentaram respostas normais e adequadas à realidade, uma resposta de conflito em relação à figura paterna e uma rejeição à fábula, caracterizando incapacidade de lidar com a situação. Na *fábula cinco*, cinco crianças

apresentaram resposta normal e apenas uma rejeitou a fábula. Na *fábula seis*, quatro crianças apresentaram respostas normais, uma rejeição à fábula e uma que indicou presença de angústia ligada ao complexo de castração. Na *fábula sete*, as seis crianças que participaram do estudo apresentaram respostas normais. Na *fábula oito*, três crianças apresentaram respostas que indicam Complexo de Édipo vivido de forma angustiante, uma rejeição à fábula e duas respostas normais. Confirmando assim, dados da pesquisa de Cunha e Nunes (1993). Na *fábula nove*, as seis crianças participantes apresentaram respostas normais. Na *fábula dez*, cinco crianças apresentaram respostas normais e uma apresentou resposta que indica relação com circunstância difícil, mais especificamente abandono.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do nosso trabalho pudemos concluir que as crianças participantes da pesquisa apresentaram como motivo de abrigo as mais diversas causas: alcoolismo paterno, negligência familiar, acidentes naturais em seus lares e o nascimento de novos irmãos. Algumas das crianças foram encaminhadas ao abrigo através de familiares, outras por denúncias feitas ao Conselho Tutelar. Esse contexto, famílias de baixa-renda vivendo dificuldades e abrigo, é um achado freqüente nas pesquisas que examinamos em nossas referências bibliográficas.

Nossos dados apontaram para um significado de família desarmônico e sem coesão, salientando uma fragilidade e instabilidade em seu ambiente, consequência das constelações e situações geradas pela dinâmica e convívio familiar em que estavam inseridas. Cada história de vida dessas crianças refletiu o retrato da necessidade da família, e, conseqüentemente, o abrigo que as privou do convívio familiar. Entretanto, não podemos negar que essas crianças têm seus próprios modelos de família, como mostra a vontade de retornarem à mesma. Acreditamos que novas pesquisas devem se debruçar sobre esses modelos para melhor conhecê-los.

Enfim, concluímos que o auxílio institucional veio a somar e complementar a vida dessas crianças, favorecendo aprendizagens, socialização e cuidados muitas vezes nunca oferecidos. Percebemos que as crianças, em sua maioria, gostavam de estar abrigadas, elas se vincularam à instituição de diferentes formas, fizeram amizades, embora algumas tenham apresentado dificuldades. Enfim, satisfizeram suas necessidades da forma que puderam, se relacionaram com funcionários e outras crianças, chegando até a sentirem saudades.

Em relação às cuidadoras, todas as crianças manifestaram gostar delas, inclusive apontaram preferências. Algumas crianças apresentaram opiniões e idéias em relação ao futuro, indicando profissões que queriam seguir, sendo citadas as de professora, fisioterapeuta e médica. Percebemos que a estada na instituição fez com que essas crianças obtivessem uma outra visão de mundo, tanto emocional e social quanto cognitivo. Portanto, o abrigo teve um significado positivo em suas vidas, embora isso não as levasse à rejeitar suas famílias.

Realizar essa pesquisa nos trouxe um novo olhar diante da vivência institucional e da dinâmica das crianças que vivem essa situação. Pudemos tirar dessa experiência lições de vida até então mascaradas por idéias pré-concebidas. Estar perto dessa realidade nos gerou

reflexões quanto ao significado dado pelo ser humano diante de circunstâncias que podem aparecer em suas vidas mesmo que estas não dependam dele.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, Diuvani Tomazoni; VIEIRA, Mauro Luís. Relação de apego entre crianças institucionalizadas que vivem em situação de abrigo. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.9, n.2, p. 207-217, mai. / ago. 2004.
- AMARAL, Célia Chaves Gurgel do. **Família às avessas: gênero nas relações familiares de adolescentes**. Fortaleza: Ed. UFC, 2001.
- ARPINI, Dorian Mônica. **Violência e exclusão: adolescência em grupos populares**. São Paulo: EDUSC, 2003.
- BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 123-142, fev./ 2000.
- BEE, Helen. **O ciclo vital**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- BÍBLIA SAGRADA. **Livro do Êxodo**. 77 ed. São Paulo: Ave Maria, 1991.
- CARAM, Carmem Tereza R. Moreira et al. **Família: o que sai desse baú?** In: PORTUGAL, Ana Maria et al. MEIRA, Yolanda Mourão (Org.). **O porão da família: ensaios de psicanálise**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. p. 43-53.
- CARVALHO, Alysson Massote. **Crianças institucionalizadas e desenvolvimento: possibilidades e desafios**. In: LORDELO, Eulina da Rocha; CARVALHO, Ana Maria Almeida; KOLLER, Sílvia Helena (Orgs.) São Paulo: Casa do Psicólogo: Salvador, BA: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2002. p.19-44.
- CASTILHO, T. Família e relacionamento de gerações. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE CO-EDUCAÇÃO DE GERAÇÕES, 65, 2003. co-educação de gerações, São Paulo. **Anais...** SESC, São Paulo: outubro, 2003. Disponível em: <<http://www.sescsp.org.br/sesc/images/upload/conferencias/94.rtf>>. Acesso em 13 de março de 2004, às 11:00:00.
- CORMAN, Louis. **O teste do desenho de família**. Trad. Adriana Pessolato Cassani. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.
- CORREA, Olga B. Ruiz. **A instituição família na tecelagem vincular**. In: CORREA, Olga B. Ruiz. (Org.) Vínculos e instituições. Uma escuta psicanalítica. São Paulo: Escuta, 2002. p. 67-84.
- COURT, Pedro Morandré. **Família e sociedade contemporâneas**. In: PETRINI, João Carlos; CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon (Orgs.) **Família, sociedade e subjetividades: uma perspectiva multidisciplinar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p.13-28.
- CUNHA, Jurema Alcides; NUNES, Maria Lúcia Tiellet. **Teste das fábulas: forma verbal e pictórica**. São Paulo: Centro Editor de Testes e Pesquisas em Psicologia, 1993.

DIAS, Cristina Brito. **Avaliação da personalidade infantil**. 2 ed. João Pessoa: Idéia, 2000.

ESPÍNDULA, Daniel Henrique Pereira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Representações sobre a adolescência a partir da ótica dos educadores sociais dos adolescentes em conflito com a lei. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.9, n.3, p. 357-367, set./dez. 2004.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

FERRARI, Mário; KALOUSTIAN, Sílvio Manoug. **Introdução**. In: KALOUSTIAN, Sílvio Manoug (Org.) *Família brasileira, a base de tudo*. 7 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2005. p.11-15.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio**: o minidicionário da língua portuguesa. 6 ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FONSECA, Célia Maria Souto Maior de Souza. **O adolescente e a violência**: um olhar crítico sobre a família contemporânea. In: AMAZONAS, Maria Cristina de Almeida; LIMA, Albenise de Oliveira (Orgs.) *Família: diversos dizeres*. Cristina Maria de Souza Brito Dias (et al). Recife: Bagaço, 2004. p. 79-102.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios prisões e conventos**. 7 ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

GOMES, Mônica Araújo; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 357-363, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000200013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 27 Maio 2007.

GOMES, Jerusa Vieira. Socialização primária: tarefa familiar? **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, n.9, p. 54-61, 1994.

GUIRADO, Marlene. **Instituição e relações afetivas**: o vínculo com o abandono. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

HAMMER, Emanuel. **Aplicações clínicas dos desenhos projetivos**. Rio de Janeiro: Interamericana, 1981.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil**. 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *História social da infância no Brasil*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2003. p.53-79.

MARMELSZTEJN, Renata. **Psicoterapia para crianças e adolescentes abrigados**: construindo uma forma de atuação. PUC, SP/Psicologia, 2006. <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp008779.pdf>. Programa de Pós-graduação da CAPES. Acesso em: 27 Maio 2007.

MARTINS, Fernanda Flaviana de Souza. **Crianças negligenciadas: a face (in) visível da violência familiar.** Dissertação de Mestrado Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de pós-graduação em Psicologia. Belo Horizonte, 2006.

MELO, Zélia Maria de. Família e cultura: uma reflexão. **Revista Symposium.** Recife: ano 4, p. 72-75, dezembro, 2000.

MELO, Hildete Pereira de. Gênero e pobreza no Brasil. Relatório final do projeto Governabilidade Democrática de Gênero em América Latin y el Caribe. CEPAL, SPM, Brasília, 2005. p. 1-13. Disponível em: http://200.130.7.5/spmu/docs/GGeneroPobreza_Brasil04.pdf. Acesso em: 27 Maio 2007.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde.** 4. ed. São Paulo: Abrasco, 1996.

ORIONTE, Ivana; SOUZA, Sônia Margarida Gomes. Viver em abrigo: com a palavra, a criança. **Pesquisas e Práticas Psicossociais.** São João del-Rei, v. 2, n.1, p. 106-116, mar./ago. 2007.

PARREIRA, Stella Maris de Castro Pipinis; JUSTO, José Sterza. A criança abrigada: considerações acerca do sentido da filiação. **Psicologia em Estudo.** Maringá: v.10, n.2, p. 175-180, maio/ago. 2005.

PASSETTI, Edson. **Crianças carentes e políticas públicas.** In: PRIORE, Mary Del (Org.) História das crianças no Brasil. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2002. p.347-375

PEIXOTO, Clarice Ehlers. **As transformações familiares e o olhar sociológico.** In: SINGLY, François de. Sociologia da família contemporânea. Trad. Clarice Ehlers Peixoto. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 11-28.

PETRINI, João Carlos. **Pós-modernidade e família.** Bauru: Ed. Edusc, 2003.

PINTO, Antônio Luiz de Toledo; WINDT, Márcia Cristina dos Santos; CESPEDES, Livia (Orgs.). **Vade Mecum.** 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

RETONDO, Maria Florentina N. Godinho. **Manual prático de avaliação do HTP (Casa-árvore-pessoa) e família.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente.** Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

ROCHA, Enid. Entrevista: Nova estrutura dos abrigos para garantir o direito à família. Quarta-feira, 20 de abril de 2005 18:27h. rets.org.br Revista do terceiro setor. Disponível em: <<http://arruda.rits.org.br/rets/servlet/newstorm.notitia.apresentacao.ServletDeSecao?codigoDaSecao=10&dataDoJornal=1114032463000>>. Acesso em: 20 ago. 2007.

SANCHES, Renata Meyer; PARENTE, Alessandra A. Martins; MORAES, Ana Lucia Giannella. **Psicoterapia analítica de crianças em situação de abandono: uma visão winnicottiana.** In: SANCHES, Renate Meyer (Org.) Winnicott na clínica e na instituição. São Paulo: Editora Escuta, 2005. p. 109-131.

SALAMA, Pierre; DESTREMAU, Blandine. **O Tamanho da Pobreza: economia política da distribuição de renda.** Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SILVA, Enid Rocha de Andrade da. **O perfil da criança e do adolescente nos abrigos pesquisados.** In: SILVA, Enid Rocha Andrade da (Coord.) IPEA - O direito à convivência familiar e comunitária: o abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília, 2004b. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/destaques/abrigos/cap_10.pdf. Acesso em: 18 abr. 2007, 19:00:00.

SILVA, Mara Regina Santos da. **Família de alcoolista: o retrato que emerge da literatura.** Família, Saúde e Desenvolvimento, Curitiba, v. 5, n.1, p.9-18, jan. /abr. 2003.

SILVA, Roberto da. **A construção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil.** In: SILVA, Enid Rocha Andrade da (Coord.) IPEA- O direito à convivência familiar e comunitária: o abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília, 2004a. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/destaques/abrigos/cap_10.pdf. Acesso em: 18 abr. 2007, 18:00:00.

_____. **Os filhos do governo.** São Paulo: Ática, 1997.

SINGLY, François de. **O nascimento do “indivíduo individualizado” e seus efeitos na vida conjugal e familiar.** In: PEIXOTO, Clarice Ehlers; SINGLY, François de; CICCHELLI, Vincenzo (Orgs.). Família e individualização. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p.13-21.

SIQUEIRA, Aline Cardoso; DELL’AGLIO, Débora Dalbosco. O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v.18, n.1, p. 71-80, jan. /abr. 2006.

SÓFOCLES. **Édipo REI.** 3 ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

SOUSA, Vânia C. Feliz de. **Crianças abandonadas: uma demanda atendida pelo espaço de acolhimento provisório infantil – EAPI.** In: CAVALCANTE, Lília Iêda Chaves (Org.). O afeto e seu avesso: um estudo sobre abandono e violência na família. Belém: UFPA, CSE Curso de Mestrado em Serviço Social. GEPIA, 1999. p. 55-88.

TAKASHIMA, Geney M. Karazawa. O desafio da política de atendimento à família: dar vida às leis – uma questão de postura. In: KALOUSTIAN, Silvio Manoug. **Família: a base de tudo.** 6 ed. São Paulo: Cortez editora, 2005. p. 77-92.

TEMER, Clarissa de Toledo. O atendimento à criança de abrigo: quando é preciso sair do consultório. In: SANCHES, Renate Meyer (Org.) **Winnicott na clínica e na instituição.** São Paulo: Editora Escuta, 2005. p. 87-108.

TURATO, Egberto Ribeiro. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Maternidade negada.** In: PRIORE, Mary Del (Org.) História das mulheres no Brasil. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 189-222.

WINNICOTT, Donald Woods. **Tudo começa em casa.** 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ANEXOS

ANEXO- A



COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - CEP
Registro nº 25000-050953/2004-81 CONEP/CNS/MS, de 22/04/2004

UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DE PERNAMBUCO



Recife, 14 de maio de 2007

PARECER Nº 041/2007 - CEP UNICAP

O Comitê de Ética em Pesquisa, em reunião do dia 11 de maio de 2007, considerou **APROVADO**, o Projeto de Pesquisa registrado com o CAAE-0034.0.096.000-07 (CEP-049/2007), intitulado:

"CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE ABRIGAMENTO QUE POSSUEM VÍNCULOS FAMILIARES: uma experiência de incerteza?", que tem, como pesquisadora principal:

Prof. Dr. Marcus Túlio Caldas (Psicologia)

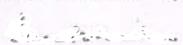
RESUMO DO PARECER

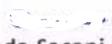
- O estudo não apresenta riscos de agravos éticos e está em consonância com a Resolução 196/96 do Conselho de Saúde, com a Declaração do Helsinque e com o Código de Nuremberg para experimentação humana.

O Relatório Final deverá ser entregue em fevereiro / 2008, conforme cronograma apresentado no Projeto de Pesquisa aprovado.

Valemo-nos da oportunidade para solicitar-lhe que, ao consultar o CEP UNICAP, indique o número do processo já referenciado.

Atenciosamente,


Prof. Dr. Junot Cornélio Matos
Pró-reitor Acadêmico - PRAC
Universidade Católica de Pernambuco


Profa. Dra. Arminda Saconi Messias
Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa
Coordenadora Geral de Pesquisa
Universidade Católica de Pernambuco

SAS 3375.4-0
14/05/2007 17:25:29

ANEXO- B



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO

CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE

CURSO DE PSICOLOGIA

Prezado(a) participante,

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa que tem por objetivo geral: Analisar os significados que crianças em situação de abrigo possuem vínculos familiares atribuem a esta situação e por objetivos específicos: conhecer o percurso trilhado por essas crianças até a situação de abrigo através dos prontuários e entrevistas com a equipe, pesquisar como crianças em situação de abrigo percebem o ambiente familiar estando excluídas temporariamente do mesmo e investigar o que significou o período de abrigo na vida dessas crianças. A metodologia se apoiará em técnicas projetivas e pesquisas em prontuários ou pastas de encaminhamento das crianças. Nas técnicas projetivas é importante que o participante sinta-se livre para “projetar” a sua imaginação, recebendo apenas instruções breves e gerais. Será solicitado aos participantes que desenhem uma família ou uma família qualquer pedindo em seguida que identifique cada personagem dizendo quem prefere e quem gostaria de ser. Também será solicitado aos participantes que completem contos incompletos a partir de fábulas, cada qual com um determinado objetivo, detectando a presença e o estágio de desenvolvimento de complexos psicoemocionais, elaborados pela psicanalista francesa Louise Duss. Os resultados e conclusão pretendem analisar os significados que essas crianças dão à situação em que estão vivendo, permitindo que as mesmas expressem seus sentimentos, assim como de receberem apoio psicoterápico se for necessário. Também serão beneficiadas instituições que trabalham com uma temática semelhante, cuidadores profissionais e funcionários da instituição onde será realizada a pesquisa; familiares e órgãos públicos ligados à infância. Ressalta-se que toda informação fornecida será de caráter sigiloso, privado, sendo resguardado o anonimato de todos. Salienta-se ainda que não haverá nenhum dano pessoal ou profissional, podendo o voluntário interromper sua participação na pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo de qualquer ordem. Em função de a pesquisa ser realizada com crianças esse termo de compromisso livre e esclarecido será assinado pelo pai (s) ou responsável (s).

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Aceito de livre e espontânea vontade, participar da pesquisa intitulada Crianças em situação de abrigo que possuem vínculos familiares: busca de significados. Sob a orientação do professor Marcus Túlio Caldas, do Curso de psicologia, da Universidade Católica de Pernambuco e conduzida pela mestrandia Jaqueline Vilar Ramalho.

Apesar de estar sob a responsabilidade de meus pais e/ou do diretor da instituição, fui informado (a) sobre a minha participação no estudo acima descrito, e estando de acordo com aquilo que me foi explicado, concordo em participar.

Nome da criança

Rubrica do pai (s) ou do responsável (s).

____/____/____

Data